

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO SOB A ÓPTICA DA
MULTIFUNCIONALIDADE: O CASO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (RJ)

KARINA YOSHIE MARTINS KATO

2006



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO SOB A
ÓPTICA DA MULTIFUNCIONALIDADE: O CASO DE
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (RJ)

KARINA YOSHIE MARTINS KATO

Sob a Orientação do Professor

Renato Sérgio Jamil Maluf

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre**
em Ciências Humanas e Sociais, Área de
Concentração em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Seropédica, RJ

Agosto de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

KARINA YOSHIE MARTINS KATO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 1 DE SETEMBRO DE 2006

Renato Sérgio Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Maria José T. Carneiro (CPDA/UFRRJ)

René Louis de Carvalho (IE/UFRRJ)

Dedico esse trabalho à minha avó, aos meus pais, ao Eduardo e ao Buddy,
pessoas sem as quais ele nunca se realizaria.

Cito nessas poucas linhas os meus sinceros agradecimentos a pessoas que sempre me apoiaram e deram força, possibilitando que eu chegasse onde estou. Em primeiro lugar agradeço ao René e ao Renato Maluf, dois orientadores maravilhosos, sempre atenciosos e prontos para me ajudar no que fosse necessário. Esse trabalho só foi possível por eles, bem como por a toda a equipe do CPDA. Não poderia me esquecer de meus pais e minha família (tios, tias, primos e primas), especialmente, à minha avó, Tiemi, Vasquinho e Lena, que sempre souberam me dar força e me fazer seguir adiante.

Ao Eduardo não tenho nem palavras pelo apoio “técnico” e emocional: fico feliz que não tenha desistido de mim, mesmo que sob os mais adversos acontecimentos e revoltas de meu computador. Obrigada por ser tudo o que é em minha vida e por me apoiar dia após dia e me impulsionar a ir para frente, mesmo quando nem eu acreditava mais em mim. Te amo demais e agradeço muito por te ter ao meu lado.

Socorro e Du, sem comentários a respeito do que eles são em minha vida... Espero que apreciem o texto a seguir.

RESUMO

KATO, Karina Yoshie Martins. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antônio de Pádua (RJ)**. 2006. 124p. Dissertação (mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Santo Antônio de Pádua pertence à Região Noroeste, uma das mais pobres do Rio de Janeiro, e trata-se de um município cuja economia guarda até os dias atuais fortes relações com o desenvolvimento da agropecuária. Nesse sentido, a própria formação do município estaria ligada aos ciclos pelos quais passou a agricultura no Estado ao longo dos tempos, tendo início com a transferência do ciclo cafeeiro para o Noroeste, ainda no final do Século XIX.

Atualmente, ainda se fazem presentes essas raízes agrárias. De toda a extensão territorial do município, cerca de 50% das terras são rurais (ocupadas por estabelecimentos rurais); nelas a maior parte das famílias desempenha alguma atividade agrícola (exclusivamente ou não). Sua estrutura fundiária é constituída por estabelecimentos familiares de pequenas extensões, a maioria detentora de baixos níveis de renda, com baixo índice de mecanização e tecnificação, pouca diversificação produtiva e que vivem praticamente da produção para subsistência, da produção de leite e do cultivo do tomate. Por outro lado, a agropecuária na economia do município é o setor que mais emprega chefes de família, ficando até mesmo à frente das atividades ligadas ao comércio e serviços.

O presente trabalho parte da hipótese de que a despeito da crise que vem atravessando a agricultura no município (baixos preços, êxodo rural), ainda seria precipitado interpretar a partir dessa constatação que as atividades agrícolas estejam fadadas ao desaparecimento. Nesse sentido, aponta-se para a incidência de novas dinâmicas nas áreas rurais do município como sinais do surgimento de novas formas de inserção dessas mesmas áreas rurais na economia municipal. Essas dinâmicas são: o aumento da participação das atividades não agrícolas nos orçamentos das famílias rurais, a emergência de novas 'formas' de agricultura (pautadas em práticas ecológicas, como os orgânicos), num (ainda incipiente, mas já real) aumento da diversificação dos estabelecimentos familiares agrícolas e num crescimento da participação de produtos diferenciados na agricultura municipal (como a piscicultura, a apicultura, ovino e caprinoculturas, entre outros). Adicionalmente, interessantes iniciativas públicas (governamentais ou não) de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural têm sido implementadas no município, culminando na formação de uma rede de atores sociais que atuam tanto no nível local quanto em interlocução com atores da esfera regional.

Tendo em vista o contexto no qual está inserida a agricultura no município, elegeremos nesse trabalho a noção da multifuncionalidade da agricultura como marco analítico, funcionando como uma 'bússola' que orientará nossa análise sobre a agricultura

familiar no município e o desenvolvimento. Em nossa concepção, tal noção somente acrescentaria à nossa análise da agricultura familiar no município e o seu desenvolvimento, na medida em que permitiria a ampliação a visão sobre a agricultura e suas relações com o desenvolvimento das áreas rurais, de forma que ela passa a ser reconhecida também como portadora de ‘funções’ que ultrapassam a produção de alimentos e matérias-primas. Isso faz com que se introduza no debate sobre o desenvolvimento agrícola aspectos relacionados ao meio ambiente, à conformação e manutenção do tecido social e cultural rural, à geração de empregos e à qualidade, ao invés do foco único na quantidade e preço do que é produzido. Nessa abordagem, a ampliação do olhar sobre a agricultura representaria um avanço significativo na direção do desenho de um projeto alternativo de desenvolvimento territorial para o Rio de Janeiro que efetivamente reconheça e contemple as especificidades das suas áreas rurais, ao mesmo tempo em que favoreça a conformação de um ‘padrão’ de agricultura mais compatível com os princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: Multifuncionalidade da agricultura. Desenvolvimento territorial. Agricultura.

ABSTRACT

KATO, Karina Yoshie Martins. **Agriculture and development and the notion of multifunctionality: Santo Antônio de Pádua (RJ)**. 2006. 124p. Dissertation (Master Science in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Santo Antônio de Pádua belongs to the Northwest Region, one of the poorest regions of Rio de Janeiro State, whose economy has straight relations with agricultural sector. Such being the case, the early formation of the town might be strongly related with the cycles in which the agricultural activities have been passed through over the years, initiated with the transference of the coffee cycle to the northwest zone of the State, even at the end of the XXI Century.

Even now, these agrarian roots remain there. Out of the total area of the town, about 50 per cent are occupied with the agricultural establishment where the majority of town's population is employed in agricultural activities (direct and indirectly).

Santo Antônio de Pádua's agricultural structure consists of the families of the farmers, almost living in poverty with scarce automatization and mechanization, as well as poor diversification in production, are dedicated to subsistence production and/or to earn daily living expenses by dairy and tomato cultivation. In a sense, the agricultural sector is the major enterprise in the town, which creates more employment opportunities than Commercial and Services sectors. So, despite of the so-to-say agricultural crisis (low market prices, abandonment of agriculture) it might be too early to say that the agricultural activities in the town may be fade away in some way or other. Actually, new demands are taking place in these rural areas that can bring on new opportunities to the development of these areas. These tendencies are the increase of non-agricultural activities (pluriactivity), the rising of the alternative cultivations (organic and agroecological products), growth of diversification in household farmers production and the increase of the share of differentiated products as pisciculture and ovine and caprinecultures. In addition, the public initiatives (governmental and non-governmental) to support farmers and to improve the rural development are being implemented there, what have contributed to conform a social network that operates in the local and regional levels.

Taking in consideration the context regarding the agricultural activity in Santo Antônio de Pádua, we opted to use the notion of multifunctionality of agriculture as analytical frame, leading our analysis on farmers and development. Such idea enlarger the vision concerned with agricultural activities and its linkage with the development of rural areas, associating the practice to increase more benefits and amenities than the actual food and raw-materials production to it. In this way, the discussion of agricultural development is improved with aspects related in the environmental matters, so as to maintain the social and cultural issues of rural communities, for creation of new opportunities to create the

employment in rural areas against single, focus over the quantity and price of the products they make. To conclude, the enhancement of agricultural approach would represent an expressive progress toward the configuration of an alternative project of territorial development that regards actually the specific matters of the rural areas, as well as, the way that stimulates the constitution of an agricultural pattern to be friend with environment.

Key words: Multifunctionality. Territorial development. Agriculture.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E A AGRICULTURA	8
1.1 - INFORMAÇÕES GERAIS	8
1.2 – AS RAÍZES AGRÁRIAS DO MUNICÍPIO	10
1.3 - A AGRICULTURA E O MUNICÍPIO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	14
1.4 - O ABANDONO DO CAMPO	27
1.5 - OS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES	34
1.6 – UMA AGRICULTURA QUE ESTÁ LONGE DE DESAPARECER	39
 DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITÓRIO E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA	 40
2.1 - DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA AO ENFOQUE TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL	40
2.2 - A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	49
2.2.1 - A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS	53
2.2.2 - A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR	58
2.2.3 - MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL	64
2.2.4 - PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM	69
2.3 – UM NOVO OLHAR SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR	76
 REDE, TERRITÓRIO E OS PROJETOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	 78
3.1 – REDES E TERRITÓRIO	78
3.2 – A REDE E O TERRITÓRIO EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	82
3.3 - OS PRINCIPAIS PROJETOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	90
3.3 - AS VISÕES DAS LIDERANÇAS LOCAIS	104
3.4 – MUDANÇA EFETIVA OU ‘TRANSFORMAR PARA QUE TUDO PERMANEÇA IGUAL’?	108
CONCLUSÕES.....	110
BIBLIOGRAFIA	119

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro, mesmo correspondendo atualmente ao segundo estado em termos de participação no Produto Interno Bruto nacional, apresentou durante quase um século um processo de esvaziamento econômico, financeiro e político. Essa trajetória, que combina períodos de estagnação com declínio, remonta ao próprio processo de formação do que hoje se conhece como estado do Rio de Janeiro e da adoção de um padrão de desenvolvimento que se constituiu em ‘se desenvolver para desenvolver país’.

Os resultados desse modelo se refletiram na constituição de um conjunto de disparidades internas das quais a mais gritante seria o fosso estabelecido entre a sua Metrópole e o interior do Estado. Ainda nos dias atuais deparamo-nos com esse acentuado desequilíbrio, econômico e demográfico, o que num limite poderá ter conseqüências sob a forma de deseconomias externas crescentes, inviabilizando a atração de novos investimentos para o Estado e comprometendo, no futuro, a permanência no Rio de Janeiro de atividades essenciais para um maior dinamismo de sua economia e para o desenvolvimento seu efetivo desenvolvimento econômico e social.

O Século XXI, entretanto, parece inaugurar uma fase de novas perspectivas para a economia fluminense. Nesse sentido, em meados da década de 1990, o Estado rompe com a sua trajetória de esvaziamento e começa a dar sinais de um processo, ainda incipiente, mas real, de revitalização de algumas áreas de seu interior. Esse ponto de inflexão chega junto com a maior exploração de petróleo no Estado, especialmente na Região Norte.

O momento atual, logo, nos parece oportuno para a ampliação do debate democrático acerca de novas possibilidades que cercam o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Sobretudo, para as discussões que tenham como objetivo final a contribuição para a construção de novos projetos que conciliem o crescimento econômico com a redução das gritantes desigualdades sociais e espaciais, refletindo em melhores condições de vida para a população fluminense como um todo (e não apenas de algumas camadas privilegiadas) seja ela da capital ou do seu interior hoje esvaziado.

O trabalho aqui apresentado parte da premissa de que a revitalização (econômica, política e cultural) dos municípios do interior do Rio de Janeiro seria uma etapa importante (senão essencial) no desenvolvimento do Estado. Por outro lado, reconhece também que ainda que a década atual venha apontando para um novo processo de revitalização do interior fluminense, vastas áreas ainda têm permanecido à margem desses mesmos surtos de dinamização, especialmente aquelas em que a agropecuária desempenha papel central em suas economias, como a Região Noroeste, por exemplo.

Sendo assim, em nossa interpretação, muito embora a agricultura fluminense, ao longo das últimas décadas, tenha apresentado um processo de relativo esvaziamento e abandono no que diz respeito à atenção dispensada pelos programas e ações públicas para o desenvolvimento estadual, isso não significa necessariamente que seu destino esteja fadado ao desaparecimento. Ao contrário, ainda existem muitos municípios (dentre eles Santo Antônio de Pádua) em que a agropecuária figura como o setor que mais emprega mão-de-

obra, absorvendo principalmente as camadas da população mais vulneráveis e cujo nível de escolaridade é mais baixo. O fomento à agropecuária, portanto, ainda figura como elemento central na ampliação da qualidade de vida das populações dessas regiões e uma importante etapa a ser galgada no desencadeamento de um processo de desenvolvimento estadual que contemple a redução das desigualdades sociais e ampliação de oportunidades à disposição das pessoas.

É importante distinguir aqui que a formação da imagem de decadência da agricultura familiar no Rio de Janeiro dá-se no mesmo período de consolidação da imagem idealizada da agricultura dita ‘moderna’ (década de 1970) a qual não foi capaz de ser implantada aqui. O padrão de agricultura que acompanhava o discurso da modernização e os pacotes tecnológicos e de insumos da Revolução Verde, consubstanciados na imagem de grandes monoculturas altamente mecanizadas, não pôde ser implementado no Estado efetivamente, sobretudo pelo seu relevo bastante acidentado (sem grandes extensões planas e contínuas) e pela sua estrutura fundiária de pequenos estabelecimentos. Assim, ao mesmo tempo em que se forma no imaginário brasileiro a imagem da ‘agricultura moderna’, especializada, mecanizada e capitalizada, solidifica-se o seu oposto, a associação da ‘agricultura familiar’ ao atraso, à decadência e à pobreza. E isso se refletirá diretamente nos instrumentos de políticas públicas direcionados à agricultura familiar, tanto no que se refere a aspectos quantitativos (quantidade de programas e de recursos dispensados a cada um deles) quanto a aspectos qualitativos (na maioria das vezes, quando os instrumentos de políticas públicas voltados para a agricultura familiar não recaíam sob o modelo de ações pontuais e compensatórias, apresentavam um forte viés produtivista, numa abordagem de transferência do modelo de agricultura da Revolução Verde para a unidade familiar de produção).

Entretanto, atualmente, uma análise mais profunda sobre os dados do último Censo Agropecuário (1995/96), parecem apontar para o desenho de um quadro bem diferente da decadência generalizada da agricultura fluminense outrora anunciada. Assim, ainda que alguns segmentos da agropecuária fluminense (especialmente o de produtos tradicionais) venham enfrentando um cenário de dificuldades, transpor diretamente o mesmo comportamento para o resto da agricultura nos parece precipitado. Nesse contexto, muito embora o potencial agrícola do Rio de Janeiro esteja longe de ser bem utilizado (principalmente ao se levar em conta o mercado consumidor do qual o Estado dispõe), a agropecuária, ao longo das últimas décadas, vem apresentando sinais de dinamismo, sobretudo no que concerne àqueles produtos mais diferenciados. Portanto, o que se observa no Estado seria menos um processo de desaparecimento da agricultura e mais um período de reestruturação desse setor, com o declínio de segmentos tradicionais e a ampliação de segmentos mais ‘modernos’ da agropecuária como o cultivo de plantas olerícolas, ornamentais e condimentares, a piscicultura, a apicultura, a carnicultura entre outros. O maior dinamismo nesse contexto se daria na Região Serrana e na Centro-Sul, contudo, as Regiões Noroeste, Médio Paraíba e das Baixadas Litorâneas apresentariam potencial para a consolidação desses novos segmentos.

Não obstante, é importante destacar que não se trata aqui de pregar o fim das atividades agrícolas tradicionais. Ainda cremos que a maior parte da produção agropecuária estadual, seja em termos de volume seja em termos de valor, ainda se encontra nessa categoria, com produtos como a cana, a laranja, a banana e a pecuária leiteira. No entanto, também se reconhece que essas atividades ainda vêm sendo realizadas sob processos que utilizam grande quantidade de produtos químicos (agrotóxicos) e que implicam altos níveis de desmatamento, determinando uma baixa qualidade dos produtos e degradação ambiental.

Logo, não se trata aqui de pregar a inviabilidade dessas culturas, mas reforçar que elas atualmente, sob as condições em que se encontram, não vêm conseguindo contribuir com a ampliação da qualidade de vida das famílias rurais que a elas recorrem como meio de sobrevivência, falhando na capacidade de geração de renda, na manutenção dessas populações no campo em condições dignas de vida e na preservação do meio ambiente.

A agricultura fluminense, em nossa visão, portanto, não está condenada de forma generalizada à decadência e os anos mais recentes nos mostram isso, indicando a emergência de novas oportunidades de inserção da agropecuária na economia regional e estadual (e que diferem das formas tradicionais). E o fomento e o apoio a essas novas oportunidades poderão representar um importante avanço no processo de interiorização do desenvolvimento para o Estado.

Nossa análise final se recairá sobre Santo Antônio de Pádua, município pertencente à Região Noroeste, uma das mais pobres do Estado fluminense, e em cuja economia a agropecuária desempenha papel relevante. A formação do município tem uma forte ligação com a agropecuária, de modo que a fundação da cidade coincide justamente com a transferência do ciclo cafeeiro para o Noroeste, ainda no final do Século XIX. Da decadência do café em diante (pós 1960), o município teria alternado diversos ciclos agrícolas (leite, cana, arroz, tomate) sem, no entanto, jamais recuperar o dinamismo da época do café. De toda sua extensão territorial, cerca de 50% das terras é ocupada por estabelecimentos rurais, onde a maioria das famílias desempenha alguma atividade agrícola (com exclusividade ou não). Sua estrutura fundiária é composta por estabelecimentos familiares de pequenas extensões, detentores de baixos níveis de renda, com baixo índice de tecnificação e mecanização e que vivem praticamente da produção de subsistência, da pecuária leiteira e do cultivo do tomate. Por outro lado, a agropecuária é no município o setor que mais emprega chefes de família, ficando até mesmo à frente das atividades ligadas ao comércio e serviços.

Sendo assim, a despeito da crise pela qual a agricultura vem passando no município, com forte êxodo rural e queda nos preços agrícolas, observa-se a incidência de novas dinâmicas nas áreas rurais que podem vir a representar novas formas de inserção dessas áreas na economia municipal. Essas dinâmicas são: o aumento das atividades não agrícolas; a emergência de novas 'formas' de agricultura, pautadas em práticas ecológicas e mais aproximadas de um 'saber camponês', como os orgânicos; a maior diversificação da produção familiar; e o aumento da participação de produtos diferenciados como a piscicultura, a apicultura, ovino e caprinoculturas, entre outros.

Por outro lado, interessantes iniciativas de apoio à agricultura familiar têm sido implementadas no município, culminando com a formação de uma rede de atores sociais que atuam tanto no nível local quanto em interlocução com atores da esfera regional. Esse período de maior atenção à agropecuária coincide com a acentuação do processo de descentralização das Políticas Federais em torno da agricultura familiar e com uma maior autonomia da esfera local na implementação dessas ações, culminando na criação do Pronaf Infra-Estrutura (1997/8), os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR) e, mais recentemente (2003), com a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e a criação do Conselho Territorial do Noroeste Fluminense (CTNF). Observa-se nesse período, também, um maior incentivo por parte das esferas governamentais à organização dos agricultores familiares (refletido no aumento das organizações da sociedade civil representantes desse segmento) e à participação social nos

processos de tomada de decisão em instâncias institucionalizadas como o CMDR e os CTNF.

Nesse trabalho elegeremos a noção da multifuncionalidade da agricultura como marco analítico, orientando nossa análise sobre a agricultura no município e o desenvolvimento. Tal noção amplia a análise da agricultura e de suas relações com o desenvolvimento das áreas rurais, de forma que ela passa a ser reconhecida como portadora de ‘funções’ (para a sociedade) que ultrapassam a produção de alimentos e matérias-primas. De uma forma geral, o seu aceite implica no reconhecimento de que a agricultura, em seu exercício, produziria (ou deveria estar produzindo) outros variados ‘serviços’ para a sociedade como um todo (bens públicos) que atualmente não são reconhecidos socialmente e, portanto, pelos quais os agricultores não são ‘remunerados’. Esse reconhecimento determina a introdução no debate acerca do desenvolvimento agrícola de aspectos relacionados ao meio ambiente, à conformação e manutenção do tecido social e cultural rural, à geração de empregos e à qualidade do que é produzido, ao invés do foco único na quantidade e preço.

Sendo assim, tendo em vista as fortes raízes agrárias de Santo Antônio de Pádua e os obstáculos que a agricultura familiar do município vem enfrentando nas últimas décadas, acredita-se que a introdução da noção de multifuncionalidade da agricultura nas discussões sobre desenvolvimento rural só viria a enriquecer o debate, contribuindo para a aproximação das estratégias de desenvolvimento rural do enfoque territorial do desenvolvimento que, em última instância, busca a integração das ações de desenvolvimento de diferentes escalas (local, regional, nacional) e diferentes naturezas (agrícolas e não agrícolas, rurais e urbanas) numa estratégia global (combinando políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno). Por um lado, a noção permitiria a tomada de um ‘novo olhar’ sobre a agricultura familiar, possibilitando analisar a interação dessas famílias com o território e com a sociedade em sua integridade e não apenas nos seus componentes econômicos, da mesma forma que permitiria também a incorporação nas estratégias de desenvolvimento rural da provisão de bens públicos para a sociedade por parte desses agricultores familiares.

Com o objetivo de incorporar essa noção à realidade brasileira recorreremos nesse trabalho à sistematização dos papéis da agricultura no desenvolvimento realizado pela pesquisa “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras” (Carneiro & Maluf, 2003). De acordo com esse trabalho, no Brasil, as múltiplas funções da agricultura poderiam ser agregadas em quatro ‘(macro)funções’ principais (que possuem interfaces e se entrecruzam), a saber: dinâmica de reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural; e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Sendo assim, será sempre em referência a essas quatro ‘funções’ que realizaremos o diálogo entre a realidade encontrada no município, em especial no que concerne à agricultura familiar, e os preceitos embutidos numa proposta de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial.

A metodologia utilizada no trabalho foi a seguinte:

- Amplo levantamento bibliográfico relacionado ao desenvolvimento (rural, local, territorial e afins), à agricultura e às ‘funções’ desempenhadas num processo de

desenvolvimento, à multifuncionalidade da agricultura e às origens dessa noção (especialmente na França e mais recentemente no Brasil), à agricultura familiar, à política pública, a redes, aos territórios entre outros. Analisamos também os relatórios concebidos nas etapas da pesquisa anteriormente mencionada sobre o ‘perfil’ da multifuncionalidade da agricultura no Brasil.

- Com o objetivo de conhecer melhor a ‘realidade’ do município de Santo Antônio de Pádua foi realizada uma ampla coleta de dados secundários, especialmente: aqueles processados no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como os Censos Agropecuários, os Censos Demográficos e o Banco de Dados SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática); aqueles obtidos junto ao Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), como o Anuário Estatístico e outras publicações; às informações obtidas junto ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua; ao documento Novo retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto, do Convênio Incra/Fao, entre outros.

- Recorremos também: ao relatório final com a consolidação do estudo propositivo para a dinamização econômica do território do Noroeste Fluminense, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); à análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) do município realizado pelo CMDR; ao exame das atas de reuniões realizadas pelo CMDR com o objetivo de discutir questões pertinentes ao desenvolvimento rural no município; aos Planos de Trabalho realizados pela Prefeitura de Santo Antônio de Pádua no âmbito do Pronaf Infra-Estrutura (Programa de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar).

- Além das etapas acima mencionadas, foram realizadas duas viagens de campo, uma de dois dias e outra de sete dias. Na primeira viagem se estabeleceu um primeiro contato com a realidade estudada e se acompanhou uma das reuniões do CTNF, justamente aquela em que estavam sendo selecionados os projetos que entrariam no âmbito do PTDRS. A segunda viagem, por sua vez, foi mais longa, permitindo a vivência da pesquisadora na localidade, bem como a presença na reunião do CTNF que foi responsável pelo fechamento definitivo do PTDRS para o território Noroeste.

- Durante a segunda viagem foram realizadas dez entrevistas junto às principais lideranças locais mapeadas ligadas à agricultura familiar. Quatro entrevistas foram realizadas com membros da esfera governamental e seis com membros de organizações da sociedade civil. Boa parte da pesquisa de campo foi realizada em companhia de um funcionário do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que já havia sido Secretário da Agricultura (no mandato anterior) e que hoje atuava numa relação de muita proximidade com Secretário da Agricultura do município.

- O roteiro de entrevistas era composto por perguntas que buscavam reconstituir, inicialmente a trajetória política e profissional do entrevistado; em seguida tencionava investigar questões relacionadas às formas como a agricultura familiar se apresentava no município, especialmente naqueles aspectos relacionados às quatro dimensões antes determinadas; buscava também investigar a respeito dos instrumentos de política e iniciativas locais voltados para a agricultura familiar que vinham sendo implementados no município; e, por fim, tencionava perceber as visões dessas lideranças acerca dos papéis que a agricultura e os agricultores familiares desempenhavam na dinâmica local de desenvolvimento.

Entrevistas ligadas à esfera governamental:

- Entrevista realizada com a veterinária da Prefeitura e responsável pela operacionalização do Laboratório de Patologia Animal.
- Entrevista realizada junto a um supervisor local (agrônomo) da Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) que trabalha em relação de proximidade com os agricultores familiares locais e é membro do CMDR.
- Entrevista realizada com um vereador da cidade ligado ao setor extrativo mineral (rochas semi-preciosas), dono de serraria no município, membro da Associação das Empresas de Pedras Decorativas e um dos principais responsáveis pela implementação de algumas atividades ligadas ao turismo rural em Santo Antônio de Pádua, como aquelas relacionadas aos esportes radicais e ecológicos (canoagem, alpinismo).
- Entrevista realizada junto ao Secretário de Agricultura do município, também membro do CMDR e do CTNF.

Entrevistas com organizações da sociedade civil ligadas à agricultura familiar:

- Entrevista realizada com um pequeno produtor do município e membro da diretoria da Cooperativa Agropecuária de Santo Antônio de Pádua e do CMDR.
- Entrevista realizada junto a um dos membros e presidente do Sindicato Rural Agropecuarista de Santo Antônio de Pádua e também membro do CMDR.
- Entrevista realizada com o representante da associação formada no âmbito da Agrovila (projeto voltado para melhorar o acesso à terra no município) que também era agricultor familiar.
- Entrevista realizada com um agricultor familiar do município da diretoria da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Monte Alegre e Ibitiguaçu (Aprumai) e membro tanto do CMDR quanto do CTNF. Foi um dos primeiros agricultores familiares do município a converter sua produção para produção de orgânicos.
- Entrevista realizada com um agricultor familiar, hoje presidente da Aprumai, associação que também faz parte do CMDR e do CTNF no município.
- Entrevista realizada junto a um pequeno produtor do município, presidente do Núcleo de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste fluminense e também membro do CMDR e CTNF.

A estrutura do trabalho se divide em cinco partes, a saber:

- A primeira corresponde a essa introdução que tem como objetivo principal introduzir o tema, bem como esclarecer a metodologia utilizada ao longo do trabalho de pesquisa.
- No primeiro capítulo, buscamos apresentar o município escolhido. Para isso, em primeiro lugar, realizamos uma breve reconstituição da sua História com o objetivo de demarcar a forte relação da economia e da população local com a agropecuária, aspecto que se mantém até os dias de hoje. Adicionalmente, busca-se realizar um diagnóstico de como se encontra a agricultura no município, especialmente os estabelecimentos familiares rurais,

sob um cenário de forte queda de preços, aumento do êxodo rural, e forte degradação ambiental.

- No segundo capítulo, buscamos contextualizar o debate acerca do desenvolvimento rural com enfoque territorial, bem como relacioná-lo à noção da multifuncionalidade da agricultura. Buscamos demonstrar que a adoção dessa óptica nas estratégias e diretrizes de política poderá contribuir com um aprofundamento dos processos de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial. Por fim, baseando-se nas quatro funções sistematizadas acerca dos ‘papéis’ desempenhados pela agricultura no desenvolvimento, pretende-se realizar uma análise da agricultura no município e de como essas quatro ‘funções’ vêm sendo desempenhadas nos dias de hoje, destacando suas principais potencialidades e obstáculos.

- No terceiro e último capítulo, pretendemos analisar a formação de uma rede de atores sociais no município, processo consoante com a acentuação do processo de descentralização dos instrumentos de política para a agricultura familiar (Pronaf Infra-Estrutura e agora, em âmbito territorial). Buscamos também mapear as suas principais consequências tanto na conformação de novas territorialidades no município, bem como na inclusão (exclusão) de segmentos da agricultura familiar na estrutura de poder local. Então, pretende-se analisar tanto as ações que essa rede vem implementando no município visando ao desenvolvimento rural, tendo como foco especialmente a agricultura familiar, quanto as visões que as principais lideranças constituintes dessa rede possuem do acerca do ‘papel’ desempenhado pela agricultura familiar no desenvolvimento do município, relacionando-as sempre com a óptica da multifuncionalidade da agricultura e com os preceitos que norteiam o desenvolvimento sob o enfoque territorial.

E, por fim, chegamos às conclusões, onde pretendemos fechar o trabalho.

CAPÍTULO I

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E A AGRICULTURA

1.1 - Informações Gerais

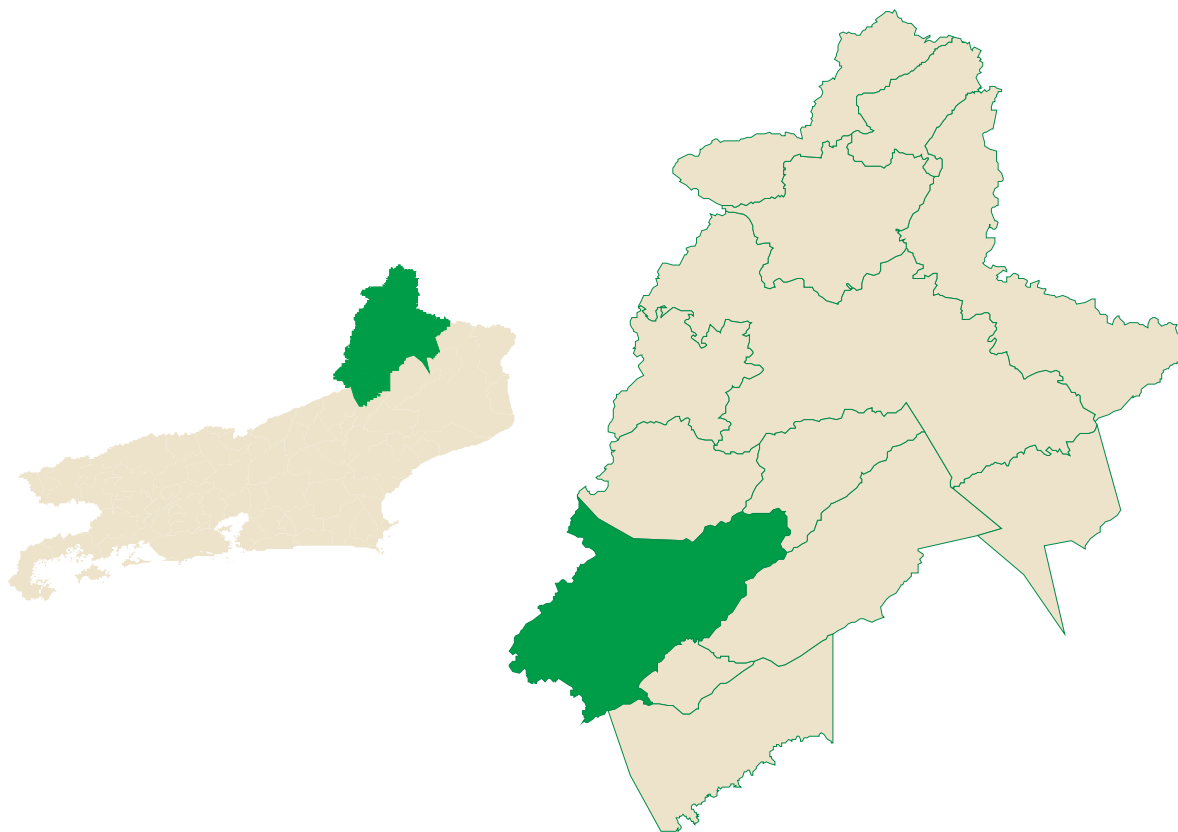
O município de Santo Antônio de Pádua pertence à Região Noroeste do Rio de Janeiro, juntamente com os municípios: Aperibé (antigo distrito do município de Santo Antônio de Pádua, emancipando-se somente em 1992), Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São José do Ubá e Varre-Sai. A área geográfica total da Região é de 5.385,6 km².

A pequena importância econômica do Noroeste fluminense pode ser notada através da sua baixa participação no PIB estadual (0,65% em 2002) sendo a menor dentre todas as demais regiões do Estado. Destaca-se nela o município de Itaperuna com cerca de 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) da região, além de concentrar quase 30% da população. De um modo geral essa região apresenta um baixo dinamismo, caracterizando-se por ser desde o início do seu povoamento, com o café, uma extensão e uma periferia da Zona da Mata Mineira (Graboys et al, 1998).

Distanciando-se da capital estadual por 256 km, a área territorial do município é de 615,2 km² correspondendo a aproximadamente 12% do território total da Região Noroeste. A cidade é banhada pelos rios Pomba e seus afluentes, Paraíba do Sul e Pirapetinga. O clima da região é quente e seco e o seu índice pluviométrico é de 1.164mm.

Em seu processo de formação, o território correspondente ao atual município de Santo Antônio de Pádua pertenceria, primeiro, aos índios das tribos dos Puris. Ainda no século XVIII, o Frei Florido de Cittá Di Castelli com o intuito de aldear e catequizar esses índios, conseguiu que lhe fossem doadas algumas sesmarias às margens do Rio Pomba. Ali, o frei construiu uma capela, com mão-de-obra indígena, consagrando-a a São Felix. Tempos depois, no final da década de 1830 e início de 1840, outro padre, Frei Bento Giovanni Benedetta Libilla construiu uma outra igreja fora das terras de Frei Florido, consagrando-a a Santo Antônio de Pádua. Aos poucos e por causa dessa igreja, os moradores passaram a chamar a localidade de Santo Antônio de Pádua, que passou então a ser o nome definitivo do arraial. Passou à vila e, mais tarde, à cidade de Santo Antônio de Pádua¹, em 1882.

¹ Em: www.padua.rj.gov.br/, acesso em junho de 2006.



1:7.500.000 - Fonte: IBGE

Mapa 1.1.1 – Localização Região Noroeste e Santo Antônio de Pádua

O crescimento da cidade se dá junto com a chegada do café e da ferrovia (Mapa 1.1.1 atual território do município). A estação ferroviária de Santo Antônio de Pádua foi inaugurada em 1883, mas atualmente encontra-se desativada. A linha ferroviária ainda corta a cidade, mas permanece como uma marca do que restou dos tempos áureos do ciclo cafeeiro na região. O mato cresce e o lixo se acumula ao longo da linha, parecendo denunciar a distância entre ‘os bons tempos’ e os dias atuais.

O transporte ferroviário atendia o município através de ramal que partia de Campos, passando por São Fidélis e Cambuci, em direção a Recreio em Minas Gerais. Tal ramal ferroviário era bastante importante para o transporte de cargas pesadas, uma vez que estabelecia uma conexão entre dois importantes portos brasileiros, o de Tubarão e o de Sepetiba. O prédio da estação, pelo estilo datando de 1930/40, ainda está de pé, e funciona como museu ferroviário².

Quatro estradas estaduais cortam seu território, todas em mau estado de conservação: a RJ-186, que o interliga a Além-Paraíba, em Minas Gerais (a sudeste) e São José de Ubá (a nordeste); a RJ-116, que alcança Aperibé (a sudeste) e Miracema (ao norte); a RJ-188 que, em leito natural, margeia a fronteira com Minas Gerais; e, a estrada de terra, a RJ-200 que serve à localidade de Monte Alegre.

² http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_3/stoantonio.htm, no dia 21 de outubro de 2005.

A rede de transportes de passageiros é composta por dez empresas de ônibus (municipais, intermunicipais e estaduais) e o transporte de cargas, por caminhões de empresas locais, de cidades vizinhas e de outros estados. As péssimas condições de conservação das estradas, principais e vicinais, entretanto, dificultam o acesso ao município, refletindo-se diretamente na capacidade de escoamento dos produtos da região (principalmente dos agropecuários) e elevando os custos dos transportes.

Seus 615,2 km² são constituídos por áreas montanhosas e vales, onde a fertilidade das terras é bem alta, especialmente na cultura de tomate, arroz, milho e cana. Seu território também é rico em minerais, sobretudo pedras decorativas, muito utilizadas na indústria de construção e decoração, como a pedra paduana e a pedra madeira. A pecuária leiteira, as indústrias de papel e celulose e o comércio também fazem parte das atividades que mais geram renda e empregos no município. O turismo desponta, adicionalmente, como uma importante atividade a ser desenvolvida, principalmente aquele calcado na raridade de suas águas minerais (procuradas para terapia de problemas renais, cárdio-vasculares e tratamento de pele, além de técnicas de rejuvenescimento) e nas possibilidades oferecidas pelo seu relevo e clima à prática de esportes radicais e atividades de turismo ecológico.

O território municipal atualmente se divide em 9 distritos, sendo eles: Santo Antônio de Pádua, Baltazar, Santa Cruz, Marangatu, São Pedro de Alcântara, Monte Alegre, Paraoquena, Ibitiguaçu e Campelo. Apenas dois distritos de Santo Antônio de Pádua apresentam populações residindo majoritariamente nas áreas urbanizadas, sendo eles a sede do município, Santo Antônio de Pádua (93%) e São Pedro de Alcântara (68%). Os demais distritos, ou apresentam a população distribuída de forma mais equilibrada, ou possuem a maioria das pessoas residindo no meio rural (Censo Demográfico 2000 – IBGE). Fora isso, todos os distritos apresentam quedas lentas nas populações rurais, com exceção de Paraoquena onde se observou um ligeiro aumento da população rural.

1.2 – As Raízes Agrárias do Município

Como mencionado anteriormente, a fundação da cidade se dá juntamente com a transferência de parte da produção cafeeira antes concentrada no Vale do Paraíba para o Noroeste do Estado, que passa então a configurar novo pólo de domínio da oligarquia agrária cafeeira fluminense. Nesse mesmo período a cidade presencia um crescimento acelerado de sua economia. O fluxo proveniente de Campos introduz no município a cultura da cana-de-açúcar, e consolida a evolução econômica e demográfica da região.

A cultura cafeeira ao se expandir rumo ao interior do Estado possibilitou a formação de pequenas cidades, dentre elas o município em questão. No entanto, a dinâmica da cultura cafeeira, associada à forte influência centralizadora exercida pela cidade do Rio de Janeiro fizeram com que essas cidades se concebessem num contexto de alta dependência da economia da Capital. O café e seu dinamismo favoreciam a formação de núcleos interioranos, mas em decorrência da sua base escravagista, acabou gerando pouca ou nenhuma atividade comercial nessas cidades. A riqueza gerada pelo café escoava em grande parte rumo à Capital. O abastecimento das fazendas, os serviços, as atividades financeiras e o comércio de que necessitavam eram concentrados na cidade do Rio de Janeiro, o que era favorecido pelo encurtamento das distâncias possibilitado pelo desenvolvimento das ferrovias (Lessa, 2000; Melo, 2001).

Assim, já nessa época, como a região Metropolitana crescia, o interior do Rio de Janeiro não conseguia adquirir dinamismo próprio e, nesse processo, não era possibilitada a

formação de uma rede de cidades (hierarquizadas e articuladas entre si) ao longo da sua malha territorial (Silva, 2003). O café fluminense, ao contrário do processo observado em São Paulo, gerou no Rio de Janeiro lugarejos sem dinamismo e cidades locais débeis que se esvaziaram tão rápido quanto se deu o declínio da cultura cafeeira.

A decadência do café no território fluminense traz com ela uma forte crise para a economia municipal. Seu relevo acidentado típico do domínio dos mares de morros e o clima tropical de altitude, com forte sazonalidade de chuvas associadas a uma forma de plantio do café em fileiras favoreceram a erosão, determinando, por conseguinte, a queda da fertilidade do solo e juntamente com esta a crescente dificuldade em se manter a produção de café na região (Alentejano, 2003). Assim o café em declínio mantém-se, com momentos de altas e baixas até a década de 1960, quando praticamente desaparece do município. Durante esse período é substituído gradualmente pela pecuária leiteira, atividade com a qual os grandes fazendeiros pensavam “compensar” as perdas sofridas na região. Essa crise (final da década de 1920), acompanhada da expansão da pecuária extensiva (empregadora de pouca mão-de-obra) se traduziu num processo intenso de desruralização e um progressivo esvaziamento demográfico do município.

Até hoje permanecem no interior do Rio de Janeiro as marcas do tempo em que as riquezas geradas pelo café, pela cana-de-açúcar e a laranja determinavam o destino dessas economias interioranas. Em Santo Antônio de Pádua, o tempo em que as lavouras cafeeiras ainda se faziam presentes no município representam, principalmente para os mais velhos, um tempo em que a agricultura tinha mais apoio, e os produtores eram mais valorizados. Isso fica bem demarcado na entrevista de um membro da Cooperativa Agropecuária. Durante a entrevista, o produtor, ao ser questionado sobre a situação e as suas perspectivas a respeito do papel da agropecuária no município, lembrou dos tempos em que lá, em Santo Antônio de Pádua, ‘se plantava ainda cafezal’ e me mostrou, com orgulho, uma antiga inscrição, já meio gasta, que estava na janela do escritório em que me concedeu a entrevista. Lá estava escrito: Departamento Nacional do Café. Então disse: *‘aqui, em 1937-9 se queimava muito café por causa do preço. O próprio Getúlio Vargas pagava para não se produzir. Acabou o cafezal. Aí veio o plantio do milho e do arroz e com a desvalorização, a coisa toda acabou.’* Um outro produtor entrevistado, membro da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Monte Alegre e Ibitiguaçu (Aprumai) também lembrou dos tempos passados como tempos mais fáceis para quem estava na agricultura, afirmando que em tempos passados o produtor se sentia mais valorizados. Segundo o produtor, ‘antigamente’ os produtores chegavam no banco, eram logo atendidos, serviam cafezinho e tudo. Hoje em dia, o agricultor vai lá, entra todo humilde, e fica ‘mofando’, ninguém quer atender, chegam a deixar o cara o dia inteiro lá esperando.

A fase de decadência do café e a progressiva substituição pela pecuária leiteira possibilitaram também o crescimento de outras duas culturas no município, presentes até os dias de hoje, a rizicultura e as olerícolas, principalmente o tomate (Alentejano, 2003; Gregório Filho & Oliveira, 2001; Cezar, 2001). Ao lado dessas culturas, ainda se observa no município o cultivo com menor expressão da banana, milho, feijão, pimentão, hortaliças.

E assim, invertendo ciclos de dinamismo e decadência segue a economia municipal, mantendo uma forte ligação com a agricultura.

Então em meados da década de 1960, constata-se no Brasil um conjunto de condições macroeconômicas e políticas³ que acarretam uma mudança no padrão de desenvolvimento adotado pelo país e que terão reflexos especialmente no que concerne à agricultura, aos seus papéis no padrão de acumulação nacional e aos instrumentos de política pública que lhe são direcionados. No cenário macroeconômico, tratava-se, agora, de fazer crescer a produção e a produtividade do setor agrícola, pautadas no conceito de eficiência, de modo a responder aos intensos e crescentes desafios da acelerada industrialização e urbanização. As preocupações relativas à equidade social, à elevação dos padrões de vida da população rural, bem como à reforma agrária nesta fase são deixados de lado. A agricultura do município não passa incólume por esse processo. Assim, ainda que em Santo Antônio de Pádua não tenha se observado a implantação completa do processo de ‘modernização da agricultura’, algumas marcas próprias da ‘racionalidade produtiva’ que regia esse modelo são sentidas até os dias de hoje como o forte êxodo rural, a alta concentração fundiária e o alto uso de agrotóxicos.

Nesse período as funções da agricultura na economia, mais do que perseguir objetivos estritos de estabilidade de preços e do salário real, bem como de alcance de superávits na balança comercial, incorporariam um novo fator: aprofundar as relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambas com o setor externo, processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período, o qual Delgado denomina ‘integração técnica-agricultura-indústria’ (Delgado, 2001).

Assim, na agricultura de todo o país observa-se uma crescente mudança na base técnica de seus meios de produção, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas, combustíveis líquidos etc) e de máquinas industriais (tratores, colhedeiças, implementos, equipamentos de injeção entre outros). Por outro lado, ocorre também uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil etc.).

Esse período (1965-1980) constituiu-se com muita clareza, a idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público, especialmente através de instrumentos creditícios (Delgado, 2001).

Os principais aspectos desse processo são (Leite, 2005):

- A adoção do padrão tecnológico ‘moderno’, calcado no binômio químico-mineral e mecanização. Suas consequências são profundas, especialmente quanto às dimensões ambiental e social, essa última consubstanciada na elevação do desemprego no campo e no êxodo rural;

³ Refere-se aqui ao período de nacional-desenvolvimentismo que ganha maior expressão nos governos militares, período que se estende até meados da década de 80, e ao próprio cenário internacional, marcado por uma maior abundância de capitais e por uma modificação na estrutura dos mercados. A estratégia de inserção da economia brasileira no comércio internacional sofre modificações, cujos reflexos são sentidos diretamente na composição da pauta exportadora do país, que tem a fração de produtos primários reduzida com um progressivo aumento da exportação de *commodities* – principalmente grãos (arroz, milho e, posteriormente, soja).

- Concentração fundiária: ainda que se constatasse um aumento de produção e da produtividade, a estrutura fundiária brasileira, por sua vez, permanecia inalterada no período, chegando mesmo a atestar uma ligeira concentração;
- Política econômica setorial: destaque dado aos instrumentos de crédito sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural, que privilegiava grandes produtores localizados na região Centro-Sul e produtos exportáveis (Durante os anos 1970 há a adoção de taxas de juros negativas e em alguns períodos, o montante dos recursos destinados ao programa atingiu proporções significativas do PIB do país);
- Consolidação de cadeias e dos complexos agroindustriais, imprimindo uma dinâmica à produção agropecuária, implicando na sofisticação e diferenciação do produto processado;
- Ainda quanto à consolidação de cadeias e complexos agroindustriais, observa-se uma integração de capitais agroindustriais e agro-comerciais, bem como se fortalece a valorização especulativa do imóvel rural e a transformação dos ativos reais como terra e gado em ativos financeiros (nesse ponto destaca-se o processo de territorialização da burguesia, onde se verificou uma aplicação maciça de capitais financeiros e industriais em imóveis rurais, sobretudo em operações abonadas por fartos incentivos fiscais patrocinados pelo Estado);
- Destaca-se ainda o crescimento da participação da agricultura brasileira no mercado externo, fundamentado numa política cambial baseada em desvalorizações, atestando, para algumas cadeias específicas um significativo aumento da exportação de seus principais produtos.

Ainda que o principal eixo de ‘modernização’ da agricultura brasileira se desse nas regiões Centro-Sul, a agropecuária fluminense pouco foi beneficiada desse processo de ‘modernização’. Da região Sudeste, o Rio de Janeiro foi o estado que apresentou menor crescimento em produtividade. O modelo clássico de modernização da agricultura, sob a égide da revolução verde, teria encontrado aqui obstáculos à sua implantação completa, principalmente em virtude da topografia bastante irregular e da estrutura fundiária baseada em estabelecimentos de áreas mínimas que o Estado apresenta (Garcia, 1998). Sua modernização, portanto, se deu de maneira parcial e irregular. Não pôde prosperar no Estado a produção agrícola mecanizada em grande escala e em extensas áreas contínuas, como também foi quase inexistente a integração entre a pequena e média agricultura e a agroindústria de grande porte no Estado. Os maiores sintomas do processo de modernização observados foram o aumento no uso de produtos químicos, a devastação de sua cobertura vegetal, a pouca adoção de práticas conservacionistas, a baixa diversificação dos estabelecimentos rurais, o desemprego, a concentração de terras e a precarização das condições de vida de boa parte da população rural do Estado.

Em Santo Antônio, ao longo das últimas décadas esse processo de modernização agrícola se refletiu de forma bem específica, variando de cultura para cultura, mas reproduzindo como resultados finais um quadro comum de alta concentração fundiária, acentuada degradação ambiental, falta de cumprimento da legislação trabalhista nas áreas rurais, baixos salários, desemprego, subemprego, esvaziamento do campo e acentuação da miséria.

1.3 - A Agricultura e o Município nas Últimas Décadas

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/6, o município de Santo Antônio de Pádua apresenta hoje 879 estabelecimentos agropecuários. A área total do município é de 61.520 ha, sendo que 50% desta é composta por estabelecimentos agropecuários. Apenas 1.980 ha estão ocupados com lavouras (permanentes e temporárias), ou 7% da área total. Ainda hoje, por sua vez, as pastagens (naturais ou plantadas) são as que se apresentam em maior quantidade no município, representando 82% da área total dos estabelecimentos agropecuários (24.360 ha).

Tabela 1.3.1 - Uso da terra - Santo Antônio de Pádua – 1996

	Número dos estab. Agropcs.	Área	Área com Lavouras	Área com Pastagens	Área com matas e florestas	Não utilizadas
Total	879	29813	1980	24360	1939	1534
% dos estab. agropcs.		100%	7%	82%	7%	5%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O quadro acima é indicativo do reduzido índice de utilização produtiva da terra no município, cuja área dedicada aos estabelecimentos rurais (50% da área municipal) é quase toda destinada às pastagens. Como já mencionado, a decadência da cafeicultura, ainda na década de 1930 e depois em 1960 a derrocada total do café determinaram a substituição gradual da lavoura cafeeira por pastagens, tornando a pecuária leiteira a principal atividade. Na evolução da economia agrária regional percebe-se claramente a passagem de sistemas intensivos por outros cada vez mais extensivos, com a redução progressiva da mão-de-obra empregada.

A maioria das fazendas de café, com a decadência da cafeicultura no município (que praticamente desapareceu), se tornou produtoras de leite. Ao mesmo tempo que os maiores produtores buscavam uma atividade que pudesse lhes garantir uma forma rentável de substituição do café, para o pequeno produtor, o leite era uma forma de sobrevivência.

No município, e ainda atualmente, para os pequenos produtores, a pecuária leiteira é uma maneira de manter uma renda mensal baixa (mas estável), num contexto de crise da agricultura, que lhe serve para garantir a reprodução social de sua família. A comercialização do leite, para a maioria deles, se dá via cooperativa (capital comercial). Como na declaração de um dos integrantes da Cooperativa Agropecuária do município: “ – *Miseravelmente eles vivem, os pequenos proprietários rurais quase que de leite... quando plantam alguma coisinha, é somente para consumo da família, porque não compensa produzir para vender* (lavoura).”

Assim, não apenas no município, mas em toda a região, a pequena produção de leite desempenha um papel central para a acumulação dos grandes fazendeiros (Grabois et al., 1998). Se não fosse o leite dos pequenos produtores, complementando a quantidade produzida pelos grandes fazendeiros para fazer volume, os grandes teriam que aumentar o volume de leite produzido. Com isso talvez fossem obrigados a mudar os sistemas pastoris a fim de tornar a agropecuária menos extensiva, tendo que fazer maiores investimentos. Em outras palavras, a grande importância da pequena produção é permitir que o fazendeiro obtenha seu produto com baixos investimentos, aplicando seus lucros em outras atividades e lugares (Grabois et al., 1998).

Outra forma de subordinação na pecuária do município é a observada entre os pequenos produtores de leite e os criadores de gado de corte. Muitos desses fazendeiros praticam a recria, adquirindo em boa parte bezerros de pequenos produtores. Eles vendem seus animais machos para recria devido à escassez de terra e capital. Ficam excluídos do processo de mudança para a pecuária de corte e duplamente subordinados por um lado à cooperativa e por outro ao grande produtor de gado de corte da região. Como disse o mesmo produtor associado à Cooperativa:

“ – O homem do campo vende o bezerro, o garrote, é uma verba que ele tem na cria do gado. Tira o leite, vende, apura alguma coisa, futuramente ele vende um bezerro maior ou um garrote então apura um dinheirinho para o sustento da família. Então... a Pecuária no município de Pádua vem solucionar a falta de dinheiro que deixou de entrar pela agricultura que foi, pode-se dizer, abandonada, a não ser por aqueles que plantam um pouquinho para comer e não para vender.”

Assim sendo, vemos que a pecuária tem uma importância central nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua na medida em que se torna uma estratégia para a reprodução econômica e também social dos pequenos produtores, quando a lavoura não rende bons lucros. É a pecuária que permite que o pequeno produtor tenha uma pequena renda mensal e que ele consiga permanecer no campo enquanto a lavoura não volta a render bons resultados.

Ao longo do processo de modernização observado no país, a agricultura do município apresentou um acelerado processo de esvaziamento, que se acentua nas últimas duas décadas do Século XX (especialmente da lavoura temporária). Assim como em 1970 a área destinada ao cultivo de lavouras temporárias era de 23%, em 1995/6 ela cai para 5% apenas. Mas o que chama atenção nesse quadro mesmo é o crescimento da área ocupada com pastagens, que se eleva de 55% para 82%.

Tabela 1.3.2 - Evolução no uso da terra – 1970-95/6

	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária		Pastagens		Matas		Produtiva não-utilizada		Total
	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha
1970	124	0%	13577	23%	33255	55%	3871	6%	9462	16%	60289
1980	1050	1,7%	9430	15%	46679	76%	3776	6%	843	1%	61778
1985	639	1%	6645	11%	47991	80%	3460	6%	1227	2%	59962
1996	414	1%	1566	5%	24360	82%	1939	7%	1534	5%	29813

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Os principais produtos da lavoura temporária encontrados no município são o arroz e o tomate. A rizicultura teve sua origem no município vinculada à antiga fazenda de café, diferenciava-se, entretanto, das demais culturas de subsistência que coexistiam com o café, na medida em que se destinava apenas ao consumo do fazendeiro. O início da expansão da produção comercial do arroz está relacionado ao forte impacto que a crise de 1929 traz para a lavoura cafeeira. Em meados da década de 1940, a cultura do arroz tem um forte aumento de produção na região Noroeste e também em Santo Antônio de Pádua. E assim segue até meados da década de 1980, alternando momentos de euforia e depressão. O seu declínio, por

sua vez, manifesta-se claramente no início dos anos 1990, quando a produção entra em processo de estagnação (Gregório Filho & Oliveira, 2001).

Atualmente a cultura do arroz ainda se faz presente no município, entretanto, situando-se em patamares bem inferiores àqueles experimentados no passado pela economia municipal. A principal causa atribuída é a trajetória descendente que o preço desse produto vem apresentando, de forma que o arroz chega ao mercado com um preço bem inferior ao seu preço de custo em Santo Antônio de Pádua. Segundo a entrevista de um membro da Cooperativa Agropecuária de Santo Antônio de Pádua

“ - ...no passado, o município de Pádua produzia aproximadamente 400 mil sacas de arroz e hoje não produz quase nada. Ano retrasado (2003) começaram a plantar de novo, para o consumo, um pouco de arroz. O preço estava melhorando. No ano passado (2004) eles já plantavam mais e já começavam a aparecer as lavouras. Estava voltando a produção. No entanto, o arroz quando foi plantado estava a 45 reais o saco e quando foi colhido já estava a 13 reais. Ninguém quer vender mais...”

O tomate, por sua vez, outra cultura bastante importante na região, permanece até hoje como principal produtor agrícola. Sua origem está ligada à expansão da pecuária extensiva. O crescimento das pastagens teve como reflexo a formação de um contingente de trabalhadores rurais expulsos do campo, que então migravam para as sedes dos distritos ou para as cidades de Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e para a Baixada Fluminense. Essa oferta crescente de mão-de-obra disponível e o quadro natural (clima, relevo) da região teriam sido as condições essenciais para o desenvolvimento da horticultura do tomate (Cezar, 2001).

O tomate foi introduzido a partir da década de 1950, inserindo-se no território da grande fazenda de gado e marcando a paisagem do Noroeste de forma pontual. A partir daí a produção de tomate foi crescendo na região, dando-se de Itaperuna para o sul, até chegar a Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá. A partir de 1993, Santo Antônio de Pádua já figurava dentre os dez maiores produtores estaduais (Cezar, 2001), posição mantida até os dias atuais.

A estrutura fundiária de Santo Antônio de Pádua sofreu um progressivo processo de concentração desde 1970. Segundo o Censo Agropecuário de 1970, havia no município 1592 estabelecimentos que ocupavam uma área de 60.955 ha. Desse total, 35% tinham menos de 10 ha e ocupavam 5% da área total. O grau de concentração fica ainda mais evidente se levarmos em consideração o número de estabelecimentos com menos de 100 ha: em 1970, eles representavam 91% do total e ocupavam apenas 53% da área do município.

Notemos pela tabela que até 1985 a porcentagem de estabelecimentos com menos de 10 ha mais que dobra (de 35% para 72%) ao mesmo tempo que a porcentagem na área ocupada por esses mesmos estabelecimentos se eleva de 5% para 10%. A análise da distribuição desses estabelecimentos entre 1970 e 1985 parece nos sugerir que mais do que uma desconcentração, o que houve foi um processo de desmembramento (fragmentação) dessas pequenas terras. Assim, se observarmos o número total de estabelecimentos em 1970 (553) notaremos que a sua quantidade total quintuplica no período (em 1985, já são 2729), ao mesmo tempo em que a área total ocupada por esses mesmos estabelecimentos apenas dobra. Assim, se em 1970 há 553 estabelecimentos ocupando 3.202 ha da terra, em 1985 temos 2729 estabelecimentos ocupando somente 6.024 ha. Ou seja, a área média desses estabelecimentos, nesse período, se reduz bruscamente.

Já no período que vai de 1985 para 1996, observamos uma queda brusca nos estabelecimentos com áreas inferiores a 10 ha (72% para 42%), ao mesmo tempo sua área se eleva de 5% para 6% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Na última década, portanto, pode-se observar que ao mesmo tempo em que observamos uma queda no número de estabelecimentos (o que pode estar relacionado ao abandono das atividades agropecuárias no município e ao êxodo), há o crescimento da área média dos estabelecimentos com áreas menores a 10 ha.

Nos estabelecimentos com áreas entre 10 ha e 100 ha, observamos que no período entre 1970 e 1985 há uma queda no número de estabelecimentos (56% para 25%), ao mesmo tempo que a área ocupada pelos mesmos quase não se modifica (49% para 50%). De 1985 para 1996, observamos o aumento no número de estabelecimentos com áreas entre 10 e 100 ha, durante o que a área ocupada permanece a mesma, o que pode indicar uma redução no tamanho médio dessas propriedades.

Naqueles estabelecimentos que possuem áreas entre 100 e 1000 ha, por sua vez, notamos que entre 1970 e 1985 há uma queda sensível tanto nos seus estabelecimentos (9% para 3%) quanto na área ocupada pelos mesmos (46% para 38%). No período entre 1985 e 1996, tanto o número dos estabelecimentos (3% para 6%) quanto a área ocupada por eles se elevam (38% para 41%).

Tabela 1.3.3 - Distribuição dos estabelecimentos segundo grupos de área total – 1970-95/6

	menos de 10 ha				10 a 100 ha				100 a 1000 ha				mais de 1000 ha			
	N	%	Área	%	N	%	Área	%	N	%	Área	%	N	%	Área	%
1970	553	35%	3202	5%	897	56%	29659	49%	142	9%	28095	46%	0	0	0	0
1980	1051	49%	3886	6%	944	44%	30775	48%	140	7%	29016	45%	1	0%	1009	1,56%
1985	2729	72%	6024	10%	953	25%	31175	50%	130	3%	23745	38%	1	0%	1113	1,79%
1996	356	41%	1639,5	5%	457	52%	14867	47%	65	7%	13755	44%	1	0%	1225	3,89%
1996*	499	42%	2128,6	6%	606	51%	18906	50%	76	6%	15356	41%	1	0%	1225	3,26%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

*Em 1992 Aperibé se emancipou de Santo Antônio de Pádua. Esse resultado corresponde à soma dos dados referentes a Aperibé + Santo Antônio de Pádua

Atualmente em Santo Antônio de Pádua, segundo o Censo Demográfico 1995/96 41% dos estabelecimentos têm menos de 10 ha, ocupando apenas 5% da área total, quase a mesma área ocupada pelo maior estabelecimento do município. Evidencia-se a concentração se levarmos em consideração que os estabelecimentos com menos de 100 ha correspondem 92% de todos os estabelecimentos e que ocupam 53% da área total do município.

No que se refere à utilização de máquina e instrumentos agrícolas no município, verifica-se entre 1970 e 1996 um aumento apenas na proporção de estabelecimentos que utilizam tratores. Não foram observadas mudanças significativas no que se refere ao uso de máquinas para plantio que, de 1985 a 1996, permaneceu praticamente a mesma (de 1% passa a 0,8%). A proporção dos estabelecimentos que utilizam arados, entre 1970 e 1996, sofreu uma redução na dos que utilizavam tração animal, como houve um aumento na dos que usavam tração mecânica. No entanto, a parcela dos estabelecimentos que usavam arados de uma maneira geral permaneceu praticamente a mesma (média de 23%).

Tabela 1.3.4 - Proporção de estabelecimentos agropecuários que utilizam máquinas e instrumentos agrícolas

	1970		1970		1985		1996		1996*		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	Est.
Tratores	38	2%	180	8%	162	4%	56	6,4%	88	7,4%	1592
Máquinas para plantio	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	30	1%	9	1%	9	0,8%	2136
Máquinas para colheita	15	1%	9	0%	10	0%	6	0,7%	6	0,5%	3813
Arados de tração animal	869	55%	946	44%	891	23%	447	50,9%	507	42,9%	879
Arados de tração mecânica	23	1%	41	2%	37	1%	25	2,8%	36	3,0%	1182

Fonte: IBGE - Censo Agropecuários

*Em 1992 Aperibé se emancipou de Santo Antônio de Pádua. Esse resultado corresponde à soma dos dados referentes a Aperibé + Santo Antônio de Pádua

Com o objetivo de verificar a evolução tecnológica e associativa dos produtores agropecuários do município, calculamos a proporção dos estabelecimentos que possuíam alguma das características selecionadas: uso de irrigação; energia elétrica; força animal e mecânica; práticas de conservação do solo; assistência técnica; adubos e corretivos; e associados a cooperativas.

Pode-se afirmar que no período de 1970 a 1985 há um crescimento na proporção dos estabelecimentos que utilizavam irrigação (13% para 73%), ao mesmo tempo que de 1985 até 1996 essa proporção se reduz para 40%.

A oferta de energia elétrica aos estabelecimentos rurais se eleva consideravelmente, apresentando maior intensidade no período que vai de 1985 a 1996 (de 9% para 76%). Esse indicador caracteriza uma grande melhora na oferta desse serviço para as áreas rurais do município, processo que se dá relativamente tarde, somente nas últimas décadas do Século XX (até 1985 apenas 9% dos estabelecimentos rurais possuíam acesso à energia elétrica).

A utilização de força animal/mecânica, por sua vez, apresenta maiores quedas no período que vai de 1985 a 1996 (de 83% para 68%), o que pode estar relacionado à redução brusca nas áreas com lavouras temporárias. As áreas com lavouras temporárias se reduzem de 11% para 5% entre 1985 e 1996.

A utilização de práticas de conservação do solo é ainda tímida dentre os estabelecimentos rurais do município, de modo que como em 1985 4% dos estabelecimentos utilizavam alguma técnica de conservação do solo, em 1995/6 18% o faziam.

A assistência técnica cresce consideravelmente no município no período entre 1985 e 1995/6, de modo que se em 1985 apenas 9% dos estabelecimentos recorriam aos serviços de assistência técnica, em 1996 essa parcela sobe para 79%.

A parcela de estabelecimentos rurais que utilizavam adubos e corretivos cresce no período de 1970 a 1980 (6% para 33%) e apresenta uma queda considerável no período subsequente de modo que em 1985 apenas 16% dos estabelecimentos utilizava adubos e corretivos. Essa situação se inverte, entretanto no período que se estende de 1985 a 1996, de maneira que o número de estabelecimentos que utilizavam adubos e corretivos cresce de 16% para 33% o que pode estar relacionado ao maior crescimento do tomate na região, cujo auge de produção se dá na década de 1990 (Cezar, 2001).

E, por fim, observa-se um brusco crescimento, no período que vai de 1985 a 1996 na parcela de estabelecimentos que se associavam a alguma espécie de cooperativa (se em 1985 correspondem a 21%, em 1996 correspondem a 62%). Tal comportamento pode ter relação com a crise da agricultura no município, e o simultâneo crescimento da pecuária e das áreas destinadas às pastagens que se observa desde de 1980 no município (se em 1980, 76% das terras eram pastagens, em 1995/6 essa parcela já chega a 82%), na medida em que a única cooperativa que há no município é de leite.

Tabela 1.3.5 - Proporção dos estabelecimentos agropecuários segundo características tecnológicas e associativas

	1970		1980		1985		1996	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Uso de irrigação	208	13%	1538	72%	2794	73%	349	40%
Consumo de energia elétrica	92	6%	219	10%	336	9%	665	76%
Uso de força animal/mecânica	1306	82%	1680	79%	3156	83%	601	68%
Uso de práticas de conservação do solo	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	136	4%	154	18%
Uso de assistência técnica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	344	9%	691	79%
Uso de adubos e corretivos	91	6%	715	33%	609	16%	293	33%
Associado à cooperativa	384	24%	708	33%	788	21%	543	62%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

No que diz respeito aos investimentos realizados pelos estabelecimentos agropecuários, entre 1970 e 1995-96, houve um decréscimo tanto nos investimentos quanto nos financiamentos.

Tabela 1.3.6 - Proporção dos estabelecimentos agropecuários com financiamento e investimento

	Investimento		Financiamento	
	N	%	N	%
1970	842	53%	440	28%
1980	644	30%	481	23%
1985	920	24%	121	3%
1996	327	37%	15	2%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Ao analisarmos a distribuição dos investimentos, podemos perceber que houve um aumento na participação dos bens imóveis e uma queda na parcela investida em outros bens, no período que vai de 1970 a 1996. No período que vai de 1980 a 1996, os investimentos que mais cresceram foram aqueles destinados a instalações e outras benfeitorias, reduzindo-se a proporção investida na compra de novas terras e em prédios. Com relação aos investimentos em outros bens, das categorias que apresentaram quedas, chamamos atenção para os investimentos em compra de máquinas e implementos, o que pode estar relacionado à queda nas áreas de lavouras. Os investimentos realizados em veículos e outros meios de transporte crescem de 1970 a 1980, mas se reduzem de 1980 a 1995/6. Por outro lado, chama atenção o crescimento nos investimentos destinados à compra de animais, que no período que vai de 1970 a 1995/6 crescem de 20% para 70%.

Tabela 1.3.7 - Distribuição do valor do investimento segundo o tipo de investimento

		1970		1980		1996	
		N	%	N	%	N	%
Bens Imóveis	Total	517	61%	67914	43%	739	75%
	Terras adquiridas	258	31%	27747	17%	23	2%
	Prédios (residenciais e outros fins)	70	8%	18698	12%	31	3%
	Instalações e outras benfeitorias	189	22%	21469	13%	195	20%
Outros Bens	Total	325	39%	91496	57%	249	25%
	Plantio de culturas permanentes	0	0%	1396	1%	8	1%
	Plantio de matas	0	0%	0	0%	0	0%
	Compra de animais	172	20%	69867	44%	691	70%
	Máquinas e implementos	137	16%	12977	8%	2	0%
	Veículos e outros meios de transporte	16	2%	7251	5%	39	4%
Total		842		159410		988	

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

No que concerne ao pessoal ocupado na agricultura, de um modo geral, a promulgação do estatuto do Trabalhador Rural (1963) que estendia aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos teve um efeito catastrófico no campo. Uma vez que seu cumprimento pressupunha uma correlação de forças que não existia nas relações trabalhistas que se davam na agricultura (geralmente de caráter clientelístico-paternalista), essa nova legislação, quando aplicada, teve como consequência prática a elevação do custo do trabalhador residente. A efetiva aplicação dessa nova regulamentação, portanto, determinou que a existência de trabalhadores residentes nas propriedades se tornasse um risco de custos futuros para o proprietário rural, no caso da existência de eventuais conflitos. Nesse contexto, observa-se um processo de substituição progressivo dos trabalhadores permanentes por trabalhadores temporários, sem quaisquer direitos trabalhistas e proteção social (Guanziroli et al., 2001).

Na fala de um dos membros do Sindicato Rural de Santo Antônio de Pádua, pode-se perceber essa mudança na estrutura ocupacional do município, refletida na redução dos trabalhadores assalariados e na criação de outras relações de trabalho com o objetivo de ‘burlar’ as leis do trabalho, como a parceria.

“ - Voltando o maior problema do êxodo rural e também da agricultura, há um bom tempo que eu venho acompanhando isso, foram as leis trabalhistas, isso foi a primeira coisa que começou a tirar o homem do campo. (...) Essas leis aprofundam a dificuldade do campo, a pessoa mora no seu terreno seis meses, você dispensa, ele vai para a justiça. Mora no seu terreno, não paga aluguel, não paga luz, tem leite para os filhos, terreno para plantar, vai para lá (justiça) e o juiz dá ganho de causa. Conclusão: quem tinha muito meeiro, acontece isso, aí vai saindo o pessoal eles vão desmanchando as casas, não querem mais.”

Dessa forma, no período de 1970 a 1985 (Tabela 1.3.8), observa-se um crescimento considerável no número de estabelecimentos que utilizavam a parceria como principal forma de obtenção de mão-de-obra (de 4% vai para 53%, em 1985).

No município, as modificações observadas nas relações de trabalho da lavoura de arroz são menos sensíveis. A condição do colono de produzir arroz recebendo a diária desapareceu do município desde a década de 1930 (Grabois et al., 1998). A partir daí esta cultura adquiriu caráter comercial preferindo o fazendeiro dar a lavoura também em parceria, pois o pagamento de diária não era compensador (especialmente até a década de 1980, onde há ainda o crescimento do arroz e o crescimento do número de parceiros). Sendo assim, o estabelecimento da parceria constituía entre outras coisas um expediente para garantir mão-de-obra mais barata durante todo o ano. Três atores estão envolvidos no processo produtivo do arroz no município atualmente: o proprietário da terra arrendada, o empresário (quem financia) e o parceiro (que trabalha). A subordinação se faz presente nessa cultura tanto sob o domínio do capital comercial, o ‘maquinista’⁴ como pelo proprietário de terra. No caso do pequeno proprietário ela se dá apenas na comercialização, nos parceiros ela se realiza nos dois planos.

Na lavoura do tomate, por sua vez, também se observa um processo progressivo de subordinação. Ela se constituiu o caso mais recente do uso de parceria como substituinte do trabalho assalariado e ao mesmo tempo, a cultura que melhor representou a inserção do pequeno produtor no complexo agroindustrial. Aqui, mais uma vez, a escolha da parceria fez parte de uma estratégia do empresário para manter e reforçar a relação de dominação que exercia sobre os pequenos produtores (Grabois et al., 1998).

Nos tomates, atualmente, a coisa se organiza como um grande empreendimento, mas marcado pela dispersão da unidade produtora. Nela, não existe moradia, pois a terra é arrendada e ocorre um deslocamento constante das lavouras devido às características agrônômicas do tomateiro no que se refere a fitopatologia.

Assim, na parceria do tomate, mesmo que haja utilização do trabalho familiar não se configura uma unidade de produção familiar, a lavoura não se configura uma unidade de produção. Aqui apesar de ter acesso aos meios de produção através do empresariado e/ou proprietário de terra, o parceiro produz exclusivamente o tomate, não existindo qualquer outro tipo de cultura de subsistência. Isso representa a outra face do que poderíamos considerar um exemplo bastante singular da grande produção ‘moderna’ calcada na parceria e na forte exploração de mão-de-obra.

Sendo assim, no município, ao longo do processo de ‘modernização da agricultura’ e especialmente nas últimas décadas, os pequenos produtores tornaram-se cada vez mais subordinados ao capital comercial e industrial. As dificuldades no acesso à terra que, por sua vez, se repercutem no acesso aos recursos produtivos, acabam colocando a subordinação como única opção de sobrevivência para os pequenos produtores.

No período de 1985 a 1996, entretanto, essa dinâmica se inverte e a proporção de parceiros se reduz consideravelmente. Assim, ao mesmo tempo que em 1985 a parcela de estabelecimentos que utilizava parceria correspondia a 53% dos estabelecimentos, em 1996 essa mesma proporção se reduz para 2% apenas. O processo de modernização, em seu início (1970-1985) provoca um crescimento das relações de trabalho pautadas na parceria (de 4%

⁴ Pessoa que comercializa o arroz da região.

para 53%). No entanto, nos últimos anos esse processo apresenta um ponto de inflexão e o que se tem observado é uma queda brusca nessas ocupações, fruto da crise pela qual passa a agricultura atualmente no município. O número de estabelecimentos de arrendatários, por outro lado, permanece o mesmo em todo o período. Já o número de estabelecimentos de proprietários cai até 1985 (91% para 43%) enquanto, na última década, apresenta um novo crescimento chegando a 93%.

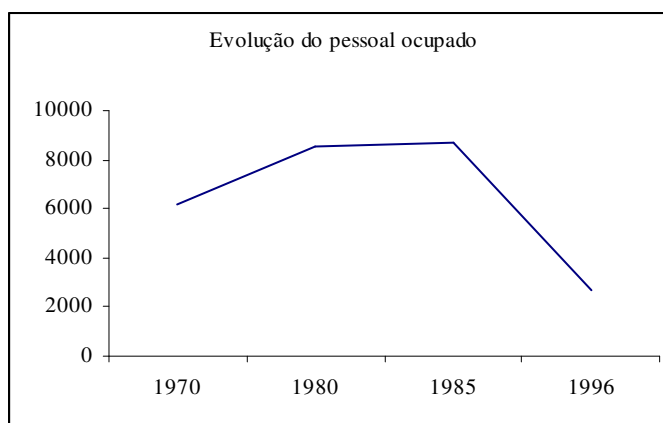
Tabela 1.3.8 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	N	Área	N	Área	N	Área	N	Área
1970	91%	97%	3%	2%	4%	1%	2%	1%
1980	65%	88%	3%	4%	28%	5%	4%	3%
1985	43%	89%	3%	4%	53%	5%	1%	2%
1996	93%	96%	3%	2%	2%	1%	2%	1%

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

No que se refere ao pessoal ocupado, ao contrário da tendência que se verificara de 1970 a 1985, onde se observa um aumento considerável no número de pessoas empregadas na agricultura, entre 1985 e 1996 esse processo se inverte e observa-se uma progressiva queda neste número, dinâmica que se mantém até os dias atuais. Se no Estado o pessoal ocupado diminuiu 45,9% (Guanzioli & Sabbato, 2001), no município a redução observada foi de 69% nesse período.

Gráfico 1.3.1 – Evolução pessoal ocupado



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

Nesse sentido, no período de 1985 a 1996, a maior queda observada no número de pessoas empregadas na agricultura é observada na categoria dos empregados temporários. Em segundo lugar, figura a redução dentre os responsáveis e membros da família (73%) o que pode estar relacionado também ao aumento do êxodo rural e a redução significativa nas áreas de lavouras temporárias. Esses dois itens foram os principais responsáveis pelas alterações na estrutura ocupacional que se deu na agricultura de Santo Antônio de Pádua nas últimas décadas.

Tabela 1.3.9 – Número de pessoas empregadas na agricultura por categoria

	1985	1996	Variação
	N	N	
Resp. membro família	6190	1677	-73%
Empregados permanentes	771	642	-17%
Empregados temporários	1347	92	-93%
Parceiros (empregados)	150	103	-31%
Outra condição	215	172	-20%
Total	8673	2686	

Fonte: Censos Agropecuários

A alternância de ciclos agrícolas pelos quais passou Santo Antônio de Pádua e a implantação parcial do processo de ‘modernização de agricultura’ produziram efeitos que são sentidos até hoje na sua agricultura. Atualmente, sua estrutura agrária é formada por pequenos estabelecimentos familiares (menos de 20 ha) pouco modernizados e que utilizam a combinação agricultura e pecuária leiteira para sobreviverem.

Dessa forma, a pecuária extensiva de baixa produtividade convive lado-a-lado com lavouras mais intensivas em mão-de-obra, baseadas em relações de trabalho, calcadas na parceria, e com baixo índice de tecnificação/maquinização. Derivam-se de daí combinações diversas de relações de trabalho na agricultura, onde aquelas mais tradicionais convivem lado-a-lado com formas mais ‘modernizadas’, como é o caso da parceria na cultura do tomate. Mais visíveis então são os problemas relacionados à degradação ambiental: utilização excessiva de agrotóxicos, o extermínio quase completo da vegetação natural da região, o empobrecimento dos solos e a intensificação dos processos erosivos. A cobertura vegetal original da região hoje em dia só é encontrada nos parques nacionais e em encostas de serras de difícil acesso.

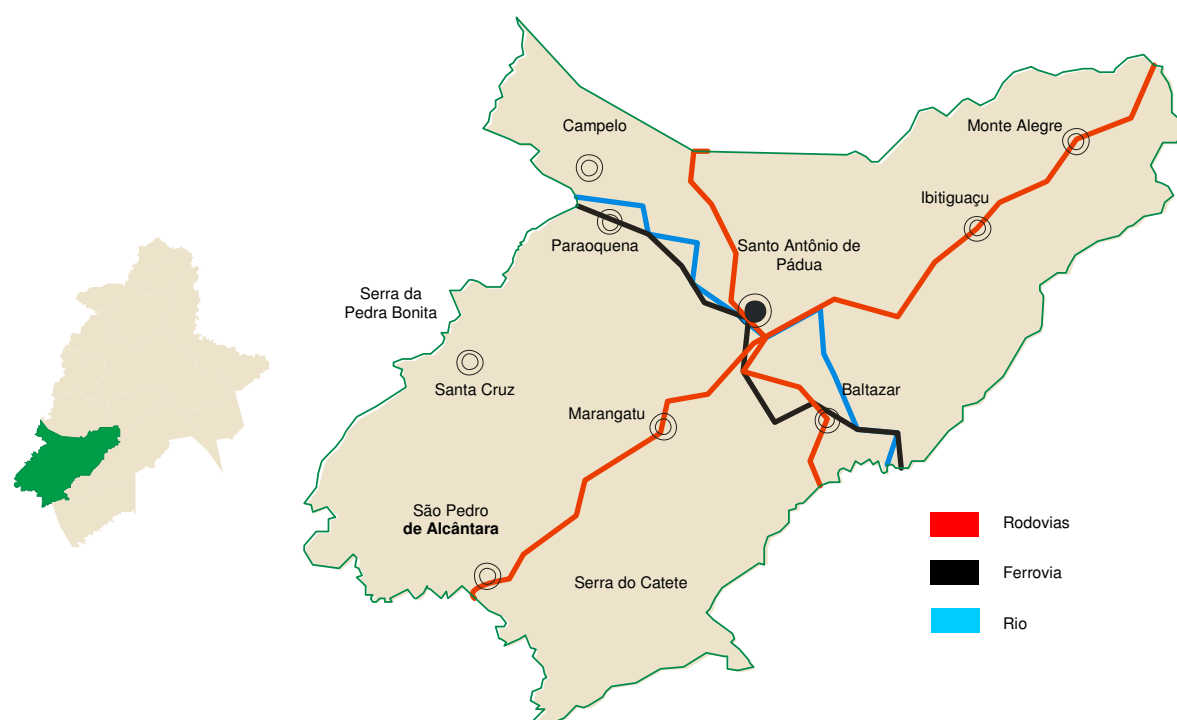
Na última década, mais um importante elemento vem se somar à ocupação do solo em Santo Antônio de Pádua. Seu ordenamento espacial vem apresentando modificações, principalmente em virtude da expansão do setor extrativo mineral (rochas ornamentais) que vem ganhando importância crescente. As atividades de extração mineral (rochas semi-preciosas) se destacam em virtude dos empregos e encadeamentos (principalmente nos serviços e comércio) que suas atividades representam na economia local (Baptista Filho & Tanaka, 2002). Essas mudanças geram novas dinâmicas no município que afetam a agricultura e a dinâmica das áreas rurais e que se refletem no esvaziamento da atividade agrícola, na alteração da forma do uso do solo (agricultura → extração de rochas), no aumento da pluriatividade e do preço da mão-de-obra nas áreas rurais, de forma que o novo setor passa a competir progressivamente com a agricultura.

As atividades minerais de extração de rochas semi-preciosas (ornamentais) de Santo Antônio de Pádua remontam à década de 1960, quando alguns pequenos produtores rurais começaram a utilizar essas pedras para fins de revestimento do piso de currais. O setor foi evoluindo de forma gradual de modo que até meados da década de 1990, a extração e o beneficiamento eram realizados praticamente de modo artesanal. Até esse período, a maioria das empresas não apresentava qualquer registro, trabalhando na informalidade. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1990 as atividades de extração de rocha começaram a ser legalizadas, favorecendo um deslocamento nesse setor de uma gestão ‘familiar’ para uma visão mais ‘empresarial’ (Baptista Filho & Tanaka, 2002a e 2002b).

As atividades de exploração mineral (rochas ornamentais) em Santo Antônio de Pádua se dão na Serra do Catete, onde são exploradas rochas miloníticas conhecidas comercialmente como ‘pedra madeira’; na Serra do Bonfim, onde são exploradas rochas também miloníticas de coloração predominantemente cinza, a ‘pedra miracema’; e na Serra da Pedra, onde os principais tipos encontrados são os charnockitos e gnaisses-granitóides (Baptista Filho & Tanaka, 2002a).

Em Santo Antônio de Pádua, o crescimento do setor de rochas foi refletido na forma de organização do seu espaço, introduzindo uma nova dinâmica nas suas áreas rurais, contribuindo com a redução progressiva da mão-de-obra e das terras antes empregadas na agropecuária. Segundo um agrônomo da Emater local ao ser indagado a respeito de como a agricultura se territorializa no município:

“ - Metade do município para cá é uma região produtora (referindo-se à produção agrícola), da metade para lá é uma região de quase só estação de pedra. Pros lados de Marangatu é de pedras, de rochas. Antes eles produziam bastante. Hoje ainda produz alguma coisa, mas a principal atividade é as pedras. Quando eu vim para Pádua em 1976, sou mineiro, eles ainda produziam mais. Depois eles foram descobrindo que seria mais interessante explorar as pedras do que plantar. E com isso, eles estão ganhando dinheiro e a mão-de-obra rural foi para as pedras, porque é mais rentável. Com isso, a atividade rural foi deixada para segundo plano. Os produtores têm vaca lá e tudo, mas reduziu muito. Arroz que também produziu muito não tem. O município é dividido praticamente.”



1:2.400.000 - Fonte: IBGE

Mapa 1.3.1 – Distritos de Santo Antônio de Pádua

Nesse aspecto, observamos que o crescimento do setor extrativo determinou uma alteração nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua, consubstanciada na introdução de uma nova dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, é decorrente da elevação do preço da mão-de-obra rural, determinando, muitas vezes, o esvaziamento da agricultura. A concorrência do setor de pedras sobre a atividade agrícola (quanto à mão-de-obra) é sentida em todos os distritos, especialmente naqueles mais próximos das estações de rochas. Nesses distritos mais ao Sul do território municipal, a agricultura compete não apenas em mão-de-obra, mas também nas formas de uso da terra. A indústria de rochas, no município, necessita de um grande montante de mão-de-obra em todas as etapas de produção e não somente na extração dessas pedras. Segundo um vereador da cidade representante do setor de rochas (e dono de uma serraria), ao ser indagado a respeito do papel da agricultura como importante setor gerador de empregos: *“a agricultura pagava menos, a pedra, setor mineral, pagou mais e as pessoas saíram pro setor de pedras que abrange muita gente e ainda é deficitário.”*

O município de Santo Antônio de Pádua, em 2002, apresenta a seguinte composição do PIB: em primeiro lugar, aluguéis e construção civil; seguida do comércio e serviços; em terceiro lugar indústria de transformação (o município é sede de empresas de papel e celulose e de bebidas); extração de minerais; e, por fim, a administração pública. A agropecuária segue com uma participação mais baixa, por volta de 5%, no entanto, esse montante não deve ser utilizado como parâmetro de avaliação da importância do setor na economia municipal, principalmente, porque o valor da produção agropecuária tende a aparecer subestimada no PIB ao ser comparada com outros setores como o comércio, os serviços e a indústria. Na geração de empregos, todavia, a agropecuária é a atividade que mais emprega pessoas em Santo Antônio de Pádua.

E, por fim, destacamos aqui outras dinâmicas que se fazem presentes no meio rural de Santo Antônio de Pádua em tempos recentes, ainda de maneira incipiente, mas que poderiam representar novas possibilidades de inserção dessas áreas rurais na economia municipal.

Ressaltamos aqui que, em nosso entender o momento atual constitui um ambiente favorável à ascensão de novas formas de agricultura, na medida em que se trata de um período em que crescem as preocupações quanto aos efeitos da Revolução Verde, refletidas no fortalecimento do debate que associa cada vez mais a agricultura a questões (e preocupações) ambientais, sociais e culturais. Nesse sentido, contrapondo-se ao antigo padrão da modernização da agricultura, os princípios da eficiência e produtividade que antes regiam sozinhos as práticas agrícolas são ponderados com outros princípios (mais sociais, culturais e ambientais e menos econômicos) que reconhecem na agricultura papéis muito mais amplos que o de produtora de bens. Por outro lado, percebe-se uma maior valorização da agricultura familiar, na medida em que seus benefícios são cada vez mais ressaltados em detrimento a um modelo empresarial de agricultura, altamente excludente, pautado na produção de *commodities* e concentrador de renda e terras (como aquele típico da modernização da agricultura).

Nesse contexto, as principais contribuições da agricultura seriam: importante fonte geradora de empregos (principalmente aqueles que necessitam de uma menor qualificação); mantenedora do tecido social e cultural das áreas rurais (evitando o esvaziamento do campo e favorecendo a diversidade de ambientes nas sociedades); conservação e criação da paisagem, em detrimento a uma homogeneização urbana; importante aliada no combate às

desigualdades sociais, na medida em que representa a forma de vida de boa parte das camadas mais vulneráveis; contribuinte com a manutenção de uma alimentação saudável para as famílias rurais e para a população urbana; evitar o inchaço das cidades, na medida em que a sua promoção representaria a possibilidade de muitas famílias permanecerem no campo, evitando o êxodo rural; entre outros.

Soma-se a isso, a transformação recente do sistema agroalimentar mundial (Wilkinson, 1999) que associa cada vez mais os hábitos alimentares a preocupações sociais, culturais e ambientais. Nesse novo cenário desenhado as práticas agrícolas, ao contrário do período anterior, são coladas a uma base tecnológica mais flexível, favorecendo a diversificação da produção e a redução do papel da escala em detrimento a uma maior preocupação com a qualidade dos produtos. Adicionalmente, os padrões de concorrência baseados na diferenciação dos produtos e na segmentação dos mercados sobrepõem-se aos antigos, pautados unicamente no preço e na padronização, abrindo espaço para produtos com maior valor agregado e que carregam ‘valores’ associados à tradição e aos processos de produção. Nesse sentido, as vantagens comparativas se invertem e, como no modelo anterior as pequenas escalas e a pouca tecnificação eram vistos como desvantagens, atualmente é criado um ‘prêmio’ para aqueles valores diretamente relacionados às tradições da pequena produção, como as atividades tradicionais, os produtos ‘naturais’, a organização da atividade econômica, bem como percebem-se associações positivas entre a pequena produção e o meio ambiente e o rural, o que num limite posiciona a pequena produção como a mais propícia ‘guardiã’ da biodiversidade. Nesse processo os próprios hábitos e modos de consumo são modificados, tornando-se cada vez mais complexos e diferenciados, de forma que o antigo modelo de produção pautado na padronização já não mais é capaz de atender a todas essas novas demandas (Wilkinson, 2003).

Acreditamos assim, que esses novos cenários inauguram um novo período cheio de possibilidades e oportunidades para a agricultura e especialmente a agricultura familiar, que podem representar novas formas de inserção da atividade agropecuária na economia local e regional e ao mesmo tempo contribuir para a amenização de alguns efeitos do processo da ‘modernização da agricultura’ sobre as áreas rurais de Santo Antônio de Pádua, principalmente aqueles relacionados às condições de vida das famílias dos agricultores e das famílias rurais, ao esvaziamento da agricultura, à degradação ambiental, ao esvaziamento do campo.

Assim, em Santo Antônio de Pádua atualmente, emergem ao lado dos cultivos mais tradicionais, atividades agrícolas mais diversificadas e intensivas em mão-de-obra familiar, capazes de alcançar preços mais elevados no mercado por serem diferenciadas. Nos referimos aqui à criação de ovinos e caprinos; aos orgânicos, que surgem juntamente com um projeto (por parte das lideranças locais) de certificação para o arroz cultivado na região; à fruticultura, especialmente citrus; e à piscicultura (tilápia). Por outro lado, percebe-se também um maior interesse nas atividades de beneficiamento (lavagem, outras preparações e embalagem) e processamento dos produtos agrícolas (preparo de doces, compotas, licores e vinhos), com o objetivo de agregar valor ao produto e alcançar com isso um preço mais elevado no mercado.

É crescente também o número de famílias pluriativas nas áreas rurais do município, de modo que, nem sempre a esposa e o filho do produtor rural, que moram nas áreas rurais, trabalham na atividade agrícola, possuindo outras formas de inserção no mercado de trabalho com o objetivo de complementar a renda familiar. Adicionalmente, é importante que a pluriatividade das famílias aqui seja vista com cautela, na medida em que, na maior

parte dos casos, as atividades não agrícolas praticadas concentram-se em profissões que exigem pouca qualificação, geralmente prestação de serviços, como os serviços domésticos, pedreiros, carpinteiros, trabalhadores do setor de pedras (na extração e no carregamento dos caminhões) ou mesmo serviços agropecuários.

Por outro lado, observa-se também que, junto com o aumento da pluriatividade, os limites rurais e urbanos do município e dos distritos de Santo Antônio de Pádua tornam-se mais tênues, facilitando o intercâmbio entre as áreas rurais e as áreas urbanas, bem como o descolamento do local de moradia e do de trabalho das populações rurais. Isso reflete-se diretamente na incidência nas famílias rurais onde um ou mais membros trabalham na sede do município ou nos núcleos urbanos dos distritos (Carneiro e Teixeira, 1999). Por outro lado, essa aproximação entre o ‘rural’ e o ‘urbano’ pode representar também uma vantagem para a inserção da produção familiar nos mercados urbanos, facilitando o reconhecimento de novas demandas e nichos de mercado, bem como favorecendo a inovação de processos e produtos no núcleo familiar produtivo.

Outro fenômeno percebido no município é a residência urbana de famílias ocupadas ou cujo responsável trabalha em atividades agrícolas. Tendo-se em mente que na maioria dos casos essas famílias eram de origem rural, chama-se atenção aqui para um processo perigoso de ruptura da família rural com as suas raízes agrícolas, enfraquecendo o tecido social e cultural (incluindo aí saberes tradicionais e valores) das comunidades, bem como a sociabilidade rural (Carneiro & Teixeira, 1999).

Por fim, ressaltamos as novas demandas que se fazem presentes decorrentes do turismo rural e das atividades esportivas relacionadas à natureza, como a canoagem, as trilhas, o alpinismo e as escaladas. Atualmente, uma das fases do Campeonato Nacional de Canoagem (realizado pela Confederação Brasileira de Canoagem) é sediada em Santo Antônio de Pádua. Esse ano, por exemplo, foi realizada a Copa Brasil Seletiva para Mundial Sênior, na categoria descida (dia 15 e 16 de abril).

Outra atividade que já estaria nos planos das autoridades municipais, segundo o vereador entrevistado, seria o alpinismo e, para isso, já estariam sendo colocados grampos em algumas pedras das comunidades rurais.

E, por último, o turismo rural calcado principalmente nas fartas áreas verdes que o município dispõe bem como na raridade de suas águas minerais (procuradas para a terapia de problemas renais, cárdio-vasculares e tratamento de pele). Ainda nesse sentido o vereador destaca algumas iniciativas “espontâneas” que tomaram corpo no município: a primeira seria a construção de uma pousada de chalés numa das áreas rurais do município (que já estaria quase pronta) e a segunda, que ainda está em fase de planejamento, viria por parte do dono do maior hotel de Santo Antônio de Pádua, que quer desenvolver um estabelecimento de exploração do turismo rural em Monte Alegre.

1.4 - O Abandono do Campo

O êxodo rural está presente no discurso de todos os atores entrevistados ao longo da pesquisa de campo como uma tendência real e, ao mesmo tempo, preocupante. Assim, ainda que a população de Santo Antônio de Pádua venha crescendo nas últimas décadas, nota-se que o meio rural, por outro lado, vem percorrendo caminho inverso de lento, mas progressivo, esvaziamento. Na esteira desse processo, o campo esvazia-se também cultural (junto com o seu tecido social ele perde sua cultura e identidade), econômico (reduz-se o dinamismo da região, enfraquecendo atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda

para a economia local) e politicamente (o campo esvaziado perde sua força política e vê seus interesses deixados de lado nos planos de desenvolvimento).

Note-se que em 1970, 57% da população do município era rural, e que em 2000 essa parcela corresponderia a apenas 22%. As causas principais atribuídas pelos entrevistados ao esvaziamento do campo referem-se a dois fatores, geralmente correlacionados: em primeiro lugar, citam as dificuldades encontradas no município (e na região Noroeste como um todo) na prática da agricultura, principalmente aquelas relacionadas à instabilidade do mercado de produtos agrícolas (preço) e à ausência de apoio do Governo Federal; e em segundo às precárias condições de vida encontradas nas áreas rurais decorrentes na sua maioria da ausência de infra-estrutura e da parca oferta de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação.

Tabela 1.4.1 – População por situação de domicílio – 1970-2000

		1970		1980		1991		2000*	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Total população		31.151		33.520		39.600		46.710	
Santo Antônio de Pádua	Urbana	13.254	43%	19.378	58%	28.025	71%	36.257	78%
	Rural	17.897	57%	14.142	42%	11.575	29%	10.453	22%

Fonte: IBGE Censo Demográfico/SIDRA.

* Está contabilizada, nesse ano a população de Aperibé, antigo distrito de Santo Antônio de Pádua que se emancipou somente em 1992.

Para todos os entrevistados, sejam de órgãos governamentais (Prefeitura, Emater, vereador) sejam de organizações da sociedade civil (associações, cooperativa, sindicato) a vulnerabilidade dos preços dos produtos agrícolas (principalmente de produtos tradicionais como o leite, o arroz) ainda figura como a principal causa para o aumento das dificuldades de permanência do homem no campo e, principalmente, na agricultura. E a instabilidade dos preços, por sua vez, na maioria dos casos é atribuída ao pouco caso do Governo Federal para com os pequenos produtores, especialmente, em relação à política macroeconômica de importações de produtos agropecuários com menores taxas e restrições que derrubaria os preços no mercado brasileiro prejudicando, principalmente, o pequeno produtor. O agrônomo da Emater de Santo Antônio de Pádua entrevistado, ao ser perguntado a respeito de como estava a situação da agricultura no município, resume bem a situação:

“ - Os produtores estão tendo muito prejuízo aqui em termos de preço porque, vamos dizer, o arroz, por exemplo: conforme te falei, o preço do arroz caiu a tais níveis que hoje o preço do arroz que o produtor vende está abaixo do custo de produção. Uma saca de arroz hoje está sendo vendida numa média de 17, 18 reais e o custo desse saco é superior a 20 reais. Ninguém quer plantar assim, ninguém.. Quem quer produzir para perder dinheiro? Quem tem responsabilidade sobre isso? O Governo Federal tem sua parcela, no entanto, não podemos culpar só o Governo Federal... Agora, por que o Governo Federal também tem culpa nisso? Quando é para o produtor ganhar porque tem pouco arroz no mercado, o Governo importa arroz de países que têm subsídios. Aí com esse arroz, o preço cai. O produtor, quando é para ele recuperar tudo o que ele perdeu daqui para trás, ele vai continuar perdendo. Não há produtor que agüente. O preço do leite, por exemplo, hoje está, vamos dizer 35, 36 centavos o litro, isso vem caindo de uns cinco meses para cá (a entrevista foi realizada em dezembro de 2005). Essa era a época em que o preço do leite, época de seca, julho, agora, por aí, deveria estar alto porque é uma época em que a produção

normalmente cai. É o período em que a produção é baixa, então o preço era para estar alto, mas vem caindo. E o leite também é um produto que é trazido de outros países.”

Um pequeno produtor ao ser indagado a respeito da situação das áreas rurais atualmente no município também coloca em sua fala a relação entre as dificuldades de se viver da agricultura, como geradora de renda, e o abandono das áreas rurais. Aliás, confirmando o exposto, o próprio entrevistado seria uma vítima desse fenômeno: nascido e criado no município, quando jovem resolveu morar no Rio de Janeiro, justamente em busca de melhores condições de vida e oportunidades do que aquelas que ele via estarem à disposição de seu pai, também produtor agrícola:

*“ - O que eu tenho percebido é o seguinte: recentemente, um rapaz me abordou e me disse: - Pôxa, ‘seu’ *****, queria conversar com o senhor, queria ver se o senhor poderia me ajudar, me encaixar em alguma coisa, sou um pequeno produtor com 1,5 alqueire de terra. Tem dois anos, um ano e pouco que eu vim embora do Rio de Janeiro... que eu morava no Rio... para essa terrinha aqui porque eu tenho um filho de um ano e meio. Mas eu não estou conseguindo sustentar o meu filho e ‘tô’ vendo a hora que eu terei que voltar para a cidade grande. Então, são comentários assim que eu ouço, aqueles que ficam é porque têm (não sei bem o que é) se é uma questão de raiz ou uma questão de covardia, de medo de encarar uma outra situação. Se acomodam e ficam, mas eu não percebo uma satisfação. Ficando ou não eu não percebo uma satisfação, salvo quando o tomate dá dinheiro num ano. Aí, ele esquece aquilo ali temporariamente, fica alegre. Mas aí, volta a cair de novo e ele desanima. Porque você não tem uma política constante, é tudo um sobe e desce danado.”*

Os serviços básicos, ou melhor, a ausência deles nas zonas rurais também é uma unanimidade em todas as opiniões, seja o entrevistado residente nas áreas urbanas do município (o agrônomo e o vereador entrevistados) ou nas áreas rurais (os pequenos produtores associados à Aprumai, ou ao Núcleo de Ovinos). A falta de estradas vicinais ‘em condições de suportar uma chuva e continuar funcionando’ é citada tanto com relação ao conforto e à facilidade de acesso à cidade, quanto como um empecilho para melhores condições de trabalho do agricultor, no que concerne ao escoamento de sua produção. A baixa qualidade dos serviços de saúde e educação (na maior parte, ausência para essa última) também aparece em todas as falas, juntamente com fatores relacionados ao conforto e às tecnologias que facilitam a vida no campo (como a energia elétrica, os eletrodomésticos).

Assim sendo, ainda que o município de Santo Antônio de Pádua seja servido por quatro estradas estaduais, a RJ-186, a RJ-116, a RJ-188, e a RJ-200, todas elas encontram-se em péssimo estado de conservação. É tão grande a quantidade de ‘buracos’ nessas estradas, que em alguns trechos delas mal se pode ver a faixa de asfalto. Durante as viagens, pudemos observar uma grande quantidade de acidentes, causados ou pela colisão de dois veículos, na medida em que o percurso impossibilitava a permanência de um dos veículos em sua ‘mão’; ou pela fatalidade de se perder um dos pneus em uma das ‘crateras’ que encontramos pelo caminho.

As estradas vicinais, por sua vez, não se encontram em situação melhor. A maioria ainda é de ‘terra batida’, impossibilitando o produtor de sair de casa em dias de chuva. E chove bastante na região. Com chuva, as propriedades ficam sem acesso, nem mesmo de veículos (com exceção dos tratores) o que se reflete não apenas no conforto da família, mas

na possibilidade de escoamento da produção agrícola, o que se agrava tendo em vista que os produtos mais comuns nas propriedades paduanas são o leite (altamente perecível) e o tomate (produto extremamente sensível a impactos).

Segundo um pequeno produtor membro da Agrovila de Santo Antônio de Pádua ao ser indagado a respeito das principais dificuldades que enfrenta atualmente no meio rural do município,

“ - O principal problema aqui é, primeira coisa, a estrada é muito difícil. Por exemplo, essa estrada daqui para o Rio de Janeiro tem vezes que a gente tem que fazer um desvio enorme porque ela está difícil... e é a estrada principal, a estrada que passa o trânsito pesado, para levar e trazer as coisas. Vou te dizer que já está desse jeito há muito tempo... é muito mais difícil assim. Tem as estradas rurais aí é que fica mais difícil ainda... e é ‘pro’ transporte do leite, do gado, do arroz e do tomate... escoamento da produção de milho, feijão. Muito difícil morar nessa roça aqui, apesar da terra ser boa, é muito difícil, porque não tem luz (agora é que está chegando o avanço da energia aqui). Às vezes o cara não tem luz em casa, não tem água encanada, não tem nem mesmo um ‘canteirozinho’ onde ele possa plantar, pelo menos alguma coisa para ele, uma bananeira para dar uma banana ao filho. Então isso aqui na verdade é difícil. O maior problema são as estradas, a energia, as condições de moradia e depois a educação. Porque hoje para educar um filho aqui... eu mesmo morava num lugar que eu andava, os meus filhos andavam uns 4km todo dia para pegar uma Kombi na beira do asfalto para poder estudar em Ibitiguaçu.”

A ausência e/ou a precariedade da oferta e dos serviços nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua também podem ser considerados como fatores determinantes nas decisões dos produtores de deixar a área rural como local de moradia. Segundo as entrevistas, a oferta dos serviços de saúde e educação tende a se concentrar na sede do município ou na parte urbana dos distritos. A energia elétrica e a telefonia, por sua vez, também seriam recentes nas áreas rurais, que nem sempre contam com a facilidade da telefonia celular. Segundo um membro do Sindicato Rural Agropecuarista, a energia elétrica só começou a chegar nas propriedades rurais de Santo Antônio de Pádua há,

“... coisa de uns 30 anos para cá, deveria ter chegado há 50 anos. A partir desse ano (2005) é grátis, é gratuita, mas a gente fazia (quem podia), eu coloquei no meu sítio há 15 anos, até o ano passado foi paga. Iluminação pública? Não tem de jeito nenhum, só lamparina, vela essas coisas”.

Um pequeno produtor entrevistado, associado ao Núcleo de Ovinos e Caprinos também relata a dificuldade em se conseguir uma linha telefônica na “roça” quando indagado a respeito das principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas que habitam o meio rural. Segundo o produtor, ele teria colocado uma em sua propriedade o que, além de demorar, teria lhe custado uma fortuna. Mas teria valido à pena e até facilitado a venda de sua mercadoria. Assim, em se tratando desses serviços até há pouco tempo, eles deveriam ser custeados pelos próprios produtores, excluindo-os do dia-a-dia de boa parte da população rural.

Ao analisarmos esse êxodo rural que vem acontecendo em Santo Antônio de Pádua mais de perto percebemos que, durante as quatro últimas décadas, a porcentagem de

habitantes das áreas urbanas entre 20 e 44 anos permaneceu numa faixa média de 37% do total da população, como a mesma faixa etária correspondia a uma participação média nas áreas rurais de 32%. Nesse mesmo período, numa faixa etária um pouco mais elevada (45 a 74 anos), as áreas urbanas apresentaram uma porcentagem média de 20% do total da população, bem como as áreas rurais. Nesse sentido, percebe-se claramente a semelhança entre as distribuições por faixa de idade nas áreas urbanas e rurais.

Tabela 1.4.2 - População urbana por grupo de faixa etária

	Grupos de idade	Ano							
		1970		1980		1991		2000	
Total urbana		13.254		19.378		28.025		29.415	
Urbana		N	%	N	%	N	%	N	%
	0 a 9 anos	3.125	24%	3.954	20%	5.267	19%	4.632	16%
	10 a 19 anos	3.273	25%	4.406	23%	5.240	19%	5.288	18%
	20 a 29 anos	2.143	16%	3.303	17%	5.021	18%	4.898	17%
	30 a 44 anos	2294	17%	3.452	18%	5.938	21%	6.813	23%
	45 a 59 anos	1405	11%	2320	12%	3540	13%	4.320	15%
	60 a 74 anos	758	6%	1493	8%	2224	8%	2.460	8%
	75 a 79 anos	81	1%	220	1%	396	1%	466	2%
	80 anos ou mais	115	1%	177	1%	399	1%	538	2%
	Idade ignorada	60	0%	53	0%				

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela 1.4.3 - População rural por grupo de faixa etária

	Grupos de idade	Ano							
		1970		1980		1991		2000	
Total rural		17.897		14.142		11.575		9.277	
Rural		N	%	N	%	N	%	N	%
	0 a 9 anos	5.042	28%	3.607	26%	2.378	21%	1715	18%
	10 a 19 anos	4.480	25%	3.437	24%	2.536	22%	1690	18%
	20 a 29 anos	2.544	14%	2.018	14%	1905	16%	1574	17%
	30 a 44 anos	2773	15%	2155	15%	2086	18%	1863	20%
	45 a 59 anos	1986	11%	1698	12%	1425	12%	1284	14%
	60 a 74 anos	875	5%	967	7%	975	8%	831	9%
	75 a 79 anos	56	0%	133	1%	138	1%	170	2%
	80 anos ou mais	125	1%	113	1%	132	1%	170	2%
	Idade ignorada	16	0%	14	0%				0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Podemos concluir através das tabelas 1.4.2 e 1.4.3 que o esvaziamento do campo em Santo Antônio de Pádua não vem se concentrando naquelas faixas mais jovens. Não há no município um processo de envelhecimento da população rural, pelo contrário, o que os dados nos mostram é que esse fenômeno vem atingindo todas as faixas etárias sem distinção. Derivamos daí que o êxodo rural em Santo Antônio de Pádua, de uma forma geral, vem ocorrendo no âmbito da família.

Um agrônomo da Emater local responde na tentativa de delinear um perfil dos produtores familiares da região,

“ - A maioria mora fora, mora num núcleo urbano ou na sede dos distritos. Isso porque ao longo dos anos as escolas foram acabando, então hoje você vê muitas escolas no meio rural de Santo Antônio de Pádua fechadas, ou fechando, e isso tirou o produtor da área rural. Está juntando eles ou na sede dos distritos ou na sede do município, onde estão as escolas. Os produtores rurais vão morar lá porque assim não tem aquele negócio de filho vir todo dia da roça para estudar. O produtor prefere todo dia, ele se deslocar ao invés do filho dele.”

Tabela 1.4.4 - População residente por situação e localização da área - 2000

Município	Situação e localização da área	Variável	
		População residente (Pessoas)	%
Santo Antônio de Pádua	Área urbanizada	26.264	67,88
	Urbana - área urbana isolada	3.157	8,16
	Rural - área rural (exceto aglomerado)	7.297	18,86
	Rural - aglomerado - povoado	1.975	5,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - SIDRA

Os dados do Censo Demográfico para o município de Santo Antônio de Pádua confirmam essa afirmativa, de forma que, se 76% da população do município reside no meio urbano (divididos entre “área urbanizada” – maioria – e urbana isolada), apenas 24% continua a residir nas áreas rurais.

Esse caso em que produtor opta por morar na cidade, chama atenção para um possível processo de ruptura da unidade familiar com as suas raízes agrícolas, consubstanciado no desligamento progressivo das tradições agrícolas (contendo valores e saberes) e da sociabilidade. Nesse sentido, a identidade social do agricultor bem como as relações sociais que se estabelecem no seio da unidade familiar de produção são enfraquecidas, na medida em que a agricultura ainda ocupa a posição de principal fator definidor da identidade social das famílias rurais, condição sobre a qual se baseia a sua inserção social. Por outro lado, no campo, a saída dessas pessoas e a redução do tecido social e cultural da área rural, torna as comunidades rurais ‘mortas’ ou sem ‘vida’, contribuindo para o enfraquecimento da sociabilidade rural.

Crescem no campo também os casos em que os produtores rurais ou algum outro membro da família (esposa ou filhos) recorrem a outras atividades fora da agricultura com o objetivo de complementar a renda familiar. A dificuldade em garantir a reprodução social da família só com as rendas agrícolas no município, nesses casos, faz com que os membros das

unidades familiares busquem outras formas de ocupações (que lhes garantam renda) em atividades não agrícolas, especialmente nas rochas e em outros serviços (Schneider, 2001). Dois pequenos produtores entrevistados (ambos chefes de famílias pluriativas), um associado à Aprumai e o outro ao Núcleo de Ovinos e Caprinos, me confirmaram esse fenômeno. Segundo os relatos, poucas seriam as esposas de produtores rurais que ainda trabalhariam na agricultura, sendo que a maioria ou trabalhava nas áreas urbanas, geralmente em serviços (como as esposas dos dois produtores em questão), ou se dedicariam apenas aos serviços domésticos.

Cabe aqui diferenciarmos um outro caso muito comum em Santo Antônio de Pádua, especialmente nas regiões mais próximas das serras onde são exploradas as rochas ornamentais. Segundo as entrevistas, em boa parte dessas propriedades o produtor rural abandona as atividades agrícolas porque percebe que obteria mais lucros na exploração das rochas ornamentais. Nesse sentido, haveria uma mudança na forma de uso do solo dessas áreas, mas não o abandono do meio rural. Aqui, não haveria a combinação de múltiplas formas de inserção dessas famílias rurais no mercado de trabalho, como se observa na pluriatividade, mas o abandono completo da agricultura (ou o quase abandono, tornando a agricultura uma atividade residual), nem sempre acompanhado do abandono do meio rural. A exploração das rochas pode ser realizada diretamente pelo produtor, quando ele é o responsável pela exploração propriamente ou através de regimes de alocação (Baptista Filho & Tanaka, 2001), quando o proprietário aloca parte de sua lavra em troca de uma parte da renda extraída de seu terreno pelo locatário (geralmente é de $\frac{1}{4}$ para o proprietário e $\frac{3}{4}$ para o explorador).

Todavia é importante destacar que grande parte das entrevistas deixa frisado que o homem do campo não vem abandonando o meio rural no município por vontade própria ou por esperança de ‘fazer a vida’ na cidade. Isso fica bem claro naquelas famílias em que apesar de residirem no meio urbano, em função de alcançarem uma melhor qualidade de vida, o chefe da família continua a trabalhar na agricultura. Deve-se isso, por um lado, à importância que a atividade agrícola adquire no que concerne à formação da identidade social do produtor e por outro à dificuldade de inserção no mercado de trabalho urbano (exigência de níveis mais altos de qualificação).

O deslocamento da família para as sedes urbanas, nesse sentido, se daria como uma necessidade e não uma escolha: ou por não encontrar boas condições de vida no meio rural; ou por, ao olhar para a agropecuária atualmente, vendo do jeito que ela está, não conseguir vislumbrar esperanças de um futuro próspero. Como cita um pequeno produtor ao ser indagado se considera importante a manutenção da agricultura e das áreas rurais do município: “- é claro que essas áreas rurais são importantes, mas estão esquecidas, né?” Mais à frente, ao falar dos dois filhos (um morando em Niterói e outro em Itaperuna), o produtor continua: “ninguém quer ficar na roça, vê o pai trabalhando ‘pra caramba’.... e nunca tem dinheiro. Ele pensa: ‘- Vou fazer o quê, aqui?!’ Agora, se ele vir eu trabalhando, mas tendo retorno, a coisa muda, anima.”

Outro entrevistado reforça a idéia com base em sua experiência:

“Eu sou um exemplo dos que saíram para outro município. Já tem um tempo... Minha sensação é a de que estão saindo todos em busca de condições melhores, por falta de políticas. Eu, com certeza, como filho de produtor, se eu tivesse tido, na minha época, uma estrutura melhor para sobreviver, oportunidades, eu com certeza não teria saído não. Mas a vida era muito difícil.”

1.5 - Os Estabelecimentos Familiares

As atividades primárias na economia de Santo Antônio de Pádua, ainda que venham se esvaziando progressivamente como vimos, representam um importante setor gerador de empregos. Nesse sentido, mesmo com o crescimento das atividades de extração de rochas e das atividades de comércio e serviços, a agricultura (incluindo aí agricultura e pecuária) é o setor que mais emprego gera para os chefes de família do município. Cerca de 12% dos chefes de família de Santo Antônio de Pádua (incluindo aí as famílias rurais e urbanas) são empregados ou trabalham na agricultura.

Tabela 1.5.1 - Percentual da ocupação dos chefes de família em Santo Antônio de Pádua por grupo de atividade - 2000

Condição de atividade e seção de atividade da pessoa responsável pela família	%
Economicamente ativas - ocupadas - agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	11,47
Economicamente ativas - ocupadas - pesca	0,07
Economicamente ativas - ocupadas - indústria extrativa	6,5
Economicamente ativas - ocupadas - indústria de transformação	7,36
Economicamente ativas - ocupadas - produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,69
Economicamente ativas - ocupadas - construção	7,64
Economicamente ativas - ocupadas - comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	11,09
Economicamente ativas - ocupadas - alojamento e alimentação	3,26
Economicamente ativas - ocupadas - transporte, armazenagem e comunicação	4,6
Economicamente ativas - ocupadas - intermediação financeira	0,34
Economicamente ativas - ocupadas - atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1,58
Economicamente ativas - ocupadas - administração pública, defesa e seguridade social	6,7
Economicamente ativas - ocupadas - educação	2,66
Economicamente ativas - ocupadas - saúde e serviços sociais	1,62
Economicamente ativas - ocupadas - outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,04
Economicamente ativas - ocupadas - serviços domésticos	4,1
Economicamente ativas - ocupadas - atividades mal definidas	0,24
Economicamente ativas - desocupadas	2,33
Não economicamente ativas	25,71

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - SIDRA

De todos os estabelecimentos rurais de Santo Antônio de Pádua (879) segundo o SADE (Banco de Dados da Agricultura Familiar⁵), 84% são considerados familiares, ocupando uma área de 49%. Chama-se atenção para o alto grau de concentração, bem como para a reduzida dimensão desses estabelecimentos. Por outro lado, apenas 17% correspondem aos estabelecimentos em regime patronal, cuja área ocupada é de 51%.

A agricultura familiar em Santo Antônio de Pádua é responsável por 55% do valor total produzido no município com atividades agropecuárias, como os estabelecimentos patronais ficariam com 45%. Entretanto, a maior concentração de estabelecimentos

⁵ Disponibilizado no Portal da Secretaria de Agricultura Familiar, em <http://www.mda.gov.br/saf/>. Acesso em 5 de maio de 2006.

familiares se dá naquelas classes em que os rendimentos são baixos ou quase nulos (quase 60%), seguidos dos que apresentam rendas médias.

Cerca de 39% dos estabelecimentos familiares de Santo Antônio de Pádua são classificados como ‘quase sem renda’. Nesses estabelecimentos, a renda monetária estimada chega a ser negativa (-R\$ 448,00). Esses casos correspondem às famílias que não produzem para o mercado e que investem na atividade agropecuária (geralmente de subsistência) recursos monetários externos, resultantes ou da prestação de serviços ou de benefícios e transferências sociais como a aposentadoria. Esses casos evidenciam, em primeiro lugar, a importância que as transferências sociais apresentam na garantia da reprodução social dessas famílias rurais. Em segundo lugar, destaca a importância que o autoconsumo adquire no seio dessas famílias (pelas ‘economias’ que gera nas situações em que a família ‘deixa de comprar’), bem como da agricultura (e a resistência a deixá-la), na medida em que é o principal fator definidor da identidade social dos membros das famílias rurais. A aposentadoria rural e outras transferências de renda mostram-se também centrais como elementos de garantia da reprodução social de grande parte das famílias rurais do município e da permanência dessas mesmas famílias no campo e na agricultura. Segundo o Secretário da Agricultura ao ser indagado a respeito do perfil dos agricultores familiares da região, “- A maioria são aposentados, mas o salário é muito pequeno. Para a sobrevivência, é complicado. A maioria continua trabalhando, produzem... ou apenas para a sobrevivência, ou para comercializar aqui dentro do município.”

Tabela 1.5.2 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção

Categorias familiares por tipo de renda e patronal
Censo 1996-1996

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
Total	879	100	31.486	100	7.210	100
Familiar	734	83,5	15.320	48,7	3.950	54,8
Patronal	145	16,5	16.166	51,3	3.260	45,2
Distribuição por faixa de renda dos estabelecimentos familiares						
Maiores rendas	12,26%					
Renda média	28,20%					
Renda baixa	20,57%					
Quase sem renda	38,69%					

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Ainda de acordo com essa fonte, cerca de 69% dos estabelecimentos familiares rurais⁶ estão compreendidos na faixa de áreas menores a 20 ha. Para os estabelecimentos

⁶ Agricultores familiares, os estabelecimentos que atendiam às seguintes condições: 1) a direção dos trabalhos era exercida pelo produtor; 2) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Os estabelecimentos patronais, por sua vez, seriam aqueles que não estariam dentro do universo de agricultores familiares. (Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, 2000).

patronais essa situação se inverte e cerca de 58% dos estabelecimentos se localizam na faixa de área superior a 50 ha.

Os estabelecimentos familiares com maiores rendimentos⁷ (altos, 61% e médios, 76%) tendem a se concentrar nas faixas de áreas de 5 a 50 ha. Por outro lado, os estabelecimentos familiares com os piores rendimentos (nulos, 86% ou baixos, 89%) são caracterizados por aqueles nas quais as áreas são inferiores a 20 ha. Chama atenção na Tabela 1.5.3 o fato de que 60% dos estabelecimentos com menos de 5 ha, possuem renda baixa ou quase nula.

Tabela 1.5.3 - Número de estabelecimentos por estratos de área (ha)

Categorias familiares por tipo de renda e patronal

Censo 1995-96

Categorias	Menos 5 Ha	Entre 5 e 20 Ha	Entre 20 e 50 Ha	Entre 50 e 100 Ha	Mais de 100 Ha
	%	%	%	%	%
Total	21,3	39,8	21,7	9,8	7,4
Total Familiar	24,1	44,6	22,2	6,3	2,9
Maiores Rendas	8,9	33,3	27,8	17,8	12,2
Renda Média	11,6	44,9	31,4	9,7	2,4
Renda Baixa	20,5	48,3	24,5	4,6	2
Quase Sem Renda	39,9	45,8	12,6	1	0,7
Patronal	6,9	15,9	19,3	27,6	30,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

No que se refere ao grau de ‘especialização’⁸ dos estabelecimentos familiares de Santo Antônio de Pádua, de acordo com o Convênio Incra/FAO, percebemos um alto grau de ‘especialização’, na medida em que cerca 60% dos estabelecimentos são caracterizados como ‘muito especializados’ e ‘especializados’. Os muito especializados, de acordo com os critérios do Convênio correspondem a 21,5% dos estabelecimentos e são aqueles que concentram sua produção em torno de apenas um produto. Já os especializados, que correspondem a 39% referem-se àqueles estabelecimentos cuja principal produção (produto) corresponde a mais de 65% da produção total. Devem-se esses resultados ao fato de que a

⁷ Classificação renda total para Sudeste: A) R\$ 19.816,00; B) R\$ 3.797,00; C) 1.557,00; D) R\$ (316,00). Rendas monetárias: A) R\$ 14.975,00; B) 2.642,00; C) R\$ 958,00; D) R\$ (448,00). Nos estabelecimentos familiares mais pobres, geralmente voltados à produção de subsistência, é comum encontrar casos em que a Renda Monetária é negativa. Muitos investem recursos monetários externos, principalmente de venda de serviços e de aposentadoria, para gerar alimentos destinados ao seu consumo, os quais, apesar de serem vendidos, custam muito menos do que o agricultor gastaria para comprá-los no comércio (Cardim & Guanziroli, 2000).

⁸ O *Grau de Especialização* foi calculado como a relação percentual entre o valor da produção do produto principal e o valor total da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento. Seja PERCPROD = % Valor da produção do produto principal / VBP; tem-se: Super especializado: PERCPROD = 100%; Especializado: 65% ≤ PERCPROD < 100%; Diversificado: 35% PERCPROD < 65%; e Muito diversificado: PERCPROD < 35% (Cardim & Guanziroli, 2000).

maior parte dos estabelecimentos familiares no município concentra sua produção em torno de uma lavoura apenas, geralmente o tomate, ou então de uma criação, a pecuária leiteira. A combinação dos dois também é recorrente no município. A diversificação, por outro lado, ainda não é maioria no município e, portanto, apenas 3% dos estabelecimentos familiares são classificados como ‘muito diversificados’. Todavia, chama atenção o número de estabelecimentos ‘diversificados’, que já correspondem a 37% (a produção principal fica entre 35% e 65%), donde podemos especular a existência de uma tendência, ainda incipiente, à diversificação no município.

Tabela 1.5.4 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção

Famíliares por grau de especialização						
Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
Total Familiar	734	100	15.320	100	3.950	100
Muito Especializado	158	21,5	2.526	16,5	507	12,8
Especializado	284	38,7	6.700	43,7	1.915	48,5
Diversificado	270	36,8	5.725	37,4	1.405	35,6
Muito Diversificado	22	3	368	2,4	123	3,1

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.
Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

O tipo de assistência técnica utilizado pelos estabelecimentos familiares varia muito, tanto quanto à natureza (pública, privada etc), como pela intensidade e/ou qualidade. A maioria dos estabelecimentos possui algum tipo de atividade de assistência técnica, seja de associações, cooperativas ou órgãos governamentais, nos mais variáveis níveis de qualidade e frequência (76,29%).

Segundo relatos de campo, a assistência técnica no município fica a cargo da Emater, no entanto, a maioria dos entrevistados a considera ineficiente e insuficiente, ficando mais presa a procedimentos burocráticos do que à extensão rural. Nessa situação, cresce a influência dos vendedores de lojas especializadas e os revendedores de laboratórios sobre os agricultores. Como afirma um entrevistado ligado ao Núcleo de Ovinos e Caprinos quando indagado a respeito de quem seria o maior responsável pela assistência técnica no município

“ - Quem mais orienta aqui as pessoas é o atendente da loja: você diz o problema e ele orienta. No caso dessas culturas são os profissionais das empresas. Quando é do Governo, a Emater... mas ela tem passado dificuldades e a assistência dela é inexpressiva. Para mim, ela tem um quadro muito bom de profissionais, gente que quer fazer, mas eles funcionam muito mais como uma empresa burocrática do que... sabe, fica presa em procedimentos, fazendo cartinhas... do que dar assistência”.

A utilização de energia elétrica nos estabelecimentos rurais de Santo Antônio de Pádua, também, apresenta resultado positivo, alcançando cerca de 74,39% dos estabelecimentos. Amplitude essa que cresceu muito nos últimos anos, melhorando bastante a condição de vida no campo.

O número de estabelecimentos que contam com força manual ou que utilizam alguma forma de força animal ou mecânica correspondem a 34,88% e 65,12%, respectivamente.

E, por fim, 57,49% dos estabelecimentos apresentam produtores associados a algum tipo de cooperativa ou associação. No caso de Santo Antônio de Pádua é muito presente a Cooperativa Agropecuária que fornece aos seus associados orientações e comercializa e/ou processa o leite produzido.

Tabela 1.5.5 - Tipo de tecnologia empregada - Censo 1995-96

Categoria						
	% Total Força Manual	% Total Força animal ou mecânica	% Total energia elétrica	% Total assistência técnica	% Total Assoc.Coop.	% Total Adubos e corretivos.
Familiar	34,88%	65,12%	74,39%	76,29%	57,49%	29,02%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

O grau de integração⁹ dos estabelecimentos familiares em Santo Antônio de Pádua é bastante alto, de forma que 56% deles classificam-se como muito ‘integrados ao mercado’, ou seja, estão dentre aqueles segmentos que destinam mais de 90% da produção total colhida ao mercado. Esse indicador procura mensurar a relação entre a produção efetivamente vendida e a produção total colhida. Esse grau de integração torna-se ainda mais representativo se considerarmos os estabelecimentos ‘integrados’, que correspondem no total a 89% dos estabelecimentos familiares, segundo os critérios do Convênio Incra/FAO. Segundo esse último, em Santo Antônio de Pádua, 89% dos estabelecimentos familiares destinariam mais de 50% da produção total colhida para o mercado.

Tabela 1.5.6 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção

Familiars por Grau de Integração no Mercado						
Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
Total Familiar	734	100	15.320	100	3.950	100
Muito Integrado	409	55,7	9.794	63,9	2.551	64,6
Integrado	248	33,8	4.649	30,3	954	24,2
Pouco Integrado	77	10,5	877	5,7	445	11,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE

Elaboração: Convênio INCRA/FAO

⁹ O Grau de Integração ao Mercado foi obtido pela relação percentual entre o valor da produção vendida e o valor total da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento. Seja PERCVEND = % Valor da Produção Vendida / VBP; tem-se: Muito integrado ao Mercado, PERCVEND > 90%; Integrado ao Mercado, 50% ≤ PERCVEND < 90%; e Pouco integrado ao Mercado, PERCVEND < 50% (Cardim & Guanziroli, 2000).

As relações mantidas pela agricultura familiar em Santo Antônio de Pádua com os mercados dos seus produtos, geralmente dão-se através de vínculos com cadeias integradas (nacional), das quais participam mais corriqueiramente a cooperativa e a intermediação mercantil. É importante ressaltar aqui que os agricultores familiares do município também mantêm relações mais diretas (através de vendas de porta-em-porta ou exposição de produtos para venda direta ao consumidor), no entanto, estes vínculos não são sistemáticos, não constituindo ainda, portanto, um circuito regional organizado (Maluf, 2002b).

1.6 – Uma Agricultura que está Longe de Desaparecer

Neste capítulo, buscamos apresentar o município sobre o qual se debruçará a pesquisa através de uma rápida reconstituição do seu processo de formação, atentando para a forte relação que a sociedade e a economia de Santo Antônio de Pádua têm com os ciclos agrícolas pelos quais passou a agricultura municipal ao longo do seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a própria formação do município teria se dado com uma forte ligação com a agropecuária, de modo que a fundação da cidade dá-se concomitantemente com a transferência do ciclo cafeeiro para o Noroeste do Estado, ainda no final do Século XIX.

Em Santo Antônio de Pádua, de toda a sua extensão territorial, cerca de 50% das terras é ocupada por estabelecimentos rurais, onde a maioria das famílias desempenha alguma atividade agrícola. Sua estrutura fundiária é composta por estabelecimentos familiares de pequenas extensões, a maioria detentora de baixos níveis de renda, com baixo índice de mecanização e diversificação produtiva e que vivem praticamente da pecuária leiteira e do cultivo do tomate. Por outro lado, a agropecuária é no município o setor responsável pela maior parte das ocupações dos chefes de família, ficando até mesmo à frente das atividades ligadas ao comércio e serviços.

Todavia, a despeito da crise pela qual a agricultura vem passando (quedas de preços, acelerado êxodo rural e degradação ambiental), observa-se a incidência de novas dinâmicas nas áreas rurais do município que podem vir a representar novas formas de inserção dessas áreas na economia municipal, consubstanciadas: no aumento das atividades não-agrícolas; na emergência de novas ‘formas’ de agricultura, pautadas em práticas ecológicas e mais aproximadas de um ‘saber camponês’, como os orgânicos e a produção familiar mais diversificada; maior visibilidade de atividades ligadas ao turismo rural e ao artesanato; e num aumento da participação de produtos mais diferenciados que os produtos tradicionais (leite, tomate e arroz) como a piscicultura, a apicultura, ovino e caprinoculturas, entre outros.

Tendo em vista esse contexto de mudanças e de emergência de novos debates, especialmente aqueles relacionados ao desenvolvimento rural, partimos para o segundo capítulo, onde pretendemos, a partir da óptica da multifuncionalidade da agricultura analisar a agricultura familiar em Santo Antônio de Pádua e o seu papel no processo de desenvolvimento do município. Acreditamos que a noção de multifuncionalidade da agricultura poderá enriquecer essa análise, contribuindo com a aproximação das estratégias de desenvolvimento rural dos princípios consubstanciados no enfoque territorial do desenvolvimento.

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITÓRIO E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

2.1 - Do Desenvolvimento Agrícola ao Enfoque Territorial do Desenvolvimento Rural

O meio rural é uma categoria histórica que se transforma e modifica juntamente com os processos sociais, políticos, econômicos e culturais que se desenrolam no caminhar das sociedades. Entender, logo, o papel atribuído ao meio rural, bem como suas possibilidades de desenvolvimento requer que seja realizada uma leitura ampliada do caminho que essas mesmas sociedades traçaram ao longo do seu desenvolvimento. A análise do rural e das ‘visões’ acerca do papel do meio rural ao longo da História só serão apreendidas se analisadas em relação ao urbano e aos ‘modelos’ de desenvolvimento que guiam essas mesmas sociedades (Wanderley, 2001)..

A revolução industrial e o fortalecimento do capitalismo modificam as dinâmicas das sociedades ocidentais e trazem consigo uma série de transformações espaciais, sociais e econômicas. Neste período, observa-se o progressivo deslocamento do eixo dinâmico das economias européias do campo para a cidade, com o correspondente esvaziamento das atividades primárias frente ao crescimento das atividades secundárias.

O desenrolar desses processos alcançaria seu ponto máximo com o *fordismo*, modelo industrial que se caracterizava pela ênfase nas grandes plantas industriais, nos ganhos de produtividade e na exploração de economias de aglomeração. No período pós-Segunda Guerra Mundial, os princípios que dirigem o desenvolvimento econômico são pautados na formação de grandes mercados consumidores, nos ganhos em economias de escala e numa certa padronização dos produtos. O reflexo desses princípios nas áreas rurais, cada vez mais subordinadas aos mercados urbanos, dava-se através de altas taxas de mecanização na agricultura e da especialização da produção, sob as mesmas diretrizes de eficiência e produtividade que norteavam a produção industrial.

É o período de vigência e maior destaque do modelo de desenvolvimento pautado na industrialização e na urbanização, que colocava o aumento da produtividade no papel de principal meta de desenvolvimento a ser alcançado, até então sinônimo de crescimento econômico. Ao campo, então, era delegado o papel de dar suporte ao acelerado crescimento industrial e urbano através do fornecimento de grandes quantidades de alimentos para o proletariado urbano-industrial que crescia, fornecer cotas elevadas de matérias-primas para o abastecimento das indústrias, ‘liberar’ mão-de-obra, elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano.

Nesse enfoque, o desenvolvimento rural era tido como sinônimo de desenvolvimento agrícola, através de uma estratégia de modernização da agricultura cujo maior retrato é a reprodução da aplicação de ‘pacotes tecnológicos’ da Revolução Verde. A “modernização”, nesse aspecto, pautava-se no crescimento da produtividade através do aumento correlato no uso de máquinas e equipamentos agrícolas, de insumos químicos (defensivos, adubos, fertilizantes), no aumento do uso de combustíveis e na progressiva especialização através do modelo monocultor, mas com pouca (ou nenhuma) atenção voltada para a sustentabilidade.

Em consonância com a ‘ideologia’ urbano-industrial de modernização, o maior dinamismo da agricultura passava pela ‘modernização’ das grandes propriedades e transformação dos grandes proprietários em empresários rurais e fazendeiros modernos. Como visto, é justamente nesse período em que se dá a formação da imagem da agricultura moderna, associada a grandes monoculturas mecanizadas, de forma que em contrapartida a agricultura de base familiar, se aproxima cada vez mais da imagem de atraso, permanecendo à margem do processo de modernização.

No que concerne aos instrumentos de desenvolvimento rural pautados nessa mesma lógica, a idéia que os regia era a elevação dos níveis de mecanização e de produtividade. Mesmo naqueles instrumentos que visavam atuar sobre a pobreza rural estava presente esse viés produtivista. Essas estratégias de ‘modernização’ da agricultura pautavam-se na adaptação e na transferência de tecnologias típicas da Revolução Verde para as unidades familiares agrícolas, com o intuito de gerar um incremento na produtividade do trabalho e de suas receitas (Berdegue et al., 2003).

Seus principais instrumentos eram os projetos organizados em torno do crédito, da assistência técnica (que deveria ‘orientar’ a aplicação desses créditos no processo de modernização) e de algumas ações pontuais em educação, saúde e infra-estrutura. O crédito ganhava papel central na medida em que representaria a eliminação das restrições nos processos de adoção desses pacotes tecnológicos pelos pequenos produtores. E a extensão técnica, por sua vez, tinha um caráter convencional com uma orientação voltada para a maximização dos rendimentos e da produção física, lógica produtivista que na prática se chocava freqüentemente com a lógica de reprodução social da família rural, que nem sempre contém uma lógica puramente econômica.

Esse modelo de desenvolvimento, contudo, começa a apresentar sinais de crise no final do século XX. Isso ocorre principalmente nos países centrais, como fruto do aumento das preocupações ambientais e sociais em torno das conseqüências que a implantação desse modelo representou nas respectivas sociedades. Dessa forma, cada vez mais eram questionadas as vantagens dos grandes níveis de produtividade alcançados através da implantação desse modelo de agricultura ‘modernizada’ vis a vis seus custos sociais, ambientais e culturais.

De um modo geral, pelo lado ambiental, cresciam as preocupações em torno das mazelas do modelo monocultor sobre os ecossistemas onde eram implantados. Nesse sentido, chamava-se atenção para os casos de deterioração dos ecossistemas locais fruto do aumento tanto da miséria rural, observada naqueles espaços que não conseguiram se ‘inserir’ no novo padrão tecnológico, quanto do uso de insumos químicos e mecânicos naqueles espaços em que a modernização se deu de maneira completa. Pelo lado social e cultural, pesavam os impactos decorrentes do caráter altamente extensivo dessa agricultura, que acabava elevando o êxodo rural, e se refletindo na superconcentração populacional nos centros urbanos (desemprego rural e urbano, aumento da pobreza). Essas preocupações se

acentuam na medida em que o mercado de trabalho citadino chega a um determinado ponto de saturação em que não consegue mais absorver a oferta de mão-de-obra proveniente do campo, principalmente nos setores em que se necessita de uma menor qualificação profissional. Por outro lado, no campo, juntamente com a rarefação populacional observa-se um progressivo esvaziamento do conjunto de suas representações sociais e identidades, bem como de seu patrimônio cultural (Wanderley, 2000; Veiga, 2001).

Chega-se num período de esgotamento do modelo *fordista* de crescimento econômico, materializado principalmente na saturação dos mercados consumidores e na acentuação de mudanças na demanda, que já não mais era satisfeita através de produtos padronizados (Wilkinson, 2003). A substituição desse modelo, por sua vez, dá-se num cenário de revolução tecnológica, com o crescimento e a valorização crescente das tecnologias da informação. A velocidade nas transações e nas formas de comunicação acaba determinando um processo de compressão do tempo-espaço, remodelando toda a base material sobre a qual nossa sociedade se assentava.

Nesse cenário, as economias mundiais se tornam mais interdependentes, ao mesmo tempo em que as formas tradicionais de relação entre Estado, sociedade e a economia são modificadas. O final da Guerra Fria e o fim da ameaça de um mundo comunista, por sua vez, alteram a geopolítica global, determinando a emergência de novas formas de articulação da potência hegemônica com o resto do mundo. O próprio sistema capitalista, nesse sentido, passa por um profundo processo de reestruturação, caracterizado pelo aumento dos sistemas de acumulação pautados na flexibilidade. A crescente integração das economias nacionais eleva a turbulência dos mercados, reduz o ciclo de vida dos produtos e torna inviáveis os custos ligados às formas inflexíveis e centralizadoras do modelo *fordista*, criando um novo ambiente cada vez mais competitivo e onde não basta mais se basear apenas em ganhos de escala (preço). A qualidade, nesse novo cenário, juntamente com a capacidade de inovação impõe-se como critério absoluto para a sobrevivência nos mercados.

Na América Latina, presencia-se um momento de dismantelamento das ditaduras militares, com o fortalecimento e diversificação dos canais democráticos. Por outro lado, é o período também (logo após a crise internacional da década de 1980) em que cresce a influência da retórica neoliberal nesses países, consubstanciada no receituário do Consenso de Washington de John Williamson. Uma das principais influências desse novo consenso era a busca da estabilidade econômica através de ajustes macroeconômicos, pautados principalmente na perseguição de metas inflacionárias e de *superávits* primários, no ajuste fiscal e na redução do aparato estatal. Nesse sentido, de uma maneira geral, há uma retirada da ação governamental maciça da esfera produtiva e regulamentadora, através de privatizações e um aumento nas parcerias público-privadas, de modo que a presença do Estado só se daria naquelas áreas em que a produção de bens públicos não poderia ser realizada por agentes privados. Acentuam-se, assim, as reformas do Estado em direção a uma maior descentralização na gestão dos recursos e na implementação de instrumentos de políticas públicas, aumentando a participação na gestão e implementação de políticas da esfera local.

No período observa-se uma retirada e um esvaziamento do debate em torno do desenvolvimento rural, com a eliminação do tema da pobreza rural das principais agendas das agências multilaterais. Nos organismos que continuaram a trabalhar pelo desenvolvimento rural, principalmente organizações não-governamentais, observa-se uma mudança no foco de análise de seus projetos, que deixam de se focar nas transformações 'para dentro da porteira' e se aproximam mais das comunidades envolvidas. Sob o enfoque

comunitário, cada vez mais os projetos de desenvolvimento rural passaram a incorporar a participação social como elemento central. A consideração da participação social permite uma mudança na lógica dos projetos implementados. Se antes eles eram interpretados como organizações produtoras de bens e serviços que levariam o desenvolvimento às famílias rurais, agora eles passam a ser apreendidos como mecanismos catalisadores de processos que se desenrolam nessas mesmas áreas e que podem fomentar o desenvolvimento. Nessa visão, os agentes sociais ganham uma posição de participantes ativos na elaboração e implementação dos projetos (Berdegúe et al., 2003).

As estratégias de desenvolvimento das famílias rurais, sob essas novas regras de funcionamento do Estado e da economia, não se pautam mais na ‘modernização’ da agricultura familiar e aumento da produtividade, sob a adaptação de pacotes tecnológicos. A nova ordem agora é a implementação de projetos que permitissem o aumento da competitividade dos produtos dessas famílias nos mercados, pautados na qualidade desses mesmos produtos e não no preço. A consequência direta dessa mudança de enfoque é que os processos de transformação produtiva operados no âmbito das famílias rurais passem a ser determinados, não pelas condições de oferta somente, mas principalmente pelas condições de demanda de mercado. O maior desafio a ser transpassado nessa etapa são as condições de acesso aos mercados e as formas mais competitivas de produção mercantil. Reduz-se nas estratégias de desenvolvimento rural, em contrapartida, a importância relegada à produção voltada para o autoconsumo. Ganham destaque, por sua vez, as atividades de processamento, agregação de valor e fomento de uma produção familiar com uma visão mais ‘empresarial’. Nesse momento, passam a ser reconhecidas como importantes estratégias de reprodução social das famílias rurais as atividades rurais não agrícolas.

O reconhecimento dessas relações estabelecidas entre as áreas rurais e os centros urbanos seja sob a forma de inserção produtiva ou no mercado de trabalho, favorecem o descolamento do desenvolvimento rural do desenvolvimento agrícola, que passa agora a corresponder a apenas uma dimensão do processo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, os projetos de desenvolvimento rural passam a incorporar novas estratégias, pautadas na modernização dos mercados rurais, institucionalização de feiras ao ar livre, a estabelecer relações e contratos diretos com comerciantes e agroindústrias ou com outros provedores de serviços, a investir em atividades rurais não agrícolas entre outros.

Ao mesmo tempo nesse período, cresce o debate e a influência nas organizações internacionais dos estudos sobre os distritos industriais¹⁰, o que acabaria por determinar a valorização dos temas de natureza territorial no debate acerca dos processos de desenvolvimento. O resultado mais direto desses trabalhos seja sob a forma de distritos industriais, seja sob a forma de sistemas produtivos locais ou *clusters* foi o reconhecimento da importância de fatores sociais e culturais, historicamente determinados, ao lado dos fatores técnicos e econômicos. As referências básicas desta retomada, por sua vez, não foram as conhecidas teorias da localização baseadas na oferta e mobilidade de fatores produtivos, mas as externalidades positivas que as aglomerações eram capazes de produzir e que até então não eram reconhecidas ou valorizadas (Abramovay, 2003).

¹⁰ Ainda no Século XIX, Alfred Marshall já havia escrito sobre os distritos industriais, segundo o autor, tais distritos seriam mais que aglomerações de setores economicamente correlatos, principalmente por conterem um fator intangível. Uma certa ‘atmosfera’ industrial que se materializava sob a forma de difusão maior de conhecimentos; desenvolvimento de máquinas especializadas; e a criação de um importante mercado local de empregos (Abramovay, 2003).

Algumas vertentes desse novo debate agregavam esses fatores culturais na noção de capital social, que ganha maior destaque nas discussões sobre desenvolvimento a partir das pesquisas de Robert Putnam. Tal noção se referia a um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que geram um ambiente favorável ao empreendedorismo e à cooperação e, assim, ao maior dinamismo econômico (Veiga, 2003). O capital social passa a ser o ‘core’ dos processos de dinamização econômica e desenvolvimento.

A principal questão em torno do desenvolvimento passa então a ser a criação de condições para o fortalecimento do capital social que permitam a emergência e a combinação de três fatores: a concorrência e a cooperação; o conflito e a participação; e o conhecimento local e prático com o conhecimento científico (Veiga, 2003). O desenvolvimento ganha o caráter de ser fruto do papel catalisador de um projeto elaborado pelos próprios atores locais e não uma força exógena.

Ganha ênfase então a noção de desenvolvimento local, destacando abordagens que enfatizam o papel de fatores endógenos e que colocam as iniciativas locais como elementos centrais nesse processo. Essa perspectiva implica que se tenha uma visão mais ampla e relacional dos espaços, das atividades econômicas e dos agentes sociais e políticos a serem considerados no processo de desenvolvimento rural e de superação da pobreza.

Um dos pontos mais importantes da abordagem do desenvolvimento local é se pensar o meio rural a partir da sua relação com o seu entorno, ou seja, que os fluxos com as cidades e centros urbanos mais próximos sejam considerados como oportunidades para se pensar o desenvolvimento rural. Nesse período, e muito como fruto das mudanças pelas quais passou o sistema capitalista e da saturação dos mercados consumidores para produtos padronizados, o rural passa a ser reconhecido de ‘detentor’ de atributos que não se resumiam mais apenas à dimensão produtiva (como o era durante a vigência do modelo urbano-industrial).

Essa dimensão produtiva, ainda que esta permanecesse importante, ganha agora uma nova ‘roupagem’, se ancorando em produtos com maior diferenciação e com maior agregação de valor no lugar da padronização outrora demandada (na esfera produtiva cada vez mais é valorizada a qualidade em detrimento à produtividade e à produção a baixos custos). São valorizados também nesse período aspectos como: a qualidade de vida (o meio rural cada vez mais era buscado como área de residência ou segunda residência em detrimento aos grandes centros); a preservação ambiental; o fato de ser portador de valores culturais e sociais importantes (dentre eles cresce a demanda e o mercado por produtos que carregam a ‘qualidade’ de serem artesanais ou tradicionais); entre outros (Wanderley, 2001).

No entanto a idéia de se pensar o desenvolvimento local logo apresentou limitações¹¹. Uma das principais críticas ao ‘desenvolvimento local’ nessa época era o perigo de que essa abordagem se limitasse a simples agregação de programas, sem a existência de uma estratégia que ligasse todas essas iniciativas em um só projeto coletivo que pudesse de fato mobilizar o conjunto das comunidades.

As dificuldades em se articular as esferas urbano/rural, regional/local, bem como as respectivas políticas que se destinavam em diferentes áreas num projeto de

¹¹ Um dos fatores que fez brotar no interior da OCDE a idéia de juntar sob o lema do ‘desenvolvimento territorial’ seus núcleos voltados aos problemas urbanos, rurais e regionais foi a avaliação de mais de um decênio de experiência com o programa dedicado à geração de empregos mediante o estímulo ao ‘desenvolvimento local’, que havia sido criado em 1982 e atualmente se denomina LEED (Local Economic and Employment Development).

desenvolvimento, logo fez com que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) agrupasse esses quatro núcleos em um único Serviço de Desenvolvimento Territorial. A preocupação central era entender como políticas de diferentes núcleos relacionados ao espaço poderiam efetivamente contribuir para reformas estruturais e para o funcionamento das forças de mercado e, particularmente, para a capacidade de geração de empregos produtivos, para o adequado aproveitamento de recursos humanos, para a prevenção contra marginalidade social e a degradação ambiental, para a melhoria do padrão e qualidade de vida entre outros.

O principal desafio era que o desenvolvimento local fosse pensado de forma integrada em todas as escalas, sejam elas localidades, cidades e/ou regiões. Sejam elas urbanas, suburbanas ou rurais. Dois princípios principais norteavam essa abordagem integrada do desenvolvimento. O primeiro destacava a interdependência dessas esferas como elemento central, destacando a necessidade de uma abordagem política coordenada que pudesse integrar o conjunto dos aspectos relacionados ao desenvolvimento (reconhecimento de que um fenômeno em uma determinada área poderia determinar o caminho de outra área ou gerar oportunidades para explorar os efeitos de proximidade). O segundo se referia à preocupação quanto ao desenvolvimento harmônico do tecido econômico como importante meta a ser perseguida, valorizando ações que visavam a encontrar, para uma determinada zona, um equilíbrio entre o fortalecimento de sua capacidade concorrencial e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Ambos destacavam a importância de criação de novas formas de parceria entre os atores envolvidos sejam governamentais ou da sociedade civil, sejam nacionais, regionais ou locais (Veiga, 2003).

É importante destacar que a noção de desenvolvimento territorial, todavia, não anula as questões pertinentes ao desenvolvimento local, apenas chama atenção para que a estratégia de desenvolvimento local seja considerada como um complemento do desenvolvimento regional, no âmbito de uma estratégia mais ampliada baseada no conceito de desenvolvimento territorial (que traz à tona a necessidade de articulação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno).

O território, de acordo com essa nova estratégia se diferencia do simples espaço social, como um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores e passa a englobar uma dimensão política. O território passa a ser o espaço dominado (político-ideológicas) e apropriado (simbólico-culturais), ou seja, o espaço socialmente construído através de relações sociais que se constituem relações de poder e que lhe dão forma. Isso implica também em considerar a existência em torno dos territórios de certos e variados modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada em forma de cultura, hábitos, valores, episódios históricos e num sentimento de origem e trajetórias comuns.

Para o desenvolvimento, portanto, o fato de considerar o território como invólucro de um projeto coletivo (que por sua vez é ‘construído’ em cima e através do embate de múltiplos projetos individuais) que irá ‘nortear’ seus atores sociais em suas ações, implica em que sejam enfatizados nas estratégias de desenvolvimento aquelas ações que visam a identificação e valorização de recursos latentes como ‘ativos’ territoriais, especialmente daqueles com um maior grau de especificidade (de difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entre atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais). Esse processo de especificação de ‘ativos’ será o principal fator de diferenciação de um território dos demais (Cazella, 2005).

Assim, ao mesmo tempo em que avançam as novas tecnologias de informação e comunicação e amplia-se a mobilidade dos fatores econômicos na época contemporânea, que parecem ‘desenraizar’ os processos, não observamos um afastamento do desenvolvimento do tema espacial, pelo contrário. Nessa abordagem ganham destaque maior as formas localizadas de coordenação e competição entre os diferentes atores sociais que compõem o território, bem como é sublinhado o papel dos laços não formais e, sobretudo, a dimensão espacializada dos conhecimentos. A apreensão desse caráter localizado do conhecimento e da inovação é que atribuem um significado especial às políticas de desenvolvimento territorial (Abramovay, 2003).

Por outro lado, o reconhecimento do território como resultado de uma construção social e, portanto, de disputas em torno de diferentes formas de exercício de poder implícito à abordagem territorial do desenvolvimento, implica em que sejam identificadas as relações de dominação que acabam se refletindo na sociedade local em exclusões das mais diversas formas. Assim, é interessante chamar atenção para o fato de que a reprodução da pobreza e da exclusão pode ser resultado dessas disputas, reservando a apenas uma parcela da sociedade local (a com maior poder) o privilégio de participação na dinâmica de criação coletiva do território.

Portanto, sob o enfoque territorial, o reconhecimento da diversidade de percepções e interesses dos atores locais nessa construção social do território constitui um fator crucial para a explicação das exclusões, das contradições e dos conflitos, bem como para a compreensão dos bloqueios das dinâmicas de desenvolvimento na sociedade local. É importante ter em mente que sem uma base social consistente e real, o desenvolvimento territorial pode adquirir contornos de um modelo conservador cujas ações são destinadas àqueles que já se encontram integrados na sociedade local. Assim, o primeiro passo para se entender esses desvios é se admitir a complexidade do social e a divergência de interesses, concepções e estratégias de atores implicados nas ações formais de desenvolvimento. Chamamos atenção aqui também para os conflitos, no sentido de encará-los não somente a partir de uma dimensão negativa, mas entendendo-os como relações que se bem negociadas ou mediadas podem ser um fator fortalecedor nos processos de socialização, integração social e coesão social (Cazella, 2005).

No que concerne à dimensão institucional formal e ao papel do Estado, a ênfase no território também traz implicações, principalmente, no planejamento e nas questões como hierarquização e descentralização. A primeira implicação é a substituição do planejamento hierarquizado e centralizado das administrações públicas por um ambiente institucional que efetivamente reflita o movimento de descentralização das atividades econômicas e do fortalecimento de organizações da sociedade civil no nível local. A ausência de uma articulação das administrações públicas com as experiências locais, muitas vezes, leva a uma lógica em que iniciativas inovadoras locais (fruto de um aprendizado localizado) são inibidas e que os atores sociais permanecem ‘imóveis’ a espera que o Estado lhes forneça um conjunto de bens e serviços já prontos (caráter mais assistencialista e não de reversão das condições de pobreza). Em segundo lugar, muitas vezes um planejamento hierarquizado, obedecendo à lógica redistributiva em que recursos das regiões mais prósperas são voltados para estimular atividades econômicas em regiões carentes sem, contudo, realizar mudanças efetivas e estruturais que visem a amenizar os desequilíbrios regionais (Abramovay, 2003).

Dessa forma, a política territorial de desenvolvimento não consiste mais em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes num determinado espaço, mas ao contrário, visa a despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e novas

formas de coordenações no território em questão. E isso, antes de tudo, deve ser o seu principal fator motivador.

No que concerne ao rural, por sua vez, o enfoque territorial traz uma série de outras implicações (além das assinaladas anteriormente). O interesse crescente por um enfoque territorial do desenvolvimento rural surge no bojo de uma série de transformações que tomam corpo nas sociedades rurais e diante das quais os velhos instrumentais teóricos e metodológicos não eram mais capazes de responder com eficácia.

Observa-se uma crescente inserção das economias rurais no processo de globalização, com implicações na formulação e implementação de políticas nacionais. Sendo assim, as fronteiras e as distinções entre os mercados locais, regionais, nacionais e globais são suavizados. Nas economias rurais, esse processo de redução das fronteiras é acompanhado de um processo de transformações radicais nas cadeias agroalimentares, onde agroindústrias e grupos multinacionais de supermercados passam a desempenhar um papel dominante na cadeia que lhes permite determinar normas, padrões e práticas de abastecimento, obrigando os demais atores a se adaptarem a essa nova racionalidade. Adicionalmente, as sociedades rurais são progressivamente dissociadas do setorial agropecuário, ao mesmo tempo em que cresce a participação das atividades não agrícolas nessas economias rurais. A globalização e os processos de privatização que a acompanharam, principalmente nos países ditos periféricos, tornam mais explícitas as imperfeições de mercado (financeiro, terra, trabalho, informações), acentuando a necessidade de reformas institucionais. Por outro lado, observa-se um movimento de descentralização, colocando os governos locais no papel de protagonistas do desenvolvimento rural (Berdegú & Schejtman, 2003).

Diante desse quadro de profundas transformações, os velhos enfoques do desenvolvimento rural não são mais capazes de responder aos atuais desafios que o mundo rural lhes impõem. Os velhos instrumentais falhavam ao trabalhar e reconhecer o alto grau de heterogeneidade que caracteriza as sociedades rurais, a pobreza rural, a agricultura familiar e a pequena empresa familiar não agrícola no período contemporâneo. Essa deficiência determinou o delineamento de respostas unívocas, incapazes de apreender em sua integridade os fenômenos, causas e manifestações que envolviam os processos de desenvolvimento rural. A maioria dessas ações, por conseguinte, apresentava um forte caráter setorial, ainda que as atividades não agrícolas viessem ganhando importância crescente nessas economias. Os instrumentos de política convencionais não eram também capazes de intervir na correção das falhas de mercado, frequentes no meio rural e que afetam em maior grau de intensidade os agricultores familiares mais pobres. As ações de transformação produtiva geralmente eram concebidas desvinculadas de ações mais ampla de reforma das instituições rurais. Os instrumentos de política e ações específicas para o desenvolvimento local, por sua vez, dificilmente eram articulados com aqueles inseridos em instâncias mais macro, da mesma forma que, no nível local, era dificultado também o reconhecimento do poder que os agentes possuem na determinação de tendências, oportunidades e restrições que as populações pobres rurais atualmente enfrentam.

Assim, a insatisfação com os enfoques tradicionais abriram espaço para uma série de formulações estratégicas para reenfocar o desenvolvimento rural e o combate à pobreza, o que de uma forma geral determinou o avanço em direção a uma proposta de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento territorial rural representa, assim, o processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular

competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. Já o desenvolvimento institucional teria o propósito de estimular e facilitar a interação e a concertação dos atores locais entre si e os agentes externos e de incrementar as oportunidades para que a população como um todo participe do processo e dos seus benefícios gerados (Berdegú & Schejtman, 2003).

Nesse novo enfoque, se rompe de vez com a visão tradicional que associava o meio rural unicamente ao caráter setorial e agropecuário, abarcando todas as atividades que são realizadas nos limites do território em questão, sejam agrícolas ou não. Trata-se assim, de promover todas aquelas atividades, tangíveis ou não, que sejam economicamente rentáveis ou que gerem 'externalidades positivas' e/ou 'amenidades' capazes de se tornar uma vantagem comparativa e que possam fomentar o projeto de desenvolvimento do território. Por outro lado, trata-se também de que sejam consideradas as diversas de estratégias de reprodução social e econômica utilizadas pelas famílias rurais e que diferem da agropecuária (ainda que essa permaneça central principalmente pela parcela da produção familiar destinada ao autoconsumo).

Pressupõe também que o meio rural seja visto de forma integrada com o seu entorno. Sendo assim, ainda que esteja presente nas estratégias de desenvolvimento a ênfase no seu caráter endógeno, o enfoque territorial requer que sejam considerados, em conjunto, os determinantes exógenos do desenvolvimento e que resultam da importância e da valorização que o conjunto da sociedade nutre pela produção e pelo patrimônio natural e cultural de seus espaços rurais (Veiga, 2003).

Adicionalmente, o desenvolvimento rural com o enfoque territorial requer que as estratégias de ação entendam que a transformação produtiva e o desenvolvimento institucional devem ser abordados de forma simultânea e articulada. Ambas as dimensões são fundamentais para a superação da pobreza. A transformação produtiva isolada quando é excludente (e não encontra as instituições necessárias para a garantia da distribuição dos benefícios de um processo de crescimento econômico) tem poucas influências na consolidação de um processo de desenvolvimento que contemple a totalidade da população. Assim, é importante ter em mente que a competitividade, as inovações tecnológicas, a construção de vínculos com mercados dinâmicos e as relações urbano-industriais são impensáveis sem contratos, redes que permitam o acesso a conhecimentos e habilidades, alianças entre agentes que se complementam em torno de um objetivo partilhado ao longo da cadeia produtiva e espaços de concertação público-privados.

As estratégias de desenvolvimento rural precisam reconhecer também a diversidade de agentes constituintes do território. As respostas convencionais nas políticas de superação da pobreza sempre tiveram como 'carro chefe' a focalização, entendida como garantia e asseguramento de que somente as camadas mais pobres teriam participação nos recursos e ações do programa. No entanto, nem sempre esses segmentos mais vulneráveis conseguem sozinho despertar capacidades e competências a partir de sua própria organização. Assim, é importante o reconhecimento de que em muitos casos haveria outros determinantes do desenvolvimento que não apenas ações focadas nas camadas mais vulneráveis da população como aquelas que visam ao estabelecimento de relações (econômicas, sociais) dessas camadas com outros agentes econômicos e sociais (Berdegú & Schejtman, 2003).

E, por fim, que as estratégias de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial se afastem definitivamente da aplicação de modelos padronizados que deveriam ser aplicados por igual em qualquer situação ou lugar. Nessa nova abordagem, observa-se um crescente

esforço em incentivar e promover a flexibilidade, a adaptabilidade nas condições locais e a execução de respostas diferenciadas a cada realidade (Berdegúe *et al.*, 2003).

2.2 - A Multifuncionalidade da Agricultura e o Desenvolvimento Territorial

Como visto, o enfoque territorial do desenvolvimento traz uma série de implicações para o delineamento de estratégias de desenvolvimento rural, tornando-as cada vez mais complexas. Destacamos aqui que embora consideremos que o meio rural na época contemporânea vem se afastando cada vez mais de uma definição setorial e que reconheçamos a importância crescente das atividades não agrícolas nas economias rurais, entendemos que a agropecuária exerce papel central na dinâmica das famílias rurais, especialmente nas áreas mais pobres, sendo central o enfrentamento dos seus problemas e gargalos ao se pensar o desenvolvimento seja do estado (RJ) seja do país.

No que concerne às estratégias de reprodução econômica e social das famílias a agropecuária se revela como uma importante atividade econômica, especialmente se nos referimos àquelas famílias rurais que se encontram em situações mais vulneráveis, ou seja, as mais pobres, geralmente detentoras de níveis inferiores de educação formal e com menores oportunidades. Assim, na maior parte das áreas rurais pauperizadas, sobretudo no Brasil, a agropecuária, ainda que venha perdendo espaço frente às atividades não agrícolas nas últimas décadas, segue como um importante setor absorvedor de mão-de-obra, o qual exige menores níveis de qualificação, contribuindo para reduzir o êxodo rural. Nas estratégias de redução da pobreza, por sua vez, a agropecuária ganha relevância pela produção voltada para autoconsumo e por questões relacionadas à garantia da segurança alimentar. Por outro lado, é através da agricultura que se contornam e definem as identidades sociais dessas famílias rurais, bem com as formas de sociabilidade rural.

Também crescem as preocupações com os resultados do padrão de desenvolvimento urbano-industrial, especialmente face às suas altas exigências produtivas e aos seus efeitos ambientais degradantes, o que de certa forma reaviva o debate a respeito das ‘funções’ a serem preenchidas pela agricultura na sociedade. No que concerne ao desenvolvimento econômico brasileiro, é crescente o reconhecimento do bom desempenho da agricultura especialmente no tocante à geração de alimentos e matérias-primas, na liberação de mão-de-obra para as atividades urbano-industriais e na criação de um mercado rural de massa. No entanto, ao mesmo tempo em que cresce o reconhecimento do cumprimento do papel da agricultura no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, cresce também a conscientização do papel central e ativo do modelo de agricultura adotado em nosso país na definição da estrutura atual do campo brasileiro, de alta concentração de renda e de terra.

Com base nessas considerações, partimos nesse trabalho da hipótese de que a óptica da multifuncionalidade da agricultura se aplicaria como um bom referencial analítico para se repensar a agricultura e suas relações nas dinâmicas de desenvolvimento das áreas rurais brasileiras (sob o enfoque territorial), especialmente naquelas em que a agricultura familiar encontra maiores obstáculos à superação da pobreza.

A noção de multifuncionalidade da agricultura é a abordagem que a apreende dentro de um contexto multidimensional, considerando em sua análise, as múltiplas dimensões que a produção agrícola determina (e que devem ser consideradas e promovidas) e que, muitas vezes, são obscurecidas diante do peso que recebe nas análises tradicionais a dimensão econômica. Procura destacar e realçar outros ‘papéis’ que os agricultores desempenham, além da ‘função’ primária de produção bens mercantis, e que são importantes ao se pensar o

desenvolvimento, como a preservação ambiental, a manutenção do tecido social e cultural das áreas rurais, a garantia da segurança alimentar da sociedade, entre outros. Entretanto, é importante ressaltar aqui que a sua adoção não significa o descarte, de suas estratégias de desenvolvimento, do estímulo à produção mercantil de base familiar, pelo contrário, a produção agrícola mercantil ainda ocupa um papel relevante na superação dos quadros de pobreza em que se encontra a maioria das famílias rurais.

A noção de multifuncionalidade da agricultura tem origem nos debates internacionais políticos, principalmente no âmbito da União Européia e da OMC, e só muito recentemente é incorporada ao discurso brasileiro. Sua primeira emergência no cenário internacional dá-se em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RJ). Seu debate se inseria dentro do quadro das discussões sobre a concepção do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura e do meio rural, e era uma reação às consequências econômicas, sociais e ambientais da Revolução Verde nos países ditos desenvolvidos. A sua promoção respondia a um conjunto de debates que contestavam o modelo produtivista agrícola, seus custos (excedentes) e suas externalidades negativas crescentes, ao mesmo tempo em que enfatizava questões da segurança alimentar e de degradação dos recursos naturais. Volta a aparecer somente depois, em 1993, dentro do cenário europeu, num esforço de harmonização das legislações agrícolas dos países da União Européia em torno da construção de uma noção de agricultura durável.

É na França, contudo, que as discussões sobre a multifuncionalidade da agricultura provocam um impacto maior. A disseminação do modelo produtivista de modernização da agricultura, naquele país, garantiu a segurança alimentar interna e uma posição extremamente favorável no mercado internacional. No entanto, este mesmo modelo provocara, em contrapartida, efeitos negativos: econômico (super-produção), social (redução dos efetivos agrícolas necessários à consecução de metas produtivas e a expansão de espaços socialmente vazios ou esvaziados) e ambiental (profundo desgaste dos recursos naturais).

Isso acabou por provocar a emergência de pressões em favor da redefinição dos processos de modernização agrícola e dos objetivos efetivos do desenvolvimento rural a serem perseguidos. Somava-se a isso a existência na França de uma forte articulação dos agricultores com longa tradição de colaboração com as instituições públicas. O resultado foi a construção de um campo que, alicerçado em alguns conceitos de profundo rigor teórico, dentre os quais a noção de multifuncionalidade da agricultura, favoreceu a adoção de políticas originais e inovadoras e acabou desembocando na redefinição da atividade agrícola e da própria profissão do agricultor.

Nesse país, de forma generalizada, a nova abordagem da atividade agrícola e suas funções associadas partiam do estabelecimento de um contrato social¹², um compromisso (pacto social) que reconhecia e estabelecia direitos e deveres tanto para os agricultores quanto para a sociedade.

Essas demandas se expressariam pelo menos em três níveis complementares. Em primeiro lugar no que se refere ao meio ambiente, assim os agricultores, ao exercerem a

¹² Ao buscar adaptar as prestações de serviços da agricultura às exigências da sociedade, a França, recorre a um instrumento contratual entre os agricultores e o Estado que é o contrato territorial de exploração – CTE. Suas idéias-chave são: ‘processo negociado’ entre os poderes públicos e os agricultores nos marcos de um ‘contrato social’ entre os rurais e o conjunto da sociedade, com formas contratuais específicas; redução das ‘assimetrias do mercado’ e as ‘externalidades negativas’ sobre o meio ambiente; e vínculo com um ‘território’ (Maluf, 2002b).

atividade agrícola, deveriam assegurar a preservação dos recursos naturais e a conservação das paisagens. Isso implicava em abandonar as práticas poluidoras e também adotar medidas positivas de proteção ambiental. Em segundo, quanto ao compromisso com a qualidade dos produtos. Os consumidores deveriam ter confiança (e garantias) na qualidade dos alimentos que adquiriam dos agricultores. Somado a isso, cada vez mais crescia a demanda por produtos associados a valores específicos (localidades, tradições, processos de produção técnica etc). E, finalmente, em terceiro lugar, considerava-se o papel central dos agricultores nos processos de ocupação e dinamização dos espaços rurais. Rejeitando o esvaziamento e o abandono de vastas áreas rurais, a sociedade esperava dos agricultores, tradicionais portadores da tradição local, a manutenção do mundo rural e de seu tecido social. Enfim, a noção reivindicava que outras dimensões fossem incorporadas à análise da agricultura e do desenvolvimento rural (como a segurança alimentar, a manutenção da paisagem e do tecido social, a qualidade) em detrimento do foco único na produtividade agrícola e na eficiência.

Assim, de uma forma generalizada, em nossa proposta de incluir a multifuncionalidade da agricultura no desenho de estratégias de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial, cremos que estaremos contribuindo com a tomada de um ‘novo olhar’ sobre a agricultura familiar e suas relações nas dinâmicas de desenvolvimento local, possibilitando, por um lado, analisar a interação das famílias rurais com o território e com a sociedade na sua integridade e não apenas nos seus componentes econômicos; e por outro, a incorporação nessas estratégias da provisão de bens públicos por parte desses agricultores, que até hoje não são reconhecidos (relacionados com o meio ambiente e com o patrimônio cultural das comunidades rurais no Brasil).

Em consonância com o enfoque territorial do desenvolvimento, portanto, a análise da agricultura através da óptica multifuncional possibilitaria a apreensão da atividade agrícola em suas relações com outras esferas sociais e em suas relações com a sociedade como um todo. Ao direcionar a atenção para o que se chamou de funções ‘não-produtivas’ da agricultura, ela promoveria também um recorte analítico que foge do recorte setorial e favorece a formulação de um projeto coletivo ‘localizado’ (nas áreas rurais) que procura valorizar as potencialidades do território pelos seus habitantes, levando em conta, as inter-relações dessas áreas com a sociedade como um todo.

Adicionalmente, a difusão da perspectiva de estimular as várias contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade no âmbito social, econômico, cultural e ambiental (e não apenas produtivo), requer que os projetos de desenvolvimento levem em conta a unidade familiar rural, ou seja, o estabelecimento agrícola como um todo no lugar da produção familiar. Assim, não só a produção mercantil desempenhada pelas famílias rurais é levada em conta nas estratégias de desenvolvimento, mas também as contribuições potenciais (ou já realizadas) pela atividade agrícola que são reflexos da articulação das famílias rurais entre si e com o espaço por elas socialmente ocupado, diga-se o território ao qual se vinculam e que ajudam a dar forma (Maluf, 2004).

Nesses termos, a abordagem da multifuncionalidade da agricultura caminhará no sentido de estabelecer um diálogo constante entre as possibilidades de desenvolvimento das áreas rurais e da sociedade, através da elaboração de um projeto coletivo que levasse em conta tanto as demandas das famílias rurais quanto as do resto da população.

Adicionalmente, ao eleger como foco de análise a agricultura familiar (como família de agricultores - em suas complexas relações com a natureza e a sociedade), a noção privilegia uma visão mais completa da agricultura familiar brasileira, se contrapondo e

ampliando os limites da visão tradicional de política pública voltada para esse segmento e que se prende, de certa forma, à sua dimensão produtiva e que privilegiaria, indiretamente, apenas aqueles agricultores familiares que apresentam possibilidades de serem incorporados ao mercado. Esses instrumentos tradicionais, vinculados à produção e geralmente aos instrumentos de crédito excluiria boa parte das famílias rurais dos benefícios dos programas governamentais hoje em dia, especialmente aqueles segmentos mais vulneráveis, que possuem menores áreas de propriedades e capacidade produtiva.

Por outro lado, ainda no que concerne aos instrumentos de política pública, a multifuncionalidade, assim como o enfoque territorial, favoreceria uma abordagem integradora de políticas setoriais, pressupondo também a participação efetiva dos atores sociais em espaços de concertação e de negociação legitimamente reconhecidos e institucionalmente definidos.

Entretanto, no Brasil, ao contrário da França, o reconhecimento e a valorização das funções não diretamente mercantis da agricultura ainda encontram-se muito pouco disseminados e consolidados em nossa sociedade. Como ilustração prática do que falamos cita-se a pouca preocupação e atenção dada pela opinião pública ao rápido e intenso processo de abertura de novas fronteiras agrícolas por monoculturas, como a soja no país, algumas avançando até mesmo sobre a Amazônia. Ou o pouco caso que se faz do papel social e cultural das famílias rurais, da educação rural e da formação profissional dos nossos agricultores no desenvolvimento do país.

Num movimento contrário, destacamos que não se trata aqui, de defender um ‘modelo’ de desenvolvimento para o Brasil que se assente unicamente sobre a agricultura ou os agricultores familiares. Nem de efetivar um discurso de desconsideração e minoração do agronegócio, de sua produção ou da sua importância no balanço de pagamentos brasileiro. Pelo contrário. Pretende-se apenas contribuir com a discussão sobre a superação da pobreza no Brasil e a necessidade de tomada de medidas que reduzam a concentração de terra e de renda no país, e que atualmente acabam mantendo-o na posição de um dos mais desiguais do mundo. Visto isso pretendemos tão somente contribuir com o desenho de uma ‘forma’ alternativa para o mundo rural brasileiro que privilegie o desenvolvimento e não apenas o crescimento econômico, abrindo espaço e assegurando as condições necessárias para que outros atores sejam privilegiados, sem abdicar de objetivos como uma maior diversificação produtiva, emprego de tecnologias compatíveis com o meio ambiente e a redução da desigualdade social.

Para incorporar essa noção à nossa realidade, levando em conta as nossas particularidades (de imensa desigualdade social e pobreza) optamos por traçar o mesmo caminho seguido pelo trabalho “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras” (Carneiro & Maluf, 2003). A equipe de pesquisa, ao analisar as diversas formas de expressão da agricultura familiar nas áreas rurais brasileiras, identificou quatro ‘papéis’ principais, cujo grau de manifestação variaria de acordo com as características particulares de cada contexto-social ou território. Serão essas mesmas quatro funções que nortearão nossa análise nesse trabalho. São elas:

- Dinâmica reprodução socioeconômica das famílias: diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função central num contexto em que o desemprego é elevado. É importante ressaltar que a agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das

famílias rurais no Brasil, apesar de que, para a maioria delas, sua contribuição menos importante venha sendo a renda monetária obtida com a produção agrícola mercantil ou própria.

- Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais: envolve a produção para o autoconsumo familiar e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção.

- Manutenção do tecido social e cultural: esse campo se refere à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em contas os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social.

- Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: essa dimensão foi observada tendo como referência o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade.

2.2.1 - A Reprodução¹³ Socioeconômica das Famílias

Diz respeito às fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, suas condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da família (Carneiro & Maluf, 2003).

Como vimos, a agricultura ocupa um importante papel no município de Santo Antônio de Pádua, na medida em que se trata do setor que mais gera empregos na economia municipal. Por outro lado, vimos também que a crise pela qual passa a agricultura no município (baixos preços) reside, ao lado da precariedade dos serviços públicos, como principal causa para o deslocamento das famílias rurais de Santo Antônio de Pádua para a cidade. A criação de melhores condições para o exercício da agricultura, portanto, representaria não apenas a ampliação da renda das famílias rurais, mas a possibilidade de permanência de boa parte delas no campo, evitando a transferência da unidade familiar para a área urbana.

Nessa direção, a ampliação dos serviços básicos e a melhoria da infra-estrutura figuram, também, como elementos centrais, na medida em que surtiriam efeitos, tanto, na ampliação da qualidade de vida das famílias rurais, quanto na facilitação do próprio exercício das atividades não agrícolas e agrícolas que são realizadas no meio rural.

A falta de energia e de estradas vicinais em boas condições atrapalha bastante a produção familiar da região, elevando seus custos. Em dias de chuva, os agricultores precisam pagar serviços de trator (R\$ 50,00 a hora) para tirar a produção de sua propriedade e vendê-la, pois as estradas (cheias de barro) impossibilitam a locomoção. Adicionalmente, quase nenhuma propriedade rural da região possui telefone. Segundo entrevista de um criador de ovinos do município, o telefone (que ele teve que comprar a um preço elevado por não estar disponível para sua propriedade) adquiriu importância fundamental na

¹³ Reprodução aqui definida não somente a partir da dimensão das necessidades econômicas, mas também envolvendo as demandas culturais e sociais. Resultaria daí um olhar que não reduz o agricultor a um mero *homo economicus*, mas que o enxerga como ser social, dotado de múltiplas formas de inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não se reduzem à óptica econômica (Carneiro, 2002)

comercialização de seu produto, de forma que a dependência de ‘recados’ e sua ‘defasagem natural’ (demora até pegar o recado e então ligar para o comprador), muitas vezes, fazia com que ele perdesse a clientela.

Todavia, ainda que o meio rural de Santo Antônio de Pádua esteja progressivamente abrigando atividades não agrícolas (como a prestação de serviços, a extração de rochas) e que grande parte de suas famílias recorram a pluriatividade como estratégia de reprodução social, entendemos que a agricultura ainda desempenha papel central nas áreas rurais do município. Como vimos a partir da primeira parte do trabalho, é significativo o número de famílias que dependem da agropecuária para a sua reprodução social, bem como se eleva a importância da agricultura na medida em que se reduz a renda familiar da mesma (até mesmo por causa do autoconsumo).

Por outro lado, o fomento das atividades familiares agrícolas desenvolvidas nas áreas rurais favoreceria não apenas uma maior diversificação da economia local (as atividades não agrícolas geralmente têm uma base agrícola, como o processamento do leite em queijo etc), como a ampliação da renda agrícola das famílias, tendo efeitos de encadeamentos também nas atividades rurais não agrícolas existentes na localidade. É importante afirmar aqui que com isso não estamos excluindo a importância de que sejam considerados nos instrumentos de apoio à agricultura familiar as rendas não agrícolas.

A partir daí, tendo em mente a crise pela qual passam os cultivos tradicionais do município (com baixos preços) cresce o espaço para o desenvolvimento de novos modelos produtivos, alternativas baseadas no enfoque agroecológico, na produção orgânica, produção natural, que tenham como base perspectivas bioecossistêmicas e de diversidade produtiva. Deve-se isso ao fato de que na maioria das vezes, os eventuais benefícios das economias de escala das monoculturas vêm acompanhados de uma maior vulnerabilidade econômica frente aos insucessos das safras, às oscilações de mercado e às rupturas dos compromissos de aquisição de produtos (contratos e acordos), ao que se somam os impactos ambientais negativos. Isso acaba por ressaltar as vantagens de uma produção mais diversificada, onde o produtor não se mantém refém de uma única produção. Esses modelos alternativos ainda guardariam vantagem comparativa na agricultura familiar, na medida em que sua realização estaria diretamente relacionada à recuperação de um ‘saber camponês’ que foi renegado como atraso no período da Revolução Verde.

Por outro lado, a partir das transformações recentes do sistema agroalimentar que abrem espaço para a valorização crescente de produtos diferenciados e de maior qualidade, ampliam-se as oportunidades de mercado para os agricultores familiares baseadas em produtos ‘exóticos’, artesanais e com denominação de origem (selos de procedência) e processos (orgânicos). Nesse sentido, destacamos aqui a importância de que sejam considerados no âmbito das famílias rurais, aqueles produtos menos tradicionais e mais diferenciados, capazes de alcançarem melhores preços no mercado (Wilkinson, 1999). Destacamos aqui também a implementação de iniciativas autônomas pelos agricultores familiares de agregação de valor ao produto primário, em forma individual ou associativa. Sua vantagem mais evidente residiria na possibilidade de apropriação pelas famílias rurais de maiores parcelas do valor do produto final de consumo (beneficiamento, processamento). Essas possibilidades ficam ainda mais interessantes na medida em que o Rio de Janeiro se constitui o segundo mercado consumidor, além de ser um dos que apresenta a maior renda *per capita* do país .

Atualmente, o que se observa no município, é que a maioria dos estabelecimentos familiares de Santo Antônio de Pádua não apresenta uma produção agrícola muito diversificada, de modo que a maior parte das famílias rurais que praticam agricultura apresenta uma produção relativamente especializada, concentrando-se apenas num produto ou grupo de produtos, como a pecuária ou olerícolas (60% deles são ‘especializados’ pelas tabulações da FAO/INCRA). É importante citar aqui que essa opção pela relativa especialização nem sempre decorre unicamente de uma escolha do produtor rural, na medida em que essa escolha muitas vezes é tolhida pelas restrições no acesso à terra que acabam se refletindo também no acesso aos recursos produtivos em geral e no padrão de uso desses recursos naturais.

No entanto, já se observam no município estratégias de reprodução econômica que recorrem a produtos diferenciados e a uma maior diversificação como recurso principal. Através do depoimento de um produtor pode-se perceber esse movimento, ainda incipiente, dos agricultores do município em direção a formas ‘alternativas’ de agricultura. Ele foi um dos primeiros agricultores do município a converter sua produção para os orgânicos, além disso, o produtor realiza processamento produzindo vinho e licor de jabuticaba e doces. Ao se indagado a respeito de quais seriam os elementos mais importantes na promoção da agricultura no município,

“ – A agricultura aqui tem um potencial muito grande, até porque nós temos um dos solos mais férteis do Estado. O que falta é a conscientização do produtor, diversificação. Enquanto eles ficarem bitolados só na ‘monocultura’, vai sempre acontecer o que está acontecendo por aí. Quando você tem uma ‘monocultura’ fica muito difícil, principalmente a ‘monocultura’ do tomate, que não dá o ano inteiro. Na minha opinião, um dos maiores problemas aqui são os produtores. Eles ainda não estão conscientizados.”

Um outro produtor da região chama a atenção para a necessidade de que sejam considerados outros produtos, além dos tradicionais, que levem em conta as potencialidades e as características dos pequenos produtores do município. Além disso, em sua declaração fica ressaltada a importância de que as estratégias de desenvolvimento agrícola levem em consideração as características e condições da demanda ou do mercado (Wilkinson, 1999).

“ – A agropecuária na região está como está. É o que acontece aqui. Aliás é motivo de preocupação nossa, de muita preocupação. A gente tem conversado muito sobre isso e por isso temos tentado trazer novas alternativas para a região. (...) A gente deve procurar, até mesmo por conta do tamanho das propriedades, produzir animais mais proporcionais ao tamanho da propriedade. Obviamente, eu como ovinocultor teria que falar dos ovinos, mas não é isso não! Estou falando realmente de forma imparcial. Temos que ver o seguinte, pôxa, nós temos vocação e condições para trabalhar com isso, exemplo, coelho. É um bom negócio? Tem propriedade, nós temos condições de trabalhar isso, o coelho? A gente deve escolher animais adaptados à nossa região versus o mercado. Sempre o mercado...”

Assim, não obstante o predomínio das culturas relativamente especializadas, percebem-se no município algumas iniciativas no sentido de diversificação da produção agrícola, como os orgânicos, a fruticultura (especialmente citrus), a piscicultura, a ovinocultura, bem como de agregação de valor e processamento, sob a forma de doces,

geléias, compotas, fabricação de vinhos e licores, preparação de alimentos (lavagem, descasque, embalagem), entre outros. Vejamos em seguida alguns exemplos.

A piscicultura vem ganhando espaço lentamente no município. Segundo levantamento da Emater-RJ, a Região Noroeste, como um todo, apresentaria grande potencialidade para a expansão da atividade e já contaria com 130 criadores, totalizando 222,31 hectares de lâmina d'água e sete unidades de produção de alevinos, sendo duas públicas e municipais (Santo Antônio de Pádua e Miracema). Em 1999, Santo Antônio de Pádua era responsável por 4% da produção de peixes na Região Noroeste, segundo a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. A produção de peixes de água de interiores, de acordo com a EMATER em 1999, era dividida da seguinte maneira: tambacú, com 16.250 kg; carpa, com 14.150 kg; tambaqui, com 7.900 kg; e pacu, com 3.900 kg.

A Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, no momento em que a pesquisa de campo fora realizada, dispunha de tanques para a criação de alevinos, comercializados a baixos preços para agricultores familiares, além de destinar parte desses peixes para o Rio Pomba, como objetivo de contribuir com o repovoamento do rio e com o meio ambiente. Além disso, a Secretaria de Agricultura municipal afirma disponibilizar, a esses pequenos produtores, orientações técnicas na implementação da piscicultura.

Durante a realização das entrevistas foi constatada também a criação de um Núcleo Regional de Produtores de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste, cujo presidente era de Santo Antônio de Pádua. Segundo o presidente da Associação, criador de carneiros, a região apresentaria grandes vantagens na criação desse tipo de animal. Por serem menores, necessitariam de áreas inferiores às aquelas demandadas pelos bovinos, o que se encaixaria bem na maioria dos estabelecimentos rurais do município, que se situam em patamar inferior a 20 ha. Além disso, o produtor chama a atenção para o fato da carne de carneiro obter melhores preços no mercado do que aqueles alcançados pelo leite e pela carne bovina, e identifica possibilidades de crescimento do produto no mercado regional (Região Norte e Noroeste), uma vez que a oferta atual local não conseguiria atender a toda a demanda por esse tipo de carne. No entanto, esse tipo de criação não aparece nos dados censitários, pois a criação na região é de origem recente.

Os orgânicos se fazem um caso interessante na medida em que, de um modo geral, sua implantação teria partido de uma iniciativa dos próprios produtores. O produtor, ao ser indagado das relações da agricultura com o meio ambiente, declara:

“ – Eu mexo com orgânicos, já. Antigamente eu plantava com agrotóxicos. Tem quatro anos que eu parei. Parei primeiro pelo lado financeiro, né? O segundo é que eu fui vendo que não era, nem podia ser normal, né? Você comprava o agrotóxico, você lê lá: use máscara, aquele equipamento todo, pensei: ‘- Isso não pode ser bom. Isso não pode fazer bem para a gente.’ Chegava em casa todo fedendo, tinha que tirar a roupa num quarto fora de casa, deixar aquilo para lá. E fui sentindo isso, achando que não estava certo. Aí fui mudando. Fui eu mesmo quem procurou. Eu procurei lugar para eu ir, para eu ver, aprender. Os agricultores daqui usam muito agrotóxico.”

No que se refere às restrições à produção familiar encontrada no município, figura como elemento central à agricultura familiar no município o crédito. Atualmente, uma boa parte dos agricultores familiares ainda se faz excluída dos principais instrumentos de apoio à agricultura familiar no município. Em Santo Antônio de Pádua, o que se pode perceber é que

uma boa parcela dos agricultores do município, especialmente aqueles que não possuem renda, produzindo apenas para o autoconsumo ou aqueles que produzem muito pouco, permanecem ‘invisíveis’ perante os governos locais. Muitas vezes esses grupos não possuem capacidade nem mesmo de expressar seus interesses, na medida em que tendem a ser os segmentos mais pobres, menos qualificados e articulados.

Como ilustração, podemos analisar a distribuição dos créditos do Pronaf, principal instrumento do município para apoio direto da agricultura familiar. Notamos que de todos os contratos firmados no período 2004-05, a maioria absoluta (88%) se deu naquelas categorias de renda mais elevada (Grupos D e E). Resultado preocupante, na medida em que, como visto, a maioria dos estabelecimentos familiares do município (segundo o Banco de Dados da Agricultura Familiar) se concentra naquelas classes em que os rendimentos são baixos ou quase nulos (60%).

Tabela 2.2.1 - Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf

2003 - 2004				2004 - 2005			
Modalidade	Enquadramento	Contratos	Montante (R\$ 1,00)	Modalidade	Enquadramento	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
Custeio	Grupo C	28	69013,43	Custeio	Grupo C	30	83146,77
Custeio	Grupo D	406	2050960,6	Investimento	Grupo C	1	5000
Investimento	Grupo D	9	118395,68	Custeio	Grupo D	366	2004232
Custeio	Grupo E	3	49923,24	Investimento	Grupo D	5	66311
Custeio	Exigibilidade	19	91083,72	Custeio	Grupo E	6	89680,85
Total		465	2379376,7	Custeio	Exigibilidade	19	91083,72
				Total		427	2339454,4

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Neste caso é importante ressaltar que, segundo as entrevistas, além de os pequenos produtores da região apresentarem uma certa resistência a pegar o crédito (insegurança, medo de risco, burocracia e dificuldades em ter que apresentar um ‘fiador’ como garantia), o gerente e os funcionários da agência bancária do município (Banco do Brasil) não teriam ‘tato’ para lidar com os pequenos produtores, especialmente os mais humildes, o que os intimidaria. Segundo o depoimento de um pequeno produtor rural do município, o próprio produtor desanimaria de pegar o crédito ao vislumbrar as dificuldades que o processo envolveria. Sendo assim, quando indagado se já havia pego crédito alguma vez e quais os motivos para ter pego ou não, o agricultor declara:

“- Meu pai tem um pedacinho de terra, mas o que ele tem não está dando nem para ele, não tem assistência, toca aquilo da maneira que pode, porque na verdade a pessoa tem muito medo de se endividar. É ruim, é difícil. O pequeno é importante porque é o cara que não tem recurso nenhum, mas tenta de toda a forma. Ele não está melhor por falta de incentivo porque na verdade tem muito plano de governo que é bom, e até mesmo voltado para o pequeno, mas o problema é o pequeno conseguir pegar. Tem uma burocracia muito grande, muito difícil. (...) Para eu mesmo fazer um Pronaf, apareceu tanta burocracia, tanta coisa, que eu desisti.”

Esse seria um bom caso ilustrativo de como a capacitação humana e o treinamento de funcionários de órgãos financeiros para lidarem com pequenos agricultores seriam importantes fatores na implementação de ações públicas.

Ainda no que diz respeito ao crédito e às formas de implementação desse instrumento de política no município, uma das lideranças sociais entrevistadas integrante da Cooperativa Agropecuária do município afirma que:

“ – Minha filha, às vezes eu desagrado a pessoa e até os poderosos... eu tive a oportunidade... em um almoço eu tive a oportunidade de dizer para o gerente do Banco do Brasil em Pádua, de Miracema e Itaocara, que os homens do campo estavam sendo humilhados para conseguir uma mínima oportunidade de R\$ 4.000,00, R\$ 5.000,00. E tive depois a oportunidade de dizer que os R\$ 2.600.000,00 que ainda restavam no Banco do Brasil iam voltar. Dois meses depois tive a oportunidade de novo. Teve a mesma reunião aqui na cooperativa, tinha o representante do Banco do Brasil de Pádua, o antigo Secretário de Agricultura, um monte de gente. Mediante a explanação feita por eles, eu novamente disse que o dinheiro do Banco do Brasil continuaria mofando e se deterioraria, porque a família e o homem do campo estavam sendo muito humilhados. Para pegar o crédito eles querem saber de tudo e saiba que o homem do campo tem mais honestidade e brio do que muito engravatado por aí. Resultado, não temos tido ajuda do Banco. Poderiam ajudar, mas não, pisam cada vez mais na gente. Nós estamos sendo humilhados ao máximo. E a gente paga certinho...”

O Secretario de Agricultura de Pádua, confirmou essa situação, afirmou estar ciente do assunto e relatou que já teria tentado tomar providências acerca do que vem acontecendo no município em relação ao crédito e seu processo de liberação. Segundo o Secretário da Agricultura, a Prefeitura teria cedido espaço e um computador (na Secretaria de Agricultura) só para resolver as “papeladas” do Pronaf, bem como um funcionário para auxiliar no levantamento e preenchimento de todos os documentos necessários para a retirada do crédito junto à instituição financeira. Assim, o agricultor teria menos dúvidas e mais orientação, não precisaria se sentir constrangido ao entrar no banco, nem aguardar horas, sem atendimento, para ainda ter seu crédito negado. No entanto, a Prefeitura ficou na dependência de que o banco oferecesse treinamento adequado ao funcionário, o que jamais teria ocorrido.

2.2.2 - A Promoção da Segurança Alimentar

A segurança alimentar aqui tem duas dimensões: o da disponibilidade e acesso aos alimentos por todos os segmentos da população; e o referente à qualidade, sanitária e nutricional, dos mesmos. A análise desta função, por sua vez, dá-se tanto em relação às famílias rurais (seu acesso e sua qualidade nutricional), quanto à contribuição das unidades familiares rurais com o provimento da sociedade (de produtos agroalimentares com os mesmos critérios de quantidade e qualidade). É importante salientar que, frente à realidade brasileira de queda da rentabilidade da produção familiar mercantil e de desemprego rural e urbano, a produção agropecuária voltada para o autoconsumo (produção agropecuária voltada para consumo da família seja humano ou produtivo) ganha um peso enorme nas unidades familiares rurais (Carneiro & Maluf, 2003).

Entendemos por segurança alimentar a garantia a todos de condições de acesso suficiente, regular e a baixo custo de alimentos básicos de qualidade, garantindo uma alimentação saudável do ponto de vista qualitativo e quantitativo. A promoção da segurança

alimentar em Santo Antônio de Pádua pela agricultura familiar enfrenta obstáculos à sua plena realização, resultantes principalmente: da ausência de circuitos regionais organizados (incluindo aí o fomento à oferta e a criação de uma demanda); do elevado uso de agrotóxicos; da própria crise pela qual passa a produção familiar mercantil; e da restrição do acesso à terra que faz com que essas famílias não tenham espaço para realizar nem a produção para autoconsumo nem para vender.

Como vimos no capítulo anterior, ao longo das últimas décadas, houve no município um processo crescente de subordinação da mão-de-obra ao capital, seja ele mercantil ou industrial; direta ou indireta. Essa subordinação se dá tanto no momento do plantio (como no tomate, duplamente, ao empresário e ao proprietário), quanto no momento da comercialização (no leite à cooperativa, à indústria e aos grandes produtores; e no arroz ao ‘maquinista’).

Sendo assim, a principal forma de inserção da agricultura familiar no mercado de produtos agrícolas no município dá-se através das cadeias integradas, formadas principalmente pela cooperativa e pelos intermediários mercantis (Maluf, 2002b).

Não há no município o fortalecimento de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo que possam representar uma alternativa de inserção no mercado para os pequenos produtores. Entende-se por circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos aqueles formados no âmbito das regiões no interior do país ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensão. Além dos pequenos produtores agrícolas esses circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores constituídas para beneficiar ou processar matérias-primas agrícolas e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados à transformação, distribuição e consumo dos produtos alimentares (Maluf, 2002b).

Ainda que esses circuitos estejam presentes no município, através da prática da venda de porta-em-porta e da exposição de produtos, pelos próprios produtores, num posto de gasolina que fica à entrada do distrito de Monte Alegre (o ‘Tomatão’), eles ainda são incipientes. Não há uma organização e articulação desses circuitos no sentido dos pequenos produtores estabelecerem relações sistemáticas e sinérgicas com os consumidores.

Quando indagado a respeito de quais seriam os principais canais de comercialização existentes no município, um dos agrônomos da Emater comenta:

“ – A comercialização do leite é feita diretamente pela Cooperativa de Pádua. O tomate é comercializado em São José de Ubá. O arroz, quando tem, fica a cargo do ‘maquinista’. Tem também em Monte Alegre, onde ali mesmo, tem um posto lá, onde os produtores levam eles mesmos sua produção e vendem. Às vezes o comprador vai direto na lavoura e compra lá. A comercialização, portanto, é feita dessa forma. A gente não acha que é a melhor forma não.”

Sendo assim, fora a subordinação ao capital comercial, o pequeno produtor não encontra outras alternativas de inserção no mercado.

A única ‘feira’ que se realiza no município e que possui, no máximo três ‘barracas’, não comercializa nenhum produto produzido no município. Os produtos vendidos, tanto na ‘feira’ quanto nos supermercados dos distritos urbanos não eram do seu entorno (das áreas rurais do entorno das sedes distritais), mas do Ceasa (de São José de Ubá e até mesmo do

Rio de Janeiro). O único ‘sacolão’ privado que circula pelo município, também comercializa produtos do Ceasa.

O Secretário de Agricultura de Santo Antônio de Pádua, ao ser indagado também a respeito dos canais de comercialização e escoamento da produção das pequenas propriedades rurais existentes no município, esclarece melhor a situação e reconhece as deficiências que envolvem a comercialização da produção familiar agrícola no município:

“ – pois é, todos vêm do Ceasa... O problema aqui não é encontrar os produtos, o problema aqui é que eles (população, agentes) não valorizam o produto familiar, eles preferem ir para o Ceasa e comprar refugo, pegam e colocam ali. Você vê que não é um produto de qualidade, de primeira... você vê um alface ali e ele é um produto pequenininho. Eles preferem trabalhar com esse tipo de mercadoria e vender mais barato.”

Portanto, além de uma deficiência na comercialização e oferta dos produtos alimentares produzidos pelos agricultores familiares da região, percebe-se também a existência de obstáculos à formação e consolidação de um mercado consumidor para esses produtos no município. Nesse sentido, chama-se atenção para a necessidade de um trabalho de conscientização da população local (principalmente a urbana) e de criação de demanda para os produtos da agricultura familiar local, favorecendo a valorização desses mesmos produtos. Por outro lado, sublinha a necessidade de que as ações de transformação produtiva, bem como as atividades de assistência técnica, realizadas junto aos agricultores familiares no município (pela Emater ou outros órgãos como o Sebrae) sejam pensados desde a demanda dos mercados até a oferta, favorecendo uma melhor adequação de uma à outra. Destacamos a possibilidade de implementação de ações públicas (envolvendo agentes governamentais ou organizações da sociedade civil) visando a promover a produção (oferta) e o consumo (demanda) dos alimentos regionais de qualidade que resultem em benefícios para os pequenos agricultores e consumidores (Maluf, 2002b).

O fomento a esses circuitos regionais poderia representar benefícios tanto para os pequenos produtores familiares quanto para a população em geral (especialmente a urbana) do município. Para os agricultores familiares, de um lado, constituiriam uma melhor forma de inserção para a agricultura familiar local, na medida em que possibilitariam a esses produtores um lucro mais elevado (eliminariam a intermediação mercantil), bem como diversificaria os canais de comercialização à disposição desses agentes, reduzindo o ‘poder de mercado’ que possuem hoje em dia os ‘intermediários’ e favorecendo a elevação dos ‘ganhos’ dos agricultores familiares, especialmente no caso de beneficiamento dos produtos. No que concerne à população local, os benefícios seriam expressos na maior capacidade de acesso a alimentos de qualidade e a um melhor preço (devido a um menor percurso entre as etapas de produção e consumo).

É importante ressaltar aqui que embora enfatizemos na análise a esfera municipal, baseada no critério de proximidade física entre os agentes, o desenvolvimento de tais circuitos seria, antes de tudo, uma resultante de processos sócio-espaciais. Dessa forma, a proximidade física, por si só, não seria suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, podendo haver o caso em que as relações sinérgicas e sistemáticas que caracterizam esses circuitos se dêem entre agentes separados pela distância física (Maluf, 2002b).

A promoção de modelos alternativos de agricultura, bem como o incentivo a uma maior diversificação, também figuram como pontos centrais para a garantia da segurança alimentar no município. As produções tradicionais, pelo alto uso de agrotóxicos e defensivos químicos, comprometem sobremaneira a qualidade nutricional dos alimentos. Por outro lado, seria justamente a agricultura diversificada de pequena escala a que ofereceria melhores possibilidades de estabelecimento de vínculos produtivos e comerciais, em âmbito regional.

Passaremos agora para a análise da produção de autoconsumo das próprias famílias rurais e sua importância nas estratégias de reprodução social dessas mesmas unidades. A capacidade produtiva das famílias rurais é uma das dimensões cruciais no processo de reprodução social e econômica dessas unidades de vida e de produção. No entanto, para garantir a sua reprodução social e econômica, as famílias rurais não recorrem unicamente a uma estratégia produtiva ou mercantil. A reprodução social e econômica das famílias rurais cada vez mais inclui excedentes monetários e não monetários que juntos logram fazer frente aos gastos de consumo e inversões da família, como a pluriatividade e a produção para o autoconsumo (Leite, 2004).

Análises do Censo Agropecuário de 1995/96 mostram que a prática de produção voltadas para o consumo familiar e/ou produtivo são recorrentes nos estabelecimentos familiares rurais brasileiros, sendo que a maior capacidade de produção de produtos ‘autoconsumíveis’ encontra-se dentre os agricultores familiares. De um modo geral, para o Brasil, estima-se que o total produzido para autoconsumo é de R\$ 4.267 milhões, dentre os quais 83,96% é proveniente de economias em regime familiar (Censo Agropecuário 1995/6).

De certa forma, se associou o termo ‘agricultura de subsistência’ a uma conotação pejorativa, algo ligado ao ‘atraso’, como estabelecimentos em vias de desaparecimento, pouco capitalizados e integrados e aos quais resta tão somente a opção de assalariamento dos seus membros familiares. Essas populações na zona rural, entretanto, são numericamente representativas e não deixam de estabelecer estratégias de reprodução social relevantes, monetárias e não monetárias, especialmente em conjunturas de crise da agricultura e altos níveis de desemprego.

A produção para o autoconsumo, por sua vez, não é uma característica exclusiva das famílias rurais mais pobres, sendo encontrada dentre todos os seguimentos da agricultura familiar, em maior ou menor grau. No entanto, chamamos atenção aqui para a importância dessa prática ao tratarmos dos seguimentos mais empobrecidos, especialmente aqueles que não conseguem se integrar aos canais tradicionais de comercialização, os que possuem propriedades com pequenas áreas e que possuem uma baixa renda familiar monetária total.

Para a análise da importância da produção para autoconsumo nas famílias de agricultores, recorreremos brevemente aos resultados da pesquisa realizada por Sergio Leite (2004) com agricultores familiares de quatro assentamentos rurais no Rio de Janeiro. Buscamos com isso, de uma maneira generalizada, estimar e especular a respeito da importância da produção para o autoconsumo na agricultura familiar fluminense e seu papel estratégico no que diz respeito à garantia da reprodução social e econômica das famílias rurais. De uma maneira geral, o levantamento do orçamento familiar realizado nesse trabalho demonstrou que a produção para autoconsumo (animal e humano) possui um efeito anticíclico, tratando-se de um mecanismo que é ativado em maior ou menor grau, de acordo com a relação encontrada no período entre a estrutura de receitas monetárias da família (geralmente variável) e a de dispêndios (relativamente constante).

Nas famílias contempladas pela pesquisa, o valor bruto da produção era dividido, sobretudo, em: produção para autoconsumo humano ou produtivo; doações e armazenamento; e vendas. Do total produzido, de uma maneira geral, a maior parte é comercializada, especialmente, no que concerne à produção pecuária e agrícola. Os produtos extrativistas, bem como os que são beneficiados são os que apresentam menores participações na comercialização, sendo destinados, em sua maioria, para o consumo familiar. A produção para autoconsumo aparece como a segunda maior participação do total produzido pelas famílias, sendo que os produtos destinados ao consumo humano, ou da família, são bem mais significativos que os destinados à alimentação dos animais, como insumos produtivos. Esse resultado reforça a idéia de que a produção é repartida no seio da unidade familiar entre a quantia que será destinada à venda e, portanto, ao mercado, e o montante que será revertido para satisfazer as necessidades de consumo dos membros da família.

Do total dos rendimentos monetários das famílias de agricultores na pesquisa, os mais importantes correspondiam à renda do trabalho realizado fora do estabelecimento (atividades agrícolas ou não) e em regime temporário ou permanente (um terço do total). Isso reforçaria a importância da pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica, que deve ser analisada como um fenômeno real e relevante nas sociedades rurais contemporâneas. Em seguida figuram aqueles rendimentos provenientes dos benefícios da assistência social, usufruída por um ou mais membros da família, cerca de um quarto dos rendimentos monetários totais familiares. E, por último, figuram justamente as receitas oriundas das vendas de produção realizada no próprio estabelecimento, nota-se que estes apresentam variações importantes que dependem de uma série de fatores, como as condições edafoclimáticas, obtenção de crédito, assistência técnica, capacidade de comercialização, nível de preços entre outros.

Os gastos dos agricultores familiares, por sua vez, geralmente se dividem em consumo familiar, manutenção do domicílio, aquisição de bens de consumo duráveis, investimento em máquinas e outros bens, custeio de atividades produtivas, pagamento de serviços a terceiros, ajudas e doações, pagamentos para amortizações dos juros e dívidas. A categoria preponderante nos dispêndios familiares é o consumo familiar, correspondendo a aproximadamente 57% de todos os gastos. O custeio das atividades produtivas representa também uma parcela significativa dos gastos, seguida do pagamento de amortizações e dos serviços de dívidas e dos gastos em inversões de capital. Ao se analisar o comportamento do dispêndio percebe-se que o mesmo não apresenta variações significativas de mês para mês. Por outro lado, ao se observar as categorias que o compõem, nota-se que a categoria que apresenta as menores variações mensais é o consumo familiar. Os custos das atividades produtivas agropecuárias apresentam picos ao longo do ano safra, especialmente nos períodos de plantio e colheita. Já os custos das dívidas são os que apresentam as oscilações mais bruscas.

Ao analisar agora a importância do autoconsumo no cálculo estratégico das famílias e no orçamento familiar o autor analisa a renda mensal *per capita* dos lotes (sem autoconsumo) selecionados e compara-os com uma linha exógena de pobreza (metade de um salário mínimo), donde extrai que em média, nos lotes estudados, a maior parte das famílias se encontrava abaixo dessa linha de pobreza. Em uma segunda etapa, ao imputar na comparação os 'ganhos' médios (ou o 'não gasto') com as atividades de autoconsumo, percebe-se que os rendimentos totais (monetários e não monetários) se tornam suficientes

para fazer frente à linha exógena de pobreza, evidenciando o papel fundamental que o autoconsumo desempenha na reprodução econômica e social das famílias rurais.

Para verificar a relação entre a produção de mercadorias para a agricultura familiar e o tema da segurança alimentar, Leite (2004) recorre aos resultados da comparação¹⁴ entre o consumo alimentar de uma área de agricultura familiar (Nordeste de MG) e o consumo alimentar de regiões metropolitanas (Brasília e Belo Horizonte), donde conclui que na maioria dos produtos básicos de consumo familiar a produção doméstica dos agricultores familiares alcança um índice superior aos constatados entre os habitantes de metrópoles como Brasília e Belo Horizonte. Esse desempenho indica como a produção de autoconsumo pode ser fundamental na garantia mensal de uma oferta interna de produtos alimentícios para as famílias, com alto valor calórico e protéico, uma vez que a produção para autoconsumo possibilitaria às famílias rurais um padrão médio de alimentação superior ao conjunto de famílias, com níveis de renda similares, que habitam as grandes cidades.

No presente trabalho, não foi possível o levantamento da composição dos orçamentos familiares junto à totalidade de agricultores familiares de Santo Antônio de Pádua, uma vez que nossas entrevistas, nessa etapa, se centraram apenas nas lideranças locais. No entanto, no mesmo caminho das constatações feitas por Leite (2004), aparecem nas entrevistas realizadas, elementos que apontam para a importância das produções voltadas para o autoconsumo. Citaremos aqui, a título de ilustração, a declaração de um dos membros da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Monte Alegre e Ibitiguaçu ao ser indagado da importância e do papel da agricultura para autoconsumo ou subsistência dentro da família rural. Nesta, pode-se perceber a importância do autoconsumo no que concerne à qualidade dos alimentos proporcionados e, portanto, da alimentação das famílias rurais, bem como a importância dessa produção no que concerne à fazer frente aos gastos correntes mensais das famílias rurais, na medida em que o dinheiro ‘economizado’ com a produção para o autoconsumo poderia ser empregado no pagamento de outros itens relevantes para a manutenção do bem-estar das famílias rurais do município.

“ – Considero a produção para a família muito importante. Com isso você está evitando de levar pessoas para a cidade. Você vai comer melhor se plantar. Se você planta pouco, você nem precisará usar agrotóxicos. Você vai evitar de gastar também. Vai segurar dinheiro para poder gastar no bem-estar do seu filho, da família....”

A efetiva realização de uma produção para o autoconsumo, contudo, bem como a promoção da segurança alimentar, ainda encontram-se obstaculizadas, no município, pela grande dificuldade no acesso a terra e aos recursos produtivos. Os produtores que precisam vender sua força-de-trabalho para permanecer no campo, muitas vezes, não possuem terra onde possam plantar. Essa situação, como vimos, se agravou a partir da extensão da legislação social no Brasil aos trabalhadores rurais e das distorções de sua aplicação no meio rural brasileiro, que acabou tendo como reflexo final a substituição dos trabalhadores permanentes e residentes por regimes temporários, pautados na parceria. Isso é muito comum no município na parceria do tomate onde como vimos há o distanciamento entre o campo cultivado e a moradia, denunciando um processo contínuo de esfacelamento da

¹⁴ A pesquisa foi realizada com famílias que recebiam até dois salários mínimos mensais, seja da área rural ou da região metropolitana.

unidade produtiva familiar e tendo conseqüências diretas sobre a identidade social do produtor e as formas de sociabilidade da família.

Por fim, em todas as entrevistas, de uma maneira geral, a segurança alimentar (tanto da família quanto da sociedade) é vista como algo importante e a ser mantido. No entanto, a maioria das lideranças locais não acredita que os agricultores venham conseguindo desempenhar o papel de prover a sociedade com alimentos de qualidade, principalmente pela fragilidade das suas condições de produção e comercialização.

2.2.3 - Manutenção do Tecido Social e Cultural

Refere-se à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social. Entendemos aqui que a contribuição da agricultura para a manutenção do tecido social e cultural decorre não apenas de sua dimensão econômica, como produtora de bens, mas também de fatores (materiais e imateriais) ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais.

As entrevistas revelam que a agricultura, apesar das dificuldades que os pequenos produtores familiares enfrentam no município, continua sendo o principal fator definidor da identidade social das famílias rurais, de forma que é em torno da atividade agrícola que se dá a inserção social destas famílias e que se definem em grande medida seus padrões de sociabilidade. Da mesma forma, a agricultura cumpre, na maioria dos casos, um papel importante na manutenção das respectivas comunidades rurais (Carneiro & Maluf, 2003).

Por outro lado, nas últimas décadas, novas dinâmicas vêm se espelhando nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua e que influenciam diretamente os hábitos e costumes das áreas rurais. A primeira delas refere-se ao início da exploração mineral (rochas semi-preciosas), ainda nos anos 1960 e que determinou que a agricultura no município sofresse um esvaziamento em função dos maiores preços pagos pela mão-de-obra rural nesse setor. Nos municípios mais próximos das estações de pedras (Marangatu, São Pedro de Alcântara, Santa Cruz, Paraoquena) a competição do setor de rochas na agricultura foi sentida de forma ainda mais acentuada, observando-se além do esvaziamento da agricultura em virtude dos maiores 'salários' pagos no setor de extração mineral, uma alteração progressiva na forma de uso da terra, na medida em que muitos agricultores deixaram a atividade agrícola (ou fizeram dela apenas uma atividade residual) para se dedicar à extração mineral (rochas semi-preciosas).

Adicionalmente, não só em conseqüência do crescimento do setor mineral, mas muito como resposta à crise que a produção familiar mercantil vem passando no município, elevou-se o número de famílias pluriativas, bem como o número de produtores que continuam a trabalhar na agricultura, mas optam por viver no meio urbano. E de forma mais incipiente, mas presente, sobretudo no discurso das lideranças locais, cresce o espaço e a importância dada ao desenvolvimento do turismo rural, o que se percebe na realização de atividades de artesanato e no aumento de restaurantes nas áreas rurais dos distritos, especialmente naquelas próximas às rodovias.

Esse novo contexto, marcado por formas de inserção plural dos agricultores e da população rural em geral no mercado de trabalho, é acompanhado por uma crescente transformação nos hábitos e maneiras de trabalho próprias do meio rural, alterando até mesmo as formas de percepção de mundo e apontam para processos de redefinição das

identidades locais. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre o ‘rural’ e o ‘urbano’ (Carneiro, 1998). No entanto, tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a o rural à sua completa ‘urbanização’.

É importante considerar aqui que o ‘campo’ não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Os efeitos da introdução de um ‘modo de vida’ e de valores ‘urbanos’ nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua e nas relações sociais apresentam efeitos sobre a população local que não são sentidos de maneira ‘uniforme’, atingindo de formas distintas diferentes universos (sociais, culturais, econômicos e simbólicos) e segmentos sociais. Nesse sentido não se pode falar de apenas uma ruralidade (Carneiro, 1998).

Nesse contexto é essencial ter em mente que as noções de ‘rural’ e de ‘urbano’ constituem representações (construídas socialmente) que expressam ‘visões de mundo’ específicas e valores distintos que variam de acordo com o universo simbólico ao qual se referem e que, logo, também se tratam de categorias ‘mutáveis’ sujeitas a reelaborações e apropriações diversas, dependendo do contexto histórico-social em que as mesmas se dão. Esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da ‘cultura local’ com base na incorporação de novos valores, hábitos e/ou técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção que envolve, tanto, a reapropriação de certos elementos da cultura local a partir de uma releitura frente o novo contexto de interação social, quanto a apropriação pela cultura ‘urbana’ de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente na destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos rural-urbanos (Carneiro, 1998).

Essas novas experiências são engendradas e se nutrem de uma diversidade social e cultural que alimenta também as trocas entre os atores sociais (materiais, culturais e simbólicas), ampliando a rede de relações estabelecidas entre eles (Carneiro, 2002). Assim, tal diversidade, decorrente de múltiplas dinâmicas, pode contribuir para consolidar identidades sociais já estabelecidas, e também para a elaboração e/ou desaparecimento de outras identidades (tidas como urbanas, por exemplo) no interior da própria localidade rural.

Nessa perspectiva, as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, sociais, culturais e materiais) não resultam, necessariamente, na descaracterização seu sistema social e cultural tradicional, nem no desaparecimento das identidades sociais que esse ‘universo’ simbólico determina. As mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, nesse sentido, são percebidas, mas não implicam uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. Nesse processo, no lugar de ter uma única referência cultural (o ‘rural’), esses ‘novos atores sociais’ do campo vivem uma situação cada vez mais complexa que é consequência da combinação singular de sistemas simbólicos e de universos culturais que, anteriormente eram particulares e distintos.

Em resumo, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do universo simbólico do ‘urbano’ no que era definido tradicionalmente como ‘rural’, o que terminaria num limite na total ‘urbanização’ do campo. É preciso ter em mente a natureza dualista deste processo. Cabe também, nessa reflexão, o reconhecimento da introdução no universo ‘urbano’ de elementos simbólicos e materiais (a natureza como valor, valorização

dos produtos ‘naturais’) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado ‘mundo rural’ (Carneiro, 1998).

No meio rural de Santo Antônio de Pádua, cada vez mais se fazem presentes as novas tecnologias e modas urbanas, principalmente, entre as camadas mais jovens, mas não se restringindo a elas. A introdução desses novos instrumentos possibilita a ampliação do conforto nas áreas rurais, do lazer e, por outro lado, modifica e cria novos hábitos das famílias rurais.

A maior oferta de energia elétrica nas áreas rurais, por sua vez, possibilita a instalação de antenas parabólicas que aos poucos, vão transformando o espaço rural e se ‘harmonizando’ com a verde paisagem. O agricultor, nesse processo, ao acabar o trabalho da roça, não se recolhe em casa para dormir com ‘as galinhas’, podendo ficar até mais tarde assistindo à televisão.

O depoimento de um membro da Cooperativa Agropecuária de Santo Antônio de Pádua pode nos dar uma idéia dessas mudanças. Ao ser indagado se as condições de vidas nas áreas rurais do município haviam melhorado, piorado ou continuado na mesma, o agricultor afirmou que melhoram, especialmente porque

“ - Melhorou muito as condições de vida, tem telefone celular, temos televisão em tudo quanto é casa, mesmo no interior. Com a antena parabólica, agora, estamos dentro da cidade e dentro do mundo, sem ter que sair da roça. Melhorou colocando luz também...”

Por outro lado, como já foi mencionado, o encurtamento das distâncias físicas e simbólicas e a interação cada vez mais constante entre o rural o urbano não se refletem sempre no meio rural de maneira harmoniosa. Pelo contrário, na maioria das vezes, essas progressivas trocas simbólicas e materiais entre as duas realidades se dão num ambiente de conflito, e podendo determinar como seu resultado o rompimento com determinadas identidades sociais e formas de sociabilidade.

Sendo assim, segundo algumas entrevistas, em algumas situações os hábitos modernos e as facilidades associadas ao ‘estilo de vida urbano’, ao serem introduzidas no mundo rural, podem se refletir de maneira negativa, determinando o rompimento, em certos casos, de laços sentimentais que antes uniam os membros daquele mesmo grupo, bem como destruindo valores e incorporando novas necessidades.

Um produtor rural entrevistado vê a televisão como principal culpada. A televisão é o aparelho que está na casa, no seio da unidade familiar. No entanto, é também ele quem introduz na rotina dos membros daquele determinado grupo, unidos por laços sentimentais e de parentesco, a vida ‘moderna’, seus hábitos e valores ‘urbanos’, que podem determinar rupturas (radical ou não) com valores e formas de sociabilidade pré-existentes naquele grupo. Nesse processo, antigos valores e hábitos são ‘rompidos’ ao mesmo tempo em que são transformadas ou criadas, pouco-a-pouco, novas formas de sociabilidade e de orientação de condutas.

Assim, a influência da televisão, diga-se da vida ‘moderna’, pode representar a ruptura com os laços sentimentais, os hábitos e os valores da unidade familiar (como o fim do amor e da boa alimentação, sinônimo de saúde), determinando o fim do amor próprio e, portanto, a criação novos hábitos (ou vícios), como as drogas e a boêmia. Esses elementos

estão presentes no discurso de uma das lideranças entrevistadas que também vê pioras no estilo de vida das comunidades rurais do município nos últimos anos.

“ – Tenho oitenta e dois anos de idade. A gente vê a fisionomia da pessoa... eu fico com pena de ver... a gente está notando que há um retraimento do desenvolvimento do corpo e da mente. A prática da boa alimentação vem se perdendo na droga e na boêmia. Se fizer um levantamento, honestamente, a televisão está destruindo tudo. Não tem mais família em nosso país, o amor próprio acabou.”

O mesmo processo de ruptura pode ser percebido num outro depoimento que também identifica alguns elementos negativos nas formas de viver das comunidades rurais nas últimas décadas. O produtor, associado ao Núcleo de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste, também associa o fim dos valores comunitários e dos laços de amizade entre o grupo de trabalho à influência do ritmo da vida moderna, agora representada sob a forma simbólica da grande empresa. Nesse sentido, o produtor associa as mudanças atuais, ao fim dos mutirões e do sentimento de reciprocidade que regia as relações sociais locais no passado. A empresa (estilo urbano) contrapõe-se ao familiar, ao solidário. Quando se referia às redes de sociabilidade locais e às formas como os agricultores se relacionavam, principalmente no trabalho, o produtor declara,

“ – Gozado, eu fico às vezes analisando... antigamente o pessoal trabalhava tanto em grupo. Eu me lembro quando eu era criança, aqui: eles iam puxar um mutirão para fazer isso, mutirão para fazer aquilo... eu acho que nós tivemos um vácuo aqui, uma deterioração dessas relações. Então... eu acho o seguinte, acho que pode, ser no primeiro momento, uma necessidade de uma disputa. É como quando você trabalha numa grande empresa, aquele seu colega, que está do seu lado, ele é sempre seu concorrente, você tem que estar disputando com ele, você tem que ser melhor do que ele, porque no dia em que a empresa resolver mandar alguém embora, vai mandar ele e não você.”

As formas de lazer e as festas comunitárias são outras manifestações através das quais podemos notar esse ‘conflito’ entre diferentes universos simbólicos, bem como a apropriação e modificação pelo espaço urbano de formas de lazer que anteriormente se voltavam para o mundo rural. Na dinâmica das exposições agropecuárias de Santo Antônio de Paula, ao contrário do que foi observado por De Paula (1994), não se observa, um processo completo de integração afirmadora da cultura ‘rural’ com o mundo ‘urbano’. Atualmente, segundo as entrevistas, o que estaria ocorrendo nessas exposições agropecuárias do município seria a apropriação da festa e seu conteúdo simbólico pelo mundo ‘urbano’, transformando e deixando-os irreconhecíveis para o mundo rural. Nesse processo, segundo os entrevistados, as transformações observadas na exposição teriam feito com que se diminuísse (e até desaparecesse) a identificação dos atores sociais rurais com esse evento, afastando-os da participação. Atualmente ela seria a maior festa do município, estando na sua 27ª realização, mas voltando-se muito mais para o espaço urbano do que para o pequeno produtor, propriamente dito, que na maioria das vezes se sentiria até mesmo ‘constrangido’ de participar.

Segundo um produtor rural do município, integrante do Núcleo de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste ao ser indagado se haveria no município festas voltadas especificamente para os agricultores e como elas seriam,

“ - Por incrível que pareça, num município em que a gente poderia dizer que a agropecuária teria uma representatividade, a gente não vê eventos voltados para os produtores. Tem as exposições regionais, por exemplo, em Pádua, você tem a Expo Pádua (Feira Agropecuária) que na verdade é um mega show. Você não vê um trator, uma transferência de tecnologia, você não vê... na verdade, a exposição é uma festa, mas não para o produtor, é uma festa de um modo geral, uma festa tão pop que os agricultores ficam tímidos e retraídos de participar.”

E, por fim, nos referimos aqui ao espírito de cooperativismo e associativismo dos pequenos produtores, relacionados diretamente com o fortalecimento dos laços comunitários e de solidariedade estabelecidas entre os habitantes das áreas rurais de Santo Antônio de Pádua (Putnam, 1996; Durston, 1998; Fox, 1998). Quando indagados a respeito da existência e manutenção desses laços comunitários, os entrevistados não se mostram muito otimistas quanto a isso, trazendo quase sempre à tona aspectos relacionados à crise da agricultura familiar, ao abandono das atividades agrícolas ou à falta de uma ‘cultura’ cooperativista e associativa.

Segundo o depoimento de um agrônomo da Emater,

“ – Infelizmente os agricultores não são organizados, por mais que a gente tente fazer com que eles se organizem, é difícil.”

O Secretário de Agricultura compartilha a mesma impressão:

“ – Pádua tem três associações. A maior discussão deles é o fato do produtor não participar das reuniões. A maioria delas está esvaziada, seus presidentes estão desacreditados.”

E, por fim, um produtor rural associado à Aprumai,

“ – A nossa cultura aqui não é de cooperativismo, a realidade é essa. Nós fizemos agora, estivemos agora lá no Espírito Santo e, você vai lá e não dá vontade de vir embora. Parece que estamos num outro mundo. O pessoal daqui ainda não se conscientizou disso, da importância em se organizar e se unir. Mas vai chegar o dia porque... é com o tempo. Entendo como parte de uma educação.”

Nesse sentido, segundo a opinião da maioria dos atores locais, os pequenos agricultores de Santo Antônio de Pádua estaria bastante desanimada quanto ao futuro da agricultura familiar no município e quanto a si próprios. Por outro lado, citam que não haveria no município uma ‘cultura’ de participação nas organizações comunitárias da região (Durston, 1998; Fox, 1998), muito embora alguns atores comentem em suas entrevistas a realização de mutirões no passado.

Atualmente no município existiriam as seguintes associações: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Monte Alegre e Ibitiguaçu (APRUMAI), Associação de Moradores de Marangatu, o Núcleo de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste (não se restringindo apenas a pequenos produtores e cujo presidente é pequeno produtor em Santo Antônio de Pádua), a Cooperativa Agropecuária e o Sindicato Rural. Tinha pouco tempo que uma outra associação teria fechado, a Associação dos Produtores Rurais e Moradores do Vale do Paraíba, devido a disputas internas e desconfianças quanto às formas de administração.

2.2.4 - Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem

Essa dimensão foi observada tendo como referência o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade. Estas só podem ser avaliadas quando se consideram as relações estabelecidas entre a agricultura praticada pelas famílias rurais e o território em que elas se localizam e com o qual contribuem para dar forma. Em muitas regiões brasileiras, a relação entre a agricultura praticada e a preservação dos recursos naturais dá-se de maneira conflituosa, principalmente devido ao confronto freqüente entre as práticas agrícolas e alguns aspectos da legislação ambiental vigente, que são reforçados pela forma de atuação dos órgãos de fiscalização ambiental (Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

No que concerne à dimensão ambiental, a região Noroeste e Santo Antônio de Pádua são palco de sucessivas reordenações espaciais, mostrando as marcas da degradação ambiental que acompanha todos os ciclos agrícolas e os ‘modelos’ de produção pelos quais passou a economia municipal.

Seu início dá com a cafeicultura e se acentua ao longo dos anos. O relevo acidentado típico do domínio dos mares de morros e o clima tropical de altitude, com forte sazonalidade de chuvas associadas a uma forma de plantio do café em fileiras, morro abaixo favoreceram a erosão, determinando, portanto, a queda da fertilidade do solo e juntamente com esta a crescente dificuldade em se manter a própria produção de café na região (Alentejano, 2003). Essa crise, por sua vez, também se traduziu num processo intenso de desruralização a partir da erradicação dos cafezais (início em 1929, sendo que em 1960 praticamente desaparece o café no município) e de sua substituição pela pecuária extensiva.

A passagem progressiva para a pecuária extensiva, com o aumento do êxodo rural, acentua ainda mais os problemas de degradação do meio ambiente. Ainda segundo Grabois et al. (1998), o efeito cumulativo do pisoteio do gado, por mais de meio século, traduziu-se na formação de terracetes nas colinas. A estrutura do solo, nesse processo, segue sofrendo alterações devido à alta compactação, modificando, em consequência, a relação entre a quantidade de água infiltrada e o escoamento superficial, o qual passou a ser cada vez mais forte. Isso intensifica o processo erosivo. Soma-se a isso, a realização de atividades agrícolas com baixos investimentos, alto uso de agrotóxicos e defensivos químicos e superexploração da mão-de-obra.

Adicionalmente, nesse processo, ao passo em que se implantaram relações de trabalho do tipo parceria, com o progressivo aviltamento da mão-de-obra, observa-se também a acentuação do desequilíbrio ecológico que era decorrente da destruição das florestas e do esgotamento e erosão do solo (Grabois et al.; 1998). Nesse sentido, a dificuldade crescente no acesso a terra e o estabelecimento de relações de trabalho na

agricultura em que o trabalhador rural não é proprietário (nem mora na propriedade trabalhada) altera as formas de relação entre o trabalhador e a terra, reduzindo a terra a apenas um caminho para a obtenção de lucro ou salário, não importando assim se essa ‘riqueza’ está sendo utilizada de modo conveniente.

Assim, na maioria das entrevistas, pode-se perceber a existência de conflitos entre a preservação ambiental e as produções predominantes (pecuária e o tomate, principalmente) no município. Os maiores destaques são dados para a pecuária extensiva e a cultura do tomate, onde o índice de utilização de agrotóxicos é muito grande e há a alta rotatividade das áreas de lavoura. O resultado é um quadro atual de dramática degradação ambiental.

Segundo um dos agrônomos da Emater ao ser indagado se haveria algum órgão atuante no município em torno da questão ambiental e de qual seria a principal forma de ação utilizada, ele responde:

“ – Na medida do possível a gente faz o agricultor ver que o uso de defensivos químicos prejudicam o meio ambiente, mas como a lavoura principal aqui é o tomate, que leva muito agrotóxico, os produtores continuam utilizando o agrotóxico. A gente tem feito reuniões levando produtores para que visitassem áreas com agricultura orgânica. Já levamos a Teresópolis e tal. Mas o uso de defensivos ainda será mantido aqui por um bom tempo. Não tem como mudar de uma hora para a outra.”

Por outro lado, muitos entrevistados lembraram também que a preocupação ambiental em Santo Antônio de Pádua seria algo recente, na medida em que até mesmo o setor de rochas ornamentais (extração mineral de rochas semi-preciosas), funcionou clandestinamente sem nenhum controle ambiental até a primeira metade de 1990. Assim, a maioria dos atores afirma que não tinha conhecimento do mal que poderiam estar causando ao meio ambiente até pouco tempo. Segundo, um pequeno produtor rural do município, liderança local membro da Agrovila de Pádua, ao ser indagado a respeito das formas às quais os agricultores recorrem para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente:

“ – O meio ambiente não atrapalha, mas é algo que a gente, até pouco tempo, não tinha conhecimento da destruição que a gente mesmo causava. O meio ambiente a gente começou a ter conhecimento há pouco tempo, inclusive, precisamos ter mais conhecimento. Precisa aparecer na nossa região e na nossa vila, pessoas mais capacitadas que nos dêem mais instrução.”

As atividades de conscientização e de mobilização, nesse sentido, são apontadas nas entrevistas como elementos cruciais na construção de ‘formas alternativas’ de relação desses produtores com o meio ambiente, no lugar da simples autuação dos agricultores pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Um outro elemento constantemente levantado é a formação de uma ‘consciência’ ambiental que não se dê apenas a partir de um trabalho junto aos produtores agrícolas, mas principalmente realizado no interior das escolas e junto às crianças, que segundo esses produtores, são o ‘futuro’ da comunidade. Segundo um membro da Aprumai, ao ser indagado a respeito das possíveis ações que deveriam ser implementadas para garantir que a formação de uma consciência coletiva em torno da questão ambiental:

“ – Eu culpo muito as escolas, também... porque a minha geração, tudo bem, porque ninguém falava, nem sabia de meio ambiente, entendeu? Agora hoje, eu culpo muito as escolas. As escolas tinham que bater mais na mesma tecla, tinha que ter uma aula específica sobre meio ambiente. Eu acredito que só mude assim. Eu falo com meus filhos... Agora, sabe, se depender da minha geração... não tem salvação, não.”

Por outro lado, também são crescentes os relatos no município de contaminação de agrotóxicos, de agricultores, animais e da água. Comuns também são os depoimentos que afirmam estar em curso no município um processo de desequilíbrio do clima, tanto na temperatura, que parece mais elevada, quanto na quantidade de chuvas e de água no curso dos rios que viria diminuindo progressivamente. Segundo o Secretário de Agricultura do município, ao ser indagados se haveriam no município casos de contaminação por agrotóxicos:

“ – Usam muito agrotóxicos aqui, sim. Bastante. Principalmente produtor de tomate, na área de Ibitiguaçu e Monte Alegre. Essa parte do município é só tomate. Tem problemas de contaminação de água, de solo, com certeza, e do próprio agricultor. Tem produtores aqui que a intoxicação leva até ao óbito.”

O maior ponto de polêmica, no entanto, diz respeito à atuação do Ibama. Nesse ponto, devemos ter em mente que, de maneira geral, no Brasil, a valorização da natureza pelas camadas urbanas é sustentada pela imagem da natureza intocada, expressa pela categoria ‘mata’ – território dominado pela vegetação que cresce espontaneamente e pela ausência de qualquer ação ‘civilizadora’, geralmente ligado à idéia de natureza (Carneiro, 2002). A preservação da mata, portanto, supõe, nessas condições, o fim da atividade agrícola.

Em contrapartida, na visão dos agricultores brasileiros, incluindo aí os de Santo Antônio de Pádua, a noção de ‘mato’ é apreendida numa relação de oposição ou negação de ‘lavoura’, que é entendido em sua visão de mundo, como o espaço trabalhado e transformado em área produtiva. O trabalho aí é positivamente valorizado, não apenas em termos econômicos, mas em termos estéticos (Carneiro, 2002). Nesse sentido, a lavoura seria a forma de ‘cuidar da natureza’, de ‘ajudar a natureza a crescer’. ‘De resto, viraria tudo mato’.

Essa imagem se contrasta, por outro lado, com a visão geral das pessoas das áreas urbanas e dos organismos que trabalham com proteção ambiental, para quem na maior parte dos casos, a agricultura é vista como uma agressão ao meio ambiente (Carneiro, 2002). Haveria uma disputa por significados distintos atribuídos a um mesmo espaço, significados aos quais se atribuem respectivos valores simbólicos diversos.

Isso está presente na declaração do agrônomo da Emater entrevistado, segundo o qual o ‘abandono’ das propriedades no município, muito como fruto do êxodo rural e da transferência do produtor e sua família para a cidade (ainda que mantenha a propriedade como local de trabalho), seria um ponto positivo na preservação do meio ambiente. Sendo assim, ao ser indagado a respeito das relações entre a agricultura e o meio ambiente no município, o entrevistado afirma que

“ – Aqui, (no passado) houve uma queda muito grande em termos de mato, mas acredito que isso já está retornando porque existem as propriedades em que o dono

não fica mais lá. Ela assim não tem o movimento normal de uma propriedade, com isso o desmatamento é menor. Aí, nessa propriedade, as capoeiras vão evoluindo e se transformam.”

Para a maioria dos entrevistados, é necessário que o Ibama leve em consideração as dificuldades dos agricultores, bem como atue não apenas através da coerção e aplicação de multas, mas utilizando-se de um trabalho de mobilização e conscientização junto aos agricultores. Muitos depoimentos também relatam a corrupção como um elemento constante na atuação do órgão (propinas e suborno). Este só agiria com mais ‘dureza’ quando estivesse tratando do agricultor familiar pobre. Nesse sentido, ‘fechariam os olhos’ para o que acontece nas propriedades dos grandes proprietários.

Segundo relatos colhidos durante a realização das entrevistas, quando indagados a respeito da atuação do Ibama e do que deveria ser feito para melhorar a atuação desse órgão no município:

“ – O Ibama deixa a desejar um pouco. Tem agido, mas está em falta. Eu achava que o Ibama deveria fazer pelo menos de seis em seis meses, uma vez ao ano uma reunião com aos agricultores para orientar melhor.” (depoimento de um dos integrantes da Aprumai)

“ – O Ibama é até um negócio revoltante. Só atuam a partir de multas. Não tem trabalho de conscientização do pequeno...eu nunca vi isso!” (relato de uma liderança local ligada à Cooperativa Agropecuária de Santo Antônio de Pádua)

Por outro lado, os agricultores também questionam a medida (Art. 16, § 2º da Lei 4771/65) que obriga que 20% de toda a propriedade rural sejam ‘preservados’, sem que os agricultores ganhem nem um desconto no imposto sobre essa terra, que para eles, muitas vezes é tida como ‘improdutiva’. Segundo a maioria das entrevistas, quando indagados sobre as relações entre a agricultura e a legislação ambiental, as propriedades municipais seriam tão pequeninas que não dariam na sua integridade para a sobrevivência do pequeno produtor e sua família, quem diria para se ‘dar ao luxo’ de deixar 20% das terras improdutivas e ainda pagar impostos sobre elas? Assim, as lideranças locais entrevistadas afirmam que a maioria dos pequenos produtores da região não ligaria para preservar ou reflorestar uma área (pelo contrário, que eles até gostam da natureza e de cuidar dela), mas que tudo e todas essas medidas e ‘repressões’ deveriam ser ponderadas, levando em consideração também o lado deles, como homens de trabalho.

Apontam também para a proibição do corte de uma árvore, em toda e qualquer situação, sob o risco de serem multados. Segundo os entrevistados, muitas vezes o produtor precisa cortar uma árvore para fazer uma cerca ou consertar um telhado e não tem dinheiro para comprar madeira, então cortaria uma árvore do seu terreno, na medida em que seria uma necessidade para o seu trabalho. Mais uma vez figura aqui o conflito entre a ‘imagem’ da propriedade como meio de vida e de trabalho dos produtores (servindo, portanto, às suas necessidades) e a ‘imagem’ das autoridades ambientais da natureza intocada. A maior parte dos depoimentos complementam que, muitas vezes, esse mesmo agricultor já teria reflorestado ou plantado outras árvores em sua propriedade e que isso ninguém levava em conta. Isso não era considerado, nem para uma redução no imposto, nem para lhe permitir cortar uma árvore apenas numa situação de necessidade.

Um pequeno produtor integrante da Agrovila de Pádua ao ser indagado acerca da legislação ambiental e sua relação com a agricultura, responde:

“ - Às vezes as pessoas querem melhorar, construir uma cerca e ele não tem condições de comprar um eucalipto, ele tem uma árvore, que às vezes até já está morta, mas ainda está de pé. Ele tinha que entrar em contato com a pessoa (proprietário) para ver o que a pessoas podia colocar no lugar, assim da mesma maneira que a pessoa tira, ela repõe. E estar sempre informando o pessoal com queimada e desmatamento para que pudesse melhorar mais e até mais rápido a nossa região. Isso não acontece aqui não.”

Um dos integrantes da Aprumai, em sua entrevista, ao abordar a questão ambiental e sua relação com a agricultura no município, também concorda com essa posição e resume bem a atuação do Ibama e seus conflitos junto aos pequenos agricultores de Santo Antônio de Pádua.

“ – O Ibama aqui só para os pobres. É uma coisa de apavorar. Terreno pequenininho, às vezes você precisa cortar uma arvore porque não tem dinheiro para comprar madeira para reformar uma cerca, por exemplo. Se eles descobrirem, eles vêm correndo e multam o cara. Mas o rico (o grande) desmancha, desmata, faz o que bem entender. Acho que eles tinham que ter um trabalho diferente e não apenas multar. Deveriam conscientizar, isso eles não fazem. Conscientização aqui, ninguém faz esse trabalho junto aos agricultores. Agora o que está melhorando é a prática orgânica, o Sebrae já está apoiando os orgânicos, acho que vai deslancar.”

No que se refere à paisagem, trata-se um assunto pouco explorado no Brasil e a respeito do qual observa-se um menor grau de percepção. Em primeiro lugar, esclareceremos a distinção entre paisagem e espaço.

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza ao longo da História de determinada sociedade. O espaço são essas formas acumuladas mais a vida que as anima. A paisagem nesse sentido é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal. O espaço é sempre um ‘presente’, uma construção horizontal, uma situação única (Santos, 1997).

Portanto, cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objeto, dotando-lhes de um conteúdo histórico-social. Esses objetos (que compõem a paisagem) não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é de significação, de acordo com o sistema de valores da sociedade que se transforma permanentemente.

O espaço, por sua vez, constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. Ele é presente, logo, por conter ao mesmo tempo o elemento passado e o elemento futuro. Paisagem e sociedade, assim, são variáveis complementares cuja síntese, que sempre está por fazer, é dada pelo espaço humano. A função da paisagem atual, por fim, será dada sempre por sua confrontação com a sociedade atual.

A paisagem é história congelada, no entanto, participa da história viva. São as suas formas que realizam no espaço as funções sociais. No entanto, é importante ter em mente que considerada em si mesma a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude

como coisa material. Sua realidade é sempre histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social, pois é a sociedade, ou seja, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Um objeto só participa de um processo dialético senão porque lhe atribuíram determinados valores, seu conteúdo é social (Santos, 1997).

Assim, quando a sociedade age sobre o espaço ela o faz sobre objetos como realidade social, formas-conteúdo, isto é objetos sociais já valorizados e sobre os quais ela busca impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes resumidos numa ‘velha situação’. A paisagem é uma parte da situação. A situação, como um todo, é definida pela sociedade atual como sociedade e com o espaço. Assim, a sociedade quando age, age sobre ela mesma e jamais com exclusividade sobre a materialidade. A dialética se dá entre sociedade e espaço e vice-versa (Santos, 1997).

Já a paisagem cultural, refere-se à influência direta do homem e apresenta a sucessão de paisagens como uma sucessão, substituição, ou mesmo, sobreposição de culturas, onde o homem estabelece uma relação dialética sobre o espaço em questão, imprimindo múltiplos significados. A paisagem cultural nasce sempre de uma paisagem natural transformada, isto é modelada pela ação humana, sua cultura e seus múltiplos significados. Assim, a paisagem natural é o meio, a cultura o agente transformador (modelador) e a paisagem cultural como o resultado, não final mas contínuo da ação do homem (Neves, 2003).

Atualmente, em Santo Antônio de Pádua, observa-se a intensificação das trocas entre suas áreas ‘rurais’ e suas áreas ‘urbanas’ que ultrapassam as trocas materiais e que modificam suas respectivas paisagens culturais, bem como as próprias identidades sociais de seus habitantes (Carneiro, 1998).

Em primeiro lugar, como visto anteriormente, cresce nas áreas rurais do município o número de famílias pluriativas, que recorrem a outras atividades que não a prática agrícola como forma de inserção no mercado de trabalho e de garantia à sua reprodução social econômica. O crescimento dessas famílias está associado à expansão das atividades de extração de rochas ornamentais em algumas áreas rurais e aos melhores salários que essas atividades apresentam, bem como à proximidade existente entre as áreas rurais e as sedes distritais urbanas no município, facilitando o deslocamento dos trabalhadores entre o campo e a cidade. Por outro lado, ainda que incipiente, se observa no município, segundo as entrevistas junto às lideranças locais, o aumento do interesse dos agricultores familiares em iniciativas ligadas ao turismo rural, principalmente pautando-se nas vantagens encontradas no município para a prática de esportes como a canoagem, alpinismo e trilhas ecológicas.

Assim, às condições já tradicionais de inserção das áreas rurais no município, são incorporados novos ‘papéis’, integrados a um movimento de ressignificação do rural. Esse processo de integração afeta, por conseguinte, a construção ou a manutenção das identidades sociais nas áreas rurais, modifica ou transforma valores e hábitos e renova, por sua vez, o espaço social rural. Portanto, essas mudanças se rebatem nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua e transformam as noções de ‘urbano’ e ‘rural’ em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Fica cada vez mais difícil estabelecer uma ruptura entre o rural e o urbano. Entretanto, tal processo não resulta no município numa homogeneização do rural, que acabaria por transformá-lo numa continuidade do urbano, de maneira que é possível no bojo dessas transformações e redefinições a manutenção das identidades locais e das tradições locais (Carneiro, 1998).

Figura 2.1 – Feirinha de artesanato



Nessa perspectiva, as transformações ocorridas nas áreas rurais de Santo Antônio de Pádua provocadas pela intensificação das trocas com as sedes distritais urbanas (pessoais, simbólicas, materiais entre outras) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural. Pelo contrário, o que se observa é a produção de novas 'ruralidades', consubstanciadas muitas vezes em mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, e que ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados. Essas novas experiências engendradas acabam, por sua vez, contribuindo para criar uma nova diversidade social e cultural que passa então a ser condição de existência dessa própria sociedade, na medida em que (re)alimenta as trocas e amplia a rede de relações sociais (parentesco, amizade, de relações de trabalho entre outras).

Não podemos entender a ruralidade, em Santo Antônio de Pádua tendo como referência apenas a influência do mundo urbano no que tradicionalmente nos referíamos como 'rural'. Cada vez, mais e daremos alguns exemplos logo em seguida, observa-se no espaço social 'urbano' a presença de elementos simbólicos e materiais e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios da paisagem 'rural'. No espaço social rural, por outro lado, percebe-se a inserção de elementos 'próprios' da paisagem 'urbana', como novas tecnologias que acabam transformando as relações sociais (telefones celular, televisão, luz elétrica), bem como a paisagem propriamente dita (antenas parabólicas, restaurantes).

Figura 2.2 – Carroça no centro urbano de SAP



No que concerne ao espaço social urbano de Santo Antônio de Pádua, pode-se facilmente perceber a presença de elementos simbólicos do 'mundo rural' e da 'agricultura' como constituintes da vida cotidiana de todo o município. Nessa dinâmica, elementos próprios do meio rural são introduzidos no meio urbano, modificando hábitos da população que mora nessas áreas urbanas. Uma simples ilustração do que acabamos de expor pode ser percebida no fato de ser comum nas sedes urbanas do município a presença de tratores ou carroças nas ruas, compartilhando do trânsito de seus valores. É recorrente encontrar esses veículos em sinais de trânsito ou 'estacionados'.

Por outro lado, no meio rural de Santo Antônio de Pádua, tornou-se mais recorrente a realização de atividades artesanais, tanto por mulheres quanto por crianças, como uma forma de complementar a renda familiar e atender às novas demandas urbanas sobre o meio rural. Essas novas atividades, além de modificarem as relações sociais familiares, modificam a paisagem cultural 'rural' e as festas e reuniões tradicionais dessas localidades, onde se percebe facilmente a presença dessas novas atividades no comércio. Na foto, tem-se um 'stand' de produtos artesanais, presente numa cerimônia de inauguração de uma estufa no distrito de Monte Alegre, fabricados por crianças e mulheres de uma área rural de Santo Antônio de Pádua.

Outros elementos estão presentes no dia-a-dia urbano de Santo Antônio de Pádua que remetem ao rural, de modo que é comum sairmos de uma loja de eletroeletrônicos e

entrarmos numa loja agropecuária, repleta de celas para cavalos e ferraduras. Por outro lado, é recorrente também nas sedes urbanas dos distritos o uso de chapéus típicos, comumente usados por agricultores quando estão no campo. Todo o dia, no final da tarde, lá pelas seis, sete horas, a cidade fica repleta de pessoas, dentre elas, trabalhadores urbanos e de trabalhadores rurais. Alguns esperam o ônibus para retornar para casa, outros andam pela cidade em busca de diversão. Os mais velhos tendem a se concentrar nas praças, onde conversam e vêem a paisagem.

Figura 2.3 – Elementos do rural no cotidiano urbano

Nessa troca constante e interativa, a oficina, elemento tradicionalmente ‘urbano’ guarda a carroça típica das áreas rurais em meio a uma avenida repleta de carros e sinais de trânsito. Ao mesmo tempo, uma das ruas que mais concentra estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, a rodoviária) da sede municipal é localizada entre um rio (Rio Pomba) e um morro, numa área bem arborizada, deixando o espaço comercial bem mais ‘verde’.



Sendo assim, saindo do trevo principal e de entrada da sede do município, andando uns cinco minutos no máximo de carro, já estamos em meio a uma ‘paisagem rural’, com campos, pastos, lavouras e morros. Assim, o deslocamento espacial entre o *shopping center* da cidade e o campo não leva mais que dez minutos.

Em Santo Antônio de Pádua, como dito, as curtas distâncias físicas que separam a roça do centro da cidade, facilitam as trocas simbólicas e materiais, possibilitando a interação entre os dois ‘mundos’ que cada vez mais se interceptam e inter-relacionam. O urbano está de certa forma no rural e o rural no urbano, de forma que ambos são importantes na manutenção da paisagem do município.

2.3 – Um Novo Olhar Sobre a Agricultura Familiar

Neste capítulo, buscamos fazer uma breve retrospectiva do contexto que determinou a mudança do desenvolvimento rural que o concebia como sinônimo de desenvolvimento agrícola para o enfoque territorial.

Destacamos como pontos principais dessa mudança de enfoque: o reconhecimento do território como resultado de uma construção social o que implica na identificação em seu interior de estruturas de dominação (materiais e simbólicas) que se refletem na sociedade local sob a forma de exclusões; a introdução de uma visão integrada de política pública, que procura articular seus diferentes instrumentos; pensar o desenvolvimento através da articulação de diferentes esferas (local, regional / urbano e rural); e estabelecer um diálogo entre os diferentes atores que buscam o desenvolvimento de determinado espaço, seja ele governamental ou não.

No que concerne ao desenvolvimento rural, o enfoque territorial acarreta o rompimento de vez com a visão tradicional que associava o rural unicamente ao caráter setorial e agropecuário, determinando que sejam consideradas nas estratégias de desenvolvimento tanto atividades agrícolas quanto não agrícolas. Adicionalmente, pressupõe que o meio rural seja visto de forma integrada com o seu entorno e que os fluxos estabelecidos entre as áreas rurais e as áreas urbanas próximas sejam consideradas. E, por

fim, de um modo geral determina que a visão do desenvolvimento rural, antes de redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes num determinado espaço, vise a despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e novas formas de coordenações no território em questão.

Como visto, o enfoque territorial do desenvolvimento traz uma série de implicações para as estratégias de desenvolvimento rural, que se tornam mais complexas. Com base nessas considerações, partimos nesse trabalho da hipótese de que a óptica da multifuncionalidade da agricultura se aplicaria como um bom referencial analítico para a análise da agricultura de Santo Antônio de Pádua e seu lugar nas estratégias de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial, especialmente tendo em vista as suas raízes agrárias e os obstáculos que a agricultura familiar vem enfrentando nas últimas décadas. A introdução dessa noção, em nossa concepção, permitiria a tomada de um ‘novo olhar’ sobre a agricultura familiar municipal, possibilitando, por um lado, analisar a interação das famílias rurais com o território e com a sociedade na sua integridade e não apenas nos seus componentes econômicos e, por outro, a incorporação nessas estratégias da provisão de bens públicos para a sociedade por parte desses agricultores familiares.

Com o objetivo de incorporar essa noção à realidade brasileira e, portanto, de Santo Antônio de Pádua recorreremos à sistematização de quatro ‘funções’ a serem desempenhadas pela agricultura no desenvolvimento, a saber: dinâmica reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. E, portanto, munidos dessa tipologia que realizaremos a análise da agricultura no município em questão.

Resta agora, analisarmos os principais projetos implementados no município em torno da agricultura familiar, procurando perceber, em última instância, até que ponto esses são compatíveis com uma proposta de desenvolvimento rural pautada no enfoque territorial e quais as possíveis contribuições da introdução da óptica da multifuncionalidade da agricultura nesse campo. Esse será nosso principal desafio no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

REDE, TERRITÓRIO E OS PROJETOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 – Redes e Território

As últimas décadas do Século XX, como vimos, marcam um período de intensa transformação na economia mundial, fruto especialmente da substituição da sociedade industrial, cujo maior símbolo era o *fordismo*, por uma nova ordem social fundada num novo padrão tecnológico calcado na tecnologia da informação. Nesse novo modelo informacional de desenvolvimento, a fonte da produtividade deixa de concentrar-se, como no anterior, em novas fontes de energia, e passa a se apoiar na tecnologia de geração de conhecimentos, no processamento das informações e de comunicação de símbolos. Nesse ritmo, as próprias bases materiais em que a sociedade se assenta são remodeladas, a economia global reduz suas distâncias e torna-se mais interdependente e integrada, suscitando novas formas de interação entre a economia, o Estado e a sociedade. O próprio sistema capitalista passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por uma maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização de empresas, fortalecimento do papel do capital em detrimento do trabalho, entre outros (Castells, 2001).

Nessa nova ‘era da informação’ (Castells, 2001), as funções e os processos também se transformam, passando cada vez mais a se organizar em torno de redes¹⁵, que determinam uma nova morfologia social das sociedades. Nas redes, os atores sociais de qualquer natureza (Estado, sociedade civil, empresas ou grupos sociais, indivíduos) encontram-se interligados em torno de uma questão ou atividade (redes técnicas, políticas, sociais), facilitando a sua interação e a atuação e ampliando a escala dos resultados. Assim, a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras passam a ser fontes cruciais de dominação, apropriação e transformação de nossa sociedade, na medida em que são as redes (ou sua ausência) que configuram os processos e as funções predominantes.

Essas redes não são necessariamente homogêneas, da mesma forma que pode não haver homogeneidade nos espaços de sua atuação. Santos (1997) destaca que é importante perceber em primeiro lugar que nem tudo é rede, de forma que se olharmos sua ‘representação’ no espaço percebe-se que numerosas e vastas áreas escapam ao seu desenho. Mesmo assim, onde as redes se fazem presentes, elas não são, da mesma forma, uniformes. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no seu uso e é

¹⁵ Para Castells (2001) as redes são constituídas por um conjunto de nós interconectados. Nesse sentido, a topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) seja menor (ou mais frequente ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma mesma rede do que se não pertencerem à mesma rede.

diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (Santos, 1997).

Essa nova lógica organizativa, fomentada pelo ritmo de desenvolvimento da tecnologia da informação, é sentida em toda a estrutura social, remodelando-a. Na área de estudos dos movimentos sociais, as redes aparecem sob a forma de redes de movimento, de solidariedade e sociais e referem-se às articulações formais ou informais entre indivíduos, grupos ou organizações da sociedade civil que visam a realizar reivindicações, trocar experiências ou informações, somar recursos, formular projetos e promover ações públicas em geral. No campo estatal, as redes passam a nomear as articulações formais realizadas entre diferentes agências governamentais, ou entre a esfera governamental e organizações privadas e da sociedade civil em torno de problemas sociais ou de discussões de instrumentos de política pública. No âmbito local, elas confirmam e reafirmam a profunda transformação no padrão de relação entre Estado e sociedade, geralmente caminhando na direção de uma maior participação, negociação, democratização e flexibilidade nos processos de interação entre essas duas esferas (Passador, 2003).

Todas essas mudanças têm reflexos no espaço, modificando a forma de organização e de interação dos atores sociais, tendo, portanto, alterado diretamente a consolidação e dinâmica dos territórios. Como na definição do segundo capítulo, é importante diferenciar aqui o território e espaço geográfico, este último o qual se refere, simplesmente, ao resultado obtido com a continuidade (e acúmulo de seus efeitos) das relações entre a sociedade e da paisagem.

A definição de território, como vimos, requer que sejam incluídas nas análises do espaço geográfico, a questão do poder, que por sua vez envolve relações de dominação (sentido mais simbólico do poder, relacionado ao valor de uso) e apropriação (poder no sentido mais concreto, ligado ao valor de troca). Assim o território seria um espaço sobre o qual incidiriam relações de dominação ou apropriação de recursos, os quais lhe conferem um caráter eminentemente político. Porém não se deve ignorar que essa dimensão política não se dá de maneira unívoca, na medida em que há uma constante disputa de projetos de ordenamento desse mesmo território (individuais e coletivos) que se pautam tanto na crítica da forma sob a qual se dão as relações sociais quanto nos processos de apropriação e uso dos recursos ambientais (Alentejano, 2003).

Dessa forma, é importante pontuar que o território possui uma dupla dimensão, uma simbólica e uma material, resultantes dessas relações de dominação e ou de apropriação sociedade-espaço às quais está submetido, e que envolvem disputas que vão desde a dominação político-econômica, até a cultural-simbólica (menos percebida). Trata-se, portanto, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído (Haesbaert, 2004a e 2004b).

Ao olhar para o território, portanto, ao contrário do espaço social, deve-se distinguir e identificar os sujeitos que efetivamente exercem o poder, ou seja, os que de fato controlam esse(s) espaço(s), e conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m), impondo sua visão de mundo sobre os demais. O ponto crucial é ter em mente as relações sociais que se travam no território como relações de poder. São essas relações que se dão no espaço que produzem no território em questão, identidades sociais, que, por sua vez, também são mecanismos de controle, distinção e separação, que de algum modo passam a nomear e classificar os indivíduos e os grupos sociais que nele se inserem. Estabelece-se, assim, uma

relação de diferença entre os ‘iguais’ que se localizam dentro de seus limites e os que se encontram ‘fora’, constituindo por fim o território (Haesbaert, 2004b).

A área geográfica nesse sentido é controlada visando atingir, ou afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, num processo em que o indivíduo ou um determinado grupo social expande e territorializa seu poder sobre um espaço social. Assim, a territorialidade ou o processo de ‘se territorializar’, além de conter uma dimensão política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada à determinação do modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar (Haesbaert, 2004a). É uma estratégia para criar e manter o domínio sobre o espaço, utilizado tanto para realizar funções quanto para produzir significados. Assim, para as camadas mais vulneráveis, mais pobres e, logo com formas reduzidas de territorialidade, o território adquire às vezes tamanha força que combina em igual grau a sua funcionalidade e identidade, de forma que ‘perder o seu território, torna-se desaparecer’ (Haesbaert, 2004a).

Essas formas de dominação e apropriação do espaço, por conseguinte, variam ao longo do tempo e do espaço. Enquanto nas sociedades tradicionais se conjugava em maior grau a construção material, território como abrigo e base de recursos, na sociedade contemporânea vigora o controle da mobilidade de fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões. O território passa então gradativamente, de um território mais zonal (ou de controle, estático) para um território-rede ou de controle de redes (fluxos de pessoas, mercadorias e informações). Aí a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território.

Cabe ressaltar aqui, que não entendemos que ‘redes’ e ‘território’ sejam dicotômicos, como se fossem duas unidades distintas e antagônicas. Por outro lado, também não concordamos com as visões que subordinam as redes aos limites do território. A rede aqui é vista como elemento constituinte do território, onde ambos estabelecem uma relação dialética podendo, ora se fortalecerem, ora se enfrentarem (Alentejano, 2003).

As redes, portanto, não necessariamente implicam num processo de desterritorialização. Em última instância as redes significam novas territorializações. Seus efeitos sobre o território são, concomitantemente, territorializadores e desterritorializadores, o que faz com que os fluxos que por elas circulam possam tanto sustentar e construir territórios, quanto os desestruturar ou desarticular (Haesbaert, 2004b).

A rede, nesse sentido, ultrapassa a idéia de mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, e ganha a perspectiva de um componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘base material’ do mesmo, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão. As redes, por um lado, são sempre ‘mais ou menos’ territorializadas, dependendo de suas características, não existindo em nenhuma situação (mesmo as redes virtuais necessitam no mínimo das redes técnicas para que sua existência seja possível) sua completa desterritorialização (Haesbaert, 2004b).

Essas novas territorializações, a partir das redes, se acentuam nos tempos contemporâneos da sociedade da informação, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa mais, necessariamente, controlar áreas e definir ‘fronteiras’ mas, sobretudo, viver em redes onde nossas identificações e referências espaço-simbólicas são feitas tanto no enraizamento e na estabilidade quanto na própria mobilidade. Esse

contexto de multiterritorialidade determina que experimentemos vários territórios ao mesmo tempo e que, a partir daí, efetivemos uma territorialização que é múltipla.

Nesse processo, observa-se uma crescente distinção entre a tradicional lógica zonal (controle exercido sobre as áreas, contínuas e com fronteiras claramente delimitadas, geralmente ligada ao Estado) e uma lógica territorial reticular (controladora de fluxos, porém através das redes). Essas lógicas, então, passam a conviver e interagir, e se mesclam de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais vê-se obrigada a, hoje, conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede. Logo, um território dado de delimitação político-administrativa pode abrigar vários territórios construídos, territórios que são configurações mutáveis, provisórias e inacabadas, e cuja construção pressupõe a existência de uma relação de proximidade (nem sempre física) dos atores sociais envolvidos (Cazella, 2005).

Assim, atualmente se considerar os territórios requer que os mesmos sejam vistos tanto a partir do seu ‘interior’ (como plurais, pois englobam diversos territórios justapostos), quanto como um conjunto superposto de vários territórios (ou territorialidades), cuja abrangência pode ir bem além dos seus limites (prioriza as relações do território com aqueles que se encontram para ‘cima’ ou além deles). A multiterritorialidade atualmente, e principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional, implica no exercício de um controle que ultrapassa as fronteiras do espaço social, tratando-se de um domínio não apenas por deslocamento físico, mas também por conectividade virtual e capacidade de interações à distância, influenciando e integrando novos territórios. Sua mudança, portanto, não é apenas quantitativa (pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor), mas também qualitativa na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios descontínuos e até virtuais.

A flexibilidade territorial do mundo atual, entretanto, não é universal nem inclusiva. Nessas complexas relações e interações, apenas alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruem dessa multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido de sua sobreposição num mesmo local, seja de sua conexão em rede por vários pontos. E isso implica, automaticamente em diferentes formas de exercício de poder, seja econômico-político, seja cultural-simbólico.

Dessa forma, isso nos leva a pensar no território e nas redes que os constituem e ajudam a formar como estratégias de expansão e/ou manutenção do poder, que resultam em estruturas de dominação que podem gerar uma grande massa de ‘excluídos’. Essas estruturas consolidadas permitem e determinam a reprodução de processos de exclusão que reservam a uma minoria a possibilidade de ativar ou de vivenciar, concomitantemente, múltiplos territórios e, portanto de expandir seu poder ou áreas de controle e ter acesso a ativos territoriais. Assim, atualmente, como uma elite tem a opção de escolher um entre diversos territórios, vivenciando uma multiterritorialidade, outros na base da pirâmide social não têm nem ao menos a opção do primeiro território, aquele que é abrigo e fundamento mínimo de sua reprodução cotidiana (Haesbaert, 2004a).

Sendo assim, o reconhecimento dessas estruturas de dominação e da multiterritorialidade implica reconhecer também a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade e, portanto, nas estratégias de desenvolvimento. O não reconhecimento dessa dimensão política determina que os ganhos das estratégias de desenvolvimento implementadas se voltem apenas para aquelas camadas

que efetivamente exercem sua (multi)territorialidade (em várias escalas e dimensões). Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento que se pautam numa lógica territorial devem procurar identificar essas relações de poder e a diversidade de percepções e interesses dos atores locais que lhes são inerentes e que podem contribuir para a explicação das exclusões, contradições e conflitos efetivados.

3.2 – A Rede e o Território em Santo Antônio de Pádua

Nessa seção procuraremos analisar essas mudanças no município estudado, especialmente, como resultado da formação de uma rede que atua em torno do segmento da agricultura familiar e que gera, a partir de sua territorialização, processos de exclusão, conflitos e contradições.

A década de 1980 marcou o início de um período de mudanças que culminaram em reformas em direção a uma maior descentralização política e econômica em todo o cenário internacional. Na maioria dos países desenvolvidos, principalmente na Europa, assiste-se à falência do modelo de desenvolvimento pautado no *Welfare State*, que tinha no Estado o maior provedor e gestor de políticas de redistribuição de renda e de serviços/bens públicos. Nos países periféricos, especialmente na América Latina, há o movimento em direção à redemocratização, com o dismantelamento progressivo das rígidas estruturas das ditaduras militares, a conseqüente descentralização das atividades governamentais e o aumento da participação da sociedade civil nos processos decisórios.

No Brasil, nessa mesma direção, a promulgação da Constituição Federal de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado Brasileiro, introduzindo novos instrumentos de gestão social dos recursos públicos, dentre os quais podemos destacar a institucionalização dos conselhos gestores de políticas nas esferas federais, estaduais e municipais (Marques et al., 2003). Observa-se então uma tendência crescente na administração pública de aproximação com organizações da sociedade civil, que se antes eram associadas a atitudes contestatórias, agora passam cada vez mais a atuar como colaboradoras, através da firmação de parcerias e ações conjuntas (Passador, 2003).

O resultado mais direto desta nova estrutura de gestão política refletiu-se numa maior autonomia das instâncias locais e na valorização das práticas de democracia participativa, com o deslocamento dos cidadãos do papel de receptores passivos das ações públicas, para o de co-gestores ativos. Os instrumentos de política pública, por sua vez, adquirem um caráter mais dinâmico, sendo sistematicamente construídos e aperfeiçoados, ao longo do percurso em que são postos em ação, ou seja, aplicados em cada realidade local (Junior, 2004).

No meio rural brasileiro podemos citar a instituição dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRs como um importante passo em direção a essa descentralização. Estes se multiplicaram a partir do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, mais especialmente da linha Infra-estrutura e Serviços que vinculava os projetos à existência de CMDRs e à existência e elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, o que favoreceu o debate em escala ampliada (envolvendo sociedade civil e outros atores externos à esfera governamental) e criou um espaço institucionalizado para a elaboração e discussão de instrumentos de política pública para a agricultura familiar (Marques et al., 2003).

Nesse contexto, a instância local como gestora e implementadora de projetos é valorizada, ganhando destaque as ações que têm como referência espacial o(s) território(s), a partir de uma interpretação integradora e multidimensional.

Em Santo Antônio de Pádua o processo de formação da rede em torno da agricultura familiar, bem como da constituição de novas territorialidades (e possíveis desterritorializações) tem origem conjunta com a implementação no município do Pronaf Infra-estrutura e do aumento da disputa dos atores sociais em torno desses novos recursos. O município é beneficiado pelo Programa, em sua linha Infra-estrutura desde 1997/8. Nesse período é observada a formação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que ficou encarregado da elaboração e da operacionalização do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural teve suas ações divididas em quatro eixos principais. O primeiro deles visava à melhoria da geração de emprego e renda e continha em suas diretrizes: aumento da produção e da produtividade de leite e olerícolas, melhoria no sistema de comercialização (com melhor classificação/padronização, embalagem e qualidade dos produtos), fomento à diversificação nos estabelecimentos rurais (principalmente através da introdução de novas atividades como fruticultura, piscicultura, reflorestamento 'econômico') e profissionalização dos produtores com cursos de capacitação; O segundo referia-se à proteção ambiental através do aumento da cobertura vegetal, conservação do solo e da água, proteção das nascentes e uso racional de agrotóxicos; O terceiro visava à erradicação das principais zoonoses que se instalavam no município (mastite, brucelose) através de campanhas de conscientização dos produtores sobre os riscos e prejuízos causados por essas enfermidades; e o último, o aumento da rentabilidade das atividades rurais, impedindo o êxodo rural, tornando mais atrativa a volta ao campo. Tal plano, muito embora tenha sido construído a partir de reuniões nas localidades rurais do município, não se inseriu numa visão da organização do 'território' em questão, mas como uma forma de encontrar uma solução específica e setorial para cada problema identificado no território. Suas ações eram, geralmente, desarticuladas e possuíam uma forte ênfase na dimensão econômica e produtiva das atividades agrícolas.

Em última instância, o estabelecimento do programa no nível federal refletiu nesse município num incentivo maior (partindo principalmente da esfera governamental) à mobilização da sociedade civil, sobretudo daqueles segmentos ligados à agricultura familiar, fomentando inclusive a criação de instituições formalizadas como associações e núcleos de produtores.

Nesse sentido, pode-se falar que o processo de maior organização da sociedade civil partiu de maneira geral de um movimento 'de cima para baixo', de modo que a formação dessas instituições, propriamente ditas, não teria sido uma iniciativa espontânea dos produtores em torno de interesses comuns, mas uma organização social de certos segmentos da agricultura familiar (e não de todos), com amplo incentivo das instâncias governamentais locais, com o objetivo de gerir os novos recursos públicos disponibilizados pelo Pronaf.

Um representante da Associação dos Pequenos Produtores de Ibitiguaçu e Monte Alegre, em sua entrevista, nos dá uma boa noção do processo que deu origem à associação da qual faz parte,

“ - A associação surgiu a partir de uma conversa entre mim e o Secretário da Agricultura. Ele me falou: ‘ - Olha, ou nós fundamos, temos uma associação agora, ou não vamos ter mais tempo, não, porque nós estamos muito atrasados. Começamos a mobilizar os produtores, fazer reuniões. Antes não tinha organização nenhuma, nenhuma mesmo. Aí fizemos reuniões no colégio do distrito. Ele trouxe na época o Delegado Federal de Agricultura, o Prefeito. Aí começou, aí criamos a associação.”

A partir daí, observa-se no município a formação de uma rede em torno da agricultura familiar. Uma rede que é ao mesmo tempo material e social/política. Material no sentido em que abarca infra-estruturas que permitem a instalação material dos 'nós' (agentes ou instituições) componentes dessa rede, bem como permitem trocas e interações de matéria, energia ou de informações, e que se inscrevem e se desenrolam num determinado território. Mas uma rede que também é social e política, na medida em que também é as pessoas, as mensagens, os valores e os projetos (formais e informais) que a freqüentam (Santos, 1997).

Sua composição engloba tanto órgãos governamentais quanto organizações da sociedade civil. Os seguintes atores fazem parte de sua composição: Secretaria da Agricultura, a Emater, o Sebrae, o Sindicato Rural Agropecuário, a Cooperativa Agropecuária, Associação de Pequenos Produtores Rurais de Monte Alegre e Ibitiguaçu (APRUMAI), Associação de Moradores de Marangatu e o Núcleo de Ovinos e Caprinos do Noroeste do Estado (de formação mais recente). E são esses mesmos atores que compõem o CMDR do município.

Sua origem se dá aproximadamente em meados da década de 1990, junto com a entrada do Secretário da Agricultura na época e com a instituição do Pronaf Intra-estrutura. Nesse sentido, é importante destacar aqui que a consolidação e o fortalecimento dessas relações sociais não se deram num vácuo social, na medida em que os atores até por terem como origem comum o município (e residência) já apresentavam relações de relativa proximidade.

O Secretário da Agricultura da época era natural de Santo Antônio de Pádua, mas tinha retornado ao município há pouco tempo. Ele saíra do município, como tantos outros, para estudar. Passou um bom tempo trabalhando no Rio de Janeiro, e depois resolveu retornar ao município de origem, onde primeiro ocupou o cargo de Secretário da Agricultura e, atualmente, se encontra no Sebrae, o que tem feito com este órgão no município se aproxime cada vez mais dos projetos elaborados em torno da agricultura familiar, principalmente naqueles em que há ainda a necessidade de estruturação de cadeias, como os orgânicos e a ovino e caprinoculturas.

A dinâmica dessa rede no município, embora seja caracterizada por fluidez e interações sistemáticas, não se dá de maneira uniforme entre todos os atores sociais dela constituintes. De forma geral, a Secretaria da Agricultura trabalha junto ao Sebrae, devido, sobretudo, à proximidade que esses dois órgãos apresentam pelo fato do Sebrae ter hoje como funcionário o antigo Secretário de Agricultura do município. A Emater trabalha junto com os dois em regime de parceria. Na maior parte das vezes, é nesse núcleo, que concentra agentes governamentais, que são gerenciados e planejados a maior parte dos projetos, muito embora o reconhecimento disso não implique numa retirada dos demais 'nós' dos processos decisórios. Esses três atores são os elos mais fortes da rede, que depois se ligariam ao Sindicato Rural, à Cooperativa Agropecuária, à Aprumai, à Associação de moradores de Marangatu e ao Núcleo de Ovinos e Caprinos. A maior parte dos projetos se dá no regime de parceria e a maior articulação da rede com agentes externos (fora do município) no município se daria a partir da Secretaria e do Sebrae.

Figura 3.2.1 – Rede



Fonte: Elaboração da autora

A maior articulação dessa rede produz no município, um território-rede, que coincide com o espaço onde se dá a maioria das ações e dos projetos de fomento à agricultura familiar desenvolvidos no município. Assim, nos movimentos sistemáticos de territorialização dessa rede, se reflete no município um processo de exclusão de alguns segmentos da agricultura familiar do escopo dos projetos de desenvolvimento municipais.

As principais ações da rede, consubstanciadas em ações voltadas para a agricultura familiar que são realizadas no município, se concentram nas áreas localizadas mais ao Norte do município, de forma que a maioria delas envolve os distritos e as áreas próximas a Monte Alegre, Ibitiguaçu e Campelo. Conseqüentemente, são essas áreas também as que apresentam no município, uma maior expressão na produção agrícola municipal, especialmente na produção de olerícolas. As demais localidades, ainda que apresentem áreas rurais e populações formadas em sua maioria por agricultores familiares, por apresentarem uma produção agropecuária de menor escala, ficam ‘fora’ da área de atuação dessa rede e têm sua representatividade junto às esferas públicas de participação reduzida.

Santo Antônio de Pádua, nesse sentido, por ser o distrito mais urbanizado e a sede municipal teria uma menor expressão agrícola e, portanto, não seria diretamente foco da rede. Já as áreas mais ao Sul do município, próximas aos distritos de São Pedro de Alcântara, Marangatu e Santa Cruz, por sua vez, são as áreas em que a agricultura encontra-se mais esvaziada, não se constituindo também principal foco de atenção dos projetos implementados pela rede. Tratam-se das áreas mais próximas às estações de extração mineral, que determinam que a atividade agrícola passe a competir diretamente com o setor extrativo mineral (rochas semi-preciosas) o que teria enfraquecido a agricultura familiar

local, na medida em que a maior parte dos pequenos produtores estaria saindo da atividade agrícola para trabalhar no setor de extração mineral ou teria destinado suas terras (quando há nele a presença de reservas minerais) à extração de pedras, e não às lavouras.

A representação dos distritos nessa rede também espelha esse ‘desequilíbrio’, na medida em que das organizações da sociedade civil nela presentes (fora o Sindicato e a Cooperativa que atendem a todo o município) duas teriam origem nos distritos de Ibitiguaçu e Monte Alegre. A Associação de Moradores de Marangatu, nesse sentido, seria a única exceção, no entanto, essa associação apresentava uma menor participação na mobilização junto às estâncias governamentais e nas discussões sobre a gestão dos projetos para agricultura familiar.

Nesse sentido, percebe-se que ao mesmo tempo em que a consolidação e articulação da rede criam novas territorializações, reforçando as áreas onde a produção agrícola familiar é mais significativa e acentuando as disputas em torno dos recursos e dos investimentos nesse território, essa mesma rede exclui outras áreas e segmentos da população, especialmente aqueles onde a agricultura familiar encontra-se mais enfraquecida.

A partir de 2003, com o Governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário promoveu uma série de mudanças na linha de crédito do Pronaf Infra-estrutura, de modo que a principal delas foi a mudança do foco no município para o foco no território. Assim, a partir de 2003, os recursos da linha Infra-estrutura do Pronaf deixaram de ser destinados a municípios isolados, e passaram a englobar projetos relacionados a um conjunto de municípios, os territórios. Nesse sentido, os ‘territórios’ criados contam com o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que tem como principal objetivo a promoção e o apoio aos processos de construção e implementação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Um de seus objetivos principais é contribuir para o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária, colaborando para a ampliação das capacidades humanas, institucionais e da autogestão desses territórios.

Foi criado então um território no Noroeste do Estado que envolve os 13 municípios da região e também um Conselho Territorial do Noroeste Fluminense, onde cada município teria direito a três representantes. Santo Antônio de Pádua estaria incluído nesse território e sua representação se daria a partir dos mesmos atores sociais que compõem a rede e o CMDR. A rede, assim, se faz presente nessa nova institucionalidade, gerindo agora os recursos numa arena que contempla outros atores, pertencentes ao território criado pela SDT como o território da região Noroeste.

No momento em que estava se realizando a transição do foco de gestão de recursos do âmbito ‘municipal’ para o ‘territorial’ dessa nova política e apoio aos territórios e à agricultura familiar o Secretário da Agricultura de Santo Antônio de Pádua demonstrou preocupação quanto ao esvaziamento do município como foco dos projetos de desenvolvimento e do CMDR. Nesse sentido, citou como obstáculos para os projetos coletivos no nível do território, aqueles problemas resultantes de disputas políticas, a falta de cooperação entre as Prefeituras (a não participação de algumas delas, por exemplo) e uma outra série de problemas operacionais, como as distâncias que se interpõem aos municípios e a forma de gerir os recursos disponibilizados. Na visão do Secretário, a região não estaria ‘pronta’ para isso.

Percebe-se aí uma clara deficiência na elaboração do território da SDT, uma vez que o território elaborado não partiria do reconhecimento do território como uma disputa

(material e simbólica) travada entre os grupos e as pessoas que integram esse espaço. Tratando-se antes, mais uma vez, de uma delimitação 'externa', negando, nesse sentido, a definição de território como construção social, que parte de uma identidade construída pelos agentes que dele compartilham.

O princípio da SDT na formação do território em questão partiria da noção de que o território seria detentor de vocações e identidades naturais que devem ser identificadas e acionadas, pelas estratégias de desenvolvimento, como suporte para o desenvolvimento territorial. O elemento fundamental dessa concepção é a idéia de que os territórios são fundamentalmente definidos por uma identidade comum interna. Por trás dessa concepção estariam as idéias de: capital social, desenvolvimento humano e fortalecimento das instituições. Assim, os obstáculos ao desenvolvimento do potencial dos territórios poderiam ser mitigados à medida que políticas de desenvolvimento do capital humano, de capital social fossem implementadas. Essas medidas poderiam contribuir para desbloquear e fazer aflorar os potenciais existentes nos territórios potencializando seu desenvolvimento (Leão & Lima, 2005).

Essa visão desconsidera, por sua vez, o caráter político do território e a dimensão conflituosa dos processos de construção dos territórios e das identidades que eles encerram. Nesse processo é negligenciado o processo de acirramento de disputas e de conflitos envolvidos na construção de identidades com a finalidade de acessar recursos e ativos, num processo político de construção e inclusive de afirmação de identidades para fora.

O não reconhecimento dessa dimensão política dos territórios, como já foi visto, pode ser um entrave à modificação efetiva das estruturas de dominação presentes nesses espaços e que, muitas vezes, são responsáveis pela perpetuação de situação de miséria e exclusão de alguns segmentos da sociedade local. O que pode implicar que os ganhos obtidos com os ativos potenciais acionados por um processo de desenvolvimento se concentrem e se direcionem apenas para aquelas camadas que efetivamente exercem sua (multi)territorialidade (participando em várias redes e espaços institucionalizados).

Ainda de acordo com a proposta da SDT, destacamos que o não reconhecimento dessas mesmas estruturas de dominação pode ocasionar que as ações de fortalecimento da sociedade civil e das instituições locais (muitas vezes consubstanciados na idéia de capital social) impressas nesses planos de desenvolvimento não adquiram uma dimensão de inclusão dos segmentos tradicionalmente excluídos pela estrutura de poder local. Nesse sentido, o processo de 'empoderamento' de pessoas e dos grupos sociais excluídos, que se constitui elemento-chave para a construção da estratégia de desenvolvimento rural pode adquirir os contornos de um processo em que os agentes exercem posição passiva e em que o 'poder' que lhes é necessário para romper com as situações de dominação e pobreza seja visto como algo a ser 'provido' pelas agências do governo e instrumentos de política pública e não conquistado e construído por esses mesmos segmentos. Nesse contexto, num limite, os Conselhos Territoriais poderão reproduzir em sua operacionalização a estrutura tradicional de poder vigente.

Sendo assim, a constituição da rede e o processo de descentralização política, consubstanciado numa maior autonomia da instância local e cujos maiores símbolos no município são o CMDR e o CTNF, nos colocam como desafio refletir a respeito de como se daria a participação da sociedade civil de Santo Antônio de Pádua nesses espaços públicos, sua representatividade e se essas determinariam uma acentuação dos processos democráticos.

De um modo geral, a descentralização de um conjunto significativo de decisões políticas, como as que envolvem o segmento da agricultura familiar no município, não necessariamente seria um elemento de radicalização e aprofundamento da democracia nas circunstâncias atuais. Sendo assim, ainda que instituições de âmbito local, dotadas de efetivo poder como os CMDR e o CTNF, possam representar um incentivo à participação política da sociedade civil (como o foi no município) de certos segmentos, sua existência por si só nem sempre seria suficiente para garantir que essa participação realmente garantisse a representatividade da população local ou que se dê de forma igualitária. A descentralização, por si só, não pode assegurar que o deslocamento de recursos do ‘centro’ para o nível local implique a abolição da dominação. Em muitas situações esse deslocamento pode significar a substituição de uma dominação pelo ‘centro’ por uma dominação efetivada no próprio interior desse subsistema. Em certas circunstâncias, as próprias instâncias de poder local não estão preparadas (e nem dotadas das estruturas que permitam) para a democratização dos processos decisórios (Arretche, 1996).

Nesse sentido, o caráter democrático do processo decisório dependeria menos do âmbito em que se dariam essas decisões (federal, regional, local) e mais da natureza das instituições que são encarregadas de gerir esses processos participativos. Nesse ponto é importante considerar que ainda que as instituições conformem as formas de ações políticas, uma vez que a maneira como se dá a ação pública incentiva e favorece determinados comportamentos políticos, por outro lado, essas instituições e suas ações sofrem as influências do contexto social e histórico em que estão enraizadas. Isso deve ser considerado e chama atenção para a identificação das relações de poder que são travadas pelos diferentes grupos sociais no território. Sendo assim, não haveria necessariamente uma relação entre descentralização e redução do clientelismo. Na verdade, mais do que a descentralização, a redução do clientelismo supõe a construção de instituições que garantam a capacidade de fortalecimento do governo (com a relativa autonomia em relação a pressões particularistas), bem como o aumento da capacidade de controle dos cidadãos, sem distinções, sobre as ações públicas (Arretche, 1996).

Assim, a atuação conjunta entre Estado e sociedade civil no município envolveria sempre tensões e conflitos que nem sempre seriam bem compreendidos e articulados. Nesse aspecto é importante o reconhecimento, tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, de que esses processos envolvem diferentes interesses, nem sempre compatíveis, mas possivelmente negociados e da necessidade de que as negociações nessas arenas públicas de participação se dêem de forma que não implique numa perda de autonomia dos grupos que dela participam, especialmente dos representantes daqueles segmentos mais vulneráveis (Dagnino, 2002).

No que concerne à sociedade civil e sua representatividade nessas instâncias locais de poder, chamamos a atenção para aqueles elementos que dificultam (ou impossibilitam) a participação (igualitária) de certos segmentos da sociedade civil nos espaços públicos. O mais importante deles é a exigência de qualificação técnica e política necessária para que essas lideranças locais possam ‘participar do jogo’ decisório. Nesse sentido, a participação da sociedade civil nesses espaços envolveria um processo de aprendizado dos agentes e lideranças no sentido de lidar com política pública (etapas de formulação, discussão, deliberação ou execução), bem como o aprofundamento do conhecimento sobre funcionamento do próprio Estado, da máquina administrativa e dos procedimentos envolvidos em cada etapa desse processo. Esses processos de aprendizado exigiriam saber

técnico especializado o que os representantes da sociedade civil, geralmente, não têm, dificultando a participação igualitária nos processos decisórios (Dagnino, 2002).

Por outro lado, a exigência de qualificação para a participação efetiva, traz implicações práticas que, por conseguinte, obstaculizam a participação de certos segmentos da sociedade local, bem como acabam determinando que os representantes da sociedade civil que participam dos processos decisórios sejam sempre os mesmos. Essas limitações se fazem presentes sobremaneira sobre aqueles segmentos mais vulneráveis, que não possuem ‘voz’ na estrutura de poder local, que geralmente encontram-se naquelas camadas detentoras de menores níveis de escolaridade e qualificação e que moram em áreas mais distantes dos locais onde se dão essas negociações. Por conseguinte, a baixa rotatividade de representações nesses espaços (de forma que os portadores de especialização tendem a ser perpetuados como representantes) e a ausência de representação por parte da maioria dos segmentos mais vulneráveis da agricultura familiar no município determinam que se reproduzam no interior dos espaços públicos desigualdades adicionais que espelham a estrutura de dominação local.

A maioria das entrevistas demonstra um sentimento de satisfação com o funcionamento da rede, muito embora ainda reconheçam obstáculos a serem transpostos, bem como lacunas em seu funcionamento. Um dos principais obstáculos seria a própria visão da agropecuária dentro do município, que muitas vezes, seria associada à idéia de atraso. Segundo a veterinária da Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, ao ser indagada acerca do papel da agricultura no município

“ – O antigo secretário da agricultura daqui tinha uma visão muito boa, e agora, junto com o novo Secretário, aqui, graças a eles a gente ainda tem alguma coisa. Porque o setor primário da economia aqui em Pádua é o setor que menos recebe incentivos e verbas. Pelo contrário, na cultura, eles ligam isso ao atraso. É uma dificuldade muito grande a nossa.”

Um vereador do município e representante do setor de rochas vê como principal obstáculo a baixa capacidade de financiamento público do município, bem como a ausência de representação política da região nas esferas mais elevadas, como a estadual e federal. Segundo o entrevistado, ao ser indagado se considera as políticas de apoio existentes no município suficientes e eficazes,

“ - O governo de Pádua, municipal, dá apoio à agricultura, porém, é um apoio muito pequeno, muito pouco, pois a cidade tem pouca condição de dar um apoio maior ao setor. A Prefeitura não tem condições de fazer todas as melhorias e benfeitorias que se fazem necessárias, sozinha. (...) Nós não temos mais representantes no nível estadual e federal para a Noroeste, na verdade. E isso, na verdade, o sistema funciona na política mesmo, só a política traz algum desenvolvimento.”

Um pequeno produtor membro da Aprumai também vê uma melhoria nas ações de fomento à agricultura familiar que são desenvolvidas no município, principalmente com a entrada de novos órgãos na rede como o Sebrae. Segundo o produtor,

“ – Hoje, existem aí já órgãos empenhados muito na agricultura. Órgãos que nem participavam dela, antigamente. O Sebrae, aí, é um exemplo, um caso. Ele não

participava da agricultura. E hoje aqui no município, o Sebrae dá total apoio à agricultura. O governo também dá, né, apoio, mas só que às vezes não dá. (...) O que o Sebrae está fazendo é o melhor trabalho e são as melhores iniciativas para o produtor. Ele está tentando reerguer a agricultura do nosso Noroeste aqui, porque sabe, está difícil o Noroeste do Estado.”

Nesse sentido, essa rede tem conseguido consolidar em Santo Antônio de Pádua, uma série de projetos voltados para a agricultura e, especialmente para a agricultura familiar, que têm dado maior impulso e dinamismo à agricultura no município.

3.3 - Os Principais Projetos para a Agricultura Familiar

De uma forma geral, atualmente, no município, todas as ações que envolvem a agricultura e a agricultura familiar passam ou partem do jogo de articulações dessa rede. É ela quem organiza todas as ações que buscam fomentar a agricultura familiar do município, seja na dimensão que tem o município como referência seja naquele espaço institucionalizado pela SDT (através da negociação com os demais representantes dos outros municípios constituintes), que tem o ‘território’ da região da Noroeste como foco de análise.

É importante ressaltar que não há no município uma integração ou articulação entre os diferentes programas que têm a agricultura familiar como foco, bem como também não há um diálogo entre as diferentes linhas de um mesmo programa. A única articulação deles é o fato de se dirigirem para o mesmo público. A lógica que rege a gestão desses programas é a idéia de que tanto as políticas dirigidas para determinado agente como pessoa física (como o crédito do Pronaf) quanto aquelas que são construídas no município visando uma utilização coletiva (a partir do Pronaf Infra-estrutura e agora das ações da SDT) tenderiam a, no final, beneficiar de uma forma geral os pequenos produtores. Não há a idéia de implementação conjunta ou planejada de diferentes programas de fomento à agricultura familiar. Identifica-se essa dinâmica na declaração do Secretário de Agricultura do município, ao ser indagado se existiria alguma forma de coordenação e articulação entre as políticas agrícolas e rurais implementadas no município,

“ – Os programas são vinculados, eles se encaixam. A questão do crédito, por exemplo, o produtor, ele tanto é beneficiado com o recurso diretamente, ele vai no banco e pega, quanto ele é beneficiado com os recursos que vêm para a implantação de projetos, pois aquele projeto o beneficia de qualquer forma, como a venda de alevinos, a forma como esse dinheiro, esse recurso... ele está sendo beneficiado com os alevinos, com os tratores, com a própria venda de mudas.”

Um pequeno produtor do município membro do Núcleo de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste, ao ser indagado também acerca da efetividade e coordenação entre os instrumentos de fomento à agricultura e ao meio rural, completa essa declaração, apontando os principais problemas que identifica na gestão dos instrumentos de apoio à agricultura familiar no município:

“ - As ações do governo local, elas não são integradas. Então, por exemplo, você tem várias secretarias dentro de um governo, num mesmo município, dentro de uma mesma prefeitura. Então, a secretaria de agricultura faz o papel dela, vai lá em casa,

leva o trator, ara uma área para mim para que eu possa produzir o produto X. Aí, eu produzo. A Emater vem e, 'entre aspas', me dá assistência, me orienta. A própria secretaria de agricultura me orienta tecnicamente, me ajuda a comprar o adubo. Beleza, eu produzi, produzo aquele produto e colho aquele produto X. E não tenho como transportar porque a secretaria de transportes não faz estradas, entendeu? Aqui mesmo, por incrível que pareça, o mercado que funciona para os pequenos produtores é no posto de gasolina. Aquele posto pelo qual você passou na entrada de Monte Alegre. É uma coisa gritante, como os produtos que a gente consome aqui, vêm da Ceasa, de São José de Ubá ou do Rio. É uma coisa absurda.”

Não há no município, ações ou projetos voltados especificamente para as famílias rurais, com exceção dos programas geridos pela Secretaria de Promoção Social (como o bolsa-escola, cheque cidadão e/ou de benefícios previdenciários, como a aposentadoria rural que se faz muito importante), mas cuja implementação no município não guarda nenhuma correspondência ou relação com os projetos desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura no município e pela rede. Nesse sentido, chama atenção a necessidade de uma investigação mais profunda a respeito das relações desses capitais oriundos de transferências sociais diversas e a manutenção da produção agrícola (mercantil e de autoconsumo) pelas famílias rurais. Segundo um agrônomo da Emater, ao ser indagado sobre a existência de instrumentos de política pública que fugiam ao apoio setorial e de fomento á produção:

“ - O município não tem nenhuma outra não (política). Tem aposentadoria rural, cheque cidadão. Mas elas são implantadas de forma isolada, não tem articulação. Normalmente, quando se trata de pôr uma questão mais no nível municipal, aí tem o conselho (CMDR) municipal que reúne para decidir as políticas, caso do Pronaf regional.”

Segundo o Secretário da Agricultura no município, o principal objetivo dos projetos desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura e pela rede seria criar os incentivos para o pequeno agricultor conseguir se manter na sua atividade em condições ao menos dignas de vida.

“ – A gente tenta criar o incentivo ‘pro’ produtor se manter, sobreviver. A gente faz, todos os projetos da Secretaria são visando isso, o produtor conseguir se manter e sobreviver de alguma forma.”

Os instrumentos de apoio à agricultura familiar no município que estão à disposição dos agricultores familiares se dividem em dois grupos de uma forma geral: o primeiro refere-se àqueles que se destinam individualmente a cada produtor rural (como o crédito); e o segundo, àqueles que resultam numa melhoria coletiva, que se direciona à um grupo mais amplo ou a todos os produtores rurais do município ao mesmo tempo, podendo ser projetos exclusivos para agricultores familiares, ou não.

No primeiro grupo, o principal instrumento de política é o Pronaf, nas suas linhas crédito, investimento e custeio. A decisão de concessão ou não de crédito, nesse sentido, fica a cargo do CMDR que frisa que procura selecionar muito bem quem é agricultor familiar efetivamente e quem não seria, de forma que todos os nomes dos candidatos devem passar, antes de obter o crédito final, pelo crivo do conselho. Segundo o agrônomo da Emater

entrevistado, ao ser indagado a respeito do processo que leva à aprovação do crédito no município:

“ – Quando chega um produtor aqui e fala: ‘ – eu estou querendo entrar no Pronaf’. Os empréstimos que eles pegam têm juros baixos, 4%. Então é claro, tem muita gente que fica de olho, mesmo aqueles que não se enquadram no Pronaf como agricultores familiares. Então a gente procura selecionar bem esses produtores. Quando a gente vê que ele realmente se enquadra nesse grupo de agricultor familiar, a gente vai e dá a declaração de aptidão para ele. Mas se, por algum motivo a gente achar que está mentindo, a gente coloca o nome dele aqui e numa reunião do conselho, a gente coloca o nome dele para ser julgado. Quando a gente leva para o conselho, no conselho existe praticamente representantes de toda a região, todos os produtores. Pelo menos um ali no conselho conhecerá essa pessoa. Então, os conselheiros já sabem quais são as normas para se enquadrar no Pronaf, aí, ele mesmo diz se esse produtor pode ou não pode se enquadrar.”

Como política de crédito, o Pronaf é baseado na faixa de renda, na qual localiza-se o estabelecimento familiar que requer o crédito, bem como possui um processo burocrático, com a exigência de certas garantias, que muitas vezes ‘coibiriam’ certos produtores de tomar o empréstimo, principalmente aqueles pertencentes aos segmentos mais vulneráveis e detentores de menores níveis educacionais, como já foi destacado anteriormente nesse mesmo trabalho. Para esses segmentos das famílias rurais, que chegam a apresentar rendimentos negativos no documento da FAO/INCRA e que vivem praticamente da produção de subsistência (60%), não haveria a possibilidade de outra forma de apoio, a não ser as ações compensatórias estabelecidas pela Secretaria de Promoção Social (que figuram como benefícios centrais na reprodução econômica e social dessas famílias). Assim, segundo o Agrônomo da Emater, a única possibilidade de apoio a esses agricultores familiares que se encontram nas menores faixas de renda no município (e que vivem apenas da produção de autoconsumo) seria o crédito, não havendo alternativa caso o agricultor não se encaixe no grupo do Pronaf que corresponde à menor faixa de rendimentos (R\$ 2.000 a R\$ 14.000,00). Abaixo, reproduzimos a resposta do agrônomo quando indagado se haveriam políticas específicas àqueles segmentos da agricultura familiar que vivem praticamente de subsistência, encontrando-se acentuadamente descapitalizados e excluídos do mercado:

“ – Os de subsistência, aqui tem sim. Não é a maioria, mas tem bastante, sei que tem. Normalmente, a gente tenta enquadrar eles num grupo de produtores menores, produtores familiares mas com renda entre R\$ 2.000,00 a R\$ 14.000,00. Então se um produtor ganha por mês na propriedade dele R\$ 300,00, ele se enquadra nessa faixa. Ele não pode pegar mais do que R\$ 3.000,00 em crédito. Se não encaixa...”

Além do Pronaf como forma de instrumento de crédito, o mesmo agrônomo da Emater cita a importância do Moeda Verde no município, na medida em que possibilitaria que o produtor convertesse a quantia tomada no Banco do Brasil por financiamento ou empréstimo em mercadorias. Segundo o agrônomo, isso seria muito importante no município na medida em que faria com que a dívida variasse de acordo com os preços da lavoura.

“ – Isso é muito importante ‘pro’ produtor porque garante para ele o preço, dá uma tranqüilidade, uma vez que ele sabe que, se na época de pagar, o preço estiver baixo, ele pagará menos também. Isso tem funcionado muito bem aqui em Pádua. É claro que é uma operação que o banco tem que fazer, ele tem que fazer os cálculos. A gente tem que ficar em cima do banco porque às vezes o banco não tem interesse, ou por ter um número reduzido de funcionários, ou por cair no esquecimento dos agentes do próprio banco que estão envolvidos no processo. Então a gente tem que ficar em cima do banco e alertar também o produtor para quando ele for lá, ele deve exigir essa diferença (que é paga pelo governo do Estado). Isso tem ajudado bastante a gente.”

Fora isso, há uma parceria entre a Prefeitura e o Sindicato Rural de Santo Antônio de Pádua que disponibilizaria no Sindicato um consultório médico e odontológico voltado para o atendimento dos pequenos produtores rurais.

No que concerne aos projetos coletivos, que são destinados a um conjunto de produtores ou à totalidade, eles normalmente se dão no âmbito, inicialmente do Pronaf Infra-estrutura e agora, no âmbito do plano territorial de desenvolvimento, e são negociados e implementados pela mesma rede. Esses projetos implicam que os diferentes elos dessa rede consigam desenhar um quadro onde as alianças superem os conflitos, o que muitas vezes pode se dar através de um ‘acordo’ tácito, onde são estabelecidas regras de distribuição dos recursos mais ou menos informais. É importante ressaltar que nessa situação, os conflitos ou as diferenças de interesses não são eliminados, apenas permanecem parcialmente ‘neutralizados’ durante aquela rodada de negociações.

▪ **Patrulha mecanizada**

A Secretaria de Agricultura possui uma patrulha mecanizada constituída por: 5 tratores, 4 arados, 2 retro-escavadeiras, 1 ensiladeira e 2 carretas, alguns adquiridos e outros reformados com as verbas do Pronaf Infra-estrutura.

O público a ser atendido é exclusivamente os agricultores familiares e os pescadores artesanais. Para ser atendido, o agricultor deve se cadastrar previamente na Sala do Agricultor Familiar, na Secretaria de Agricultura, que estabelecerá o cronograma de atendimento. O estabelecimento desse cronograma, por sua vez, depende de uma lista de prioridades, a seguir: olerícolas, cereais, cana/capineira, fruticultura e pastagens. Também é utilizado como critério de atendimento, a racionalidade de atendimento, em razão da localização das propriedades inscritas.

As máquinas e equipamentos ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e só poderão ser atendidos os agricultores cadastrados. Será cobrada uma taxa de R\$ 10,00 a hora do trator e R\$ 15,00 a hora da retro-escavadeira com o objetivo de manter a patrulha em funcionamento, bem como pagar o combustível e repor peças.

Segundo um dos membros do Sindicato Rural entrevistado, a patrulha mecanizada da Prefeitura seria extremamente importante no município. No entanto, mais adiante o entrevistado faz algumas ressalvas no que concerne à abrangência desse projeto, principalmente no que concerne aos agricultores familiares cuja propriedade tivesse as menores áreas. Segundo o produtor, não seriam todas as famílias de agricultores as beneficiadas, de forma que aqueles agricultores familiares com menores áreas e produções seriam os mais prejudicados.

“ – O maquinário da Prefeitura, alguns são do Pronaf, outros já tinham e foram reformados.. Os tratores ficam na Prefeitura, onde eles atendem quem eles querem, à hora que eles querem. Fica só aquele grupo que já tem um canal... Quem fica de fora, os mais prejudicados, na maioria das vezes, são os pequeninhos. Os pequenos porque eles têm pouco número de horas para fazer na propriedade. Eu tenho três horas para fazer na minha propriedade, meu vizinho tem 15 horas. Eles cobram por hora o valor do óleo, né? Então eles preferem fazer nos grandes, porque é mais rápido e depois a máquina fica num lugar só. Durante o dia, se for trabalhar para mim, fará três ou quatro propriedades no mesmo dia. Os menos atendidos são os pequeninhos, eles esperam...”

▪ **Unidade de informação, padronização, classificação, processamento e embalagem de frutas e legumes (Galpão do produtor rural)**

Localiza-se em Monte Alegre, no entanto, apesar de construída e já parcialmente montada, essa unidade ainda não se encontra em funcionamento. O principal objetivo é melhorar a produção agrícola e o escoamento da produção dos pequenos produtores, uma vez que eliminaria a intermediação comercial, além de possibilitar que os mesmos tenham valor agregado através do beneficiamento (classificação, padronização, processamento). Pretende também incentivar o beneficiamento dos produtos agrícolas pelos agricultores familiares, com agregação de valor, bem como estabelecer contato direto com redes de lojas, restaurantes e supermercados. Um agrônomo da Emater explica os objetivos finais do Galpão do produtor,

“ – O objetivo final dessa estrutura é que os produtores dali comercializem produtos aqui da região e agreguem valor. Ela ainda não está funcionando, faltam alguns detalhes. O objetivo é interessante. É pegar os produtos e já ter uma pessoa para gerenciar esse mercado e fazer contratos com rede de hotéis, redes de supermercados. É levar esses produtos beneficiados, embalados e padronizados, direto para eles (compradores), fazer entrega direta para mercados, redes de hotéis da região e até do Rio.”

No Galpão os produtores encontrarão: informações (via Internet) acerca da meteorologia e das áreas plantadas nas diversas regiões produtoras e cotações de preços de produtos e insumos; um espaço adequado para receber cursos de capacitação para produção, industrialização e comercialização; condições de conquistar novos mercados, aumentando pelo menos em 20% a sua rentabilidade através da padronização, classificação e embalagem; formas de fechar contratos de fornecimento para redes de lojas e supermercados, eliminando tradicionais intermediários, através de produtos identificados e com garantia de qualidade; e oportunidades para a instalação de agroindústrias e demonstrar a viabilidade da industrialização de significativas parcelas da produção, cuja classificação não permite a comercialização *in natura*.

Será cobrada uma taxa para a utilização do Galpão, com o objetivo de cobrir seus custos operacionais e garantir uma reserva para a sustentabilidade do mesmo. Os equipamentos foram adquiridos pelo Pronaf e a administração ficará a cargo da Aprumai, com o apoio e acompanhamento da Secretaria de Agricultura, em forma de condomínio, arcando com as despesas de preservação e manutenção das instalações.

- **Horto municipal**

Horto municipal contendo uma câmara de enraizamento, uma casa de vegetação e duas estufas. O horto é da Secretaria de Agricultura e produz mudas de olerícolas, citrus, eucalipto, árvores nativas e frutíferas em geral como objetivo de atender os produtores que não têm acesso a esse tipo de serviço. As mudas são vendidas a um preço bem menor do que aquele encontrado no mercado.

- **Estufa para produção de mudas de olerícolas em bandejas**

Estufa implantada junto ao Galpão do Produtor Rural, em Monte Alegre, para a produção de mudas olerícolas, com capacidade para produção de 110.000 mudas a cada 45 dias. Essa estufa permite a interiorização da produção de mudas (berinjela, quiabo, maxixe, repolho, abóbora, pepino etc.), assim como colabora na redução do uso do agrotóxico, na medida em que evita a produção de mudas em canteiros. Permite também o aumento da produtividade, bem como a diversificação e a programação da produção.

Figura 3.1 - Estufa



A Prefeitura atua nesse projeto com verbas do Pronaf Infra-estrutura e com parcerias com a Emater e a Aprumai. À Emater caberá a supervisão através de técnicos especializados e a promoção de cursos profissionalizantes em agricultura natural, horta ecológica escolar e multiplicação de plantas, e à Aprumai cabe a operacionalização da produção de mudas. A demanda estimada média é de 5.000 mudas de olerícolas por agricultor, o que corresponderia a 0,25 ha de área cultivada, de forma que será possível o atendimento de no mínimo 88 agricultores ao ano. As mudas também serão vendidas a um preço inferior ao de mercado.

- **Banco genético de frutíferas**

Ainda que o Horto Municipal se encontrasse bem estruturado para a produção de mudas, ele não dispunha de áreas adequadas à implantação de bancos de germoplasmas. Por outro lado, verificava-se no município, a demanda de vários agricultores familiares interessados na fruticultura, mas que tinham baixa capacidade de investimento e dificuldade na aquisição de mudas com potencial garantido.

Esse banco funciona através de unidades didáticas e demonstrativas a serem implantados em imóveis de agricultores familiares que firmaram um termo de compromisso com a Secretaria de Agricultura no qual se propuseram a: manter e preservar os equipamentos de irrigação; adquirir os insumos necessários; executar os tratos culturais, conforme recomendação técnica; e fornecer material genético para a multiplicação das variedades. O objetivo era implantar 1 ha de banana, 1 ha de pinha, 1 ha de figo, 1 ha de goiaba, 1 ha de graviola e 1 ha de manga para o fornecimento de material genético ao Horto Municipal para a multiplicação e a distribuição aos agricultores familiares. As mudas são vendidas a preços abaixo do mercado.

Nesse projeto, caberá à Emater e à Empresa de Pesquisa do Estado (Pesagro) o acompanhamento técnico, bem como a promoção de cursos profissionalizantes em fruticultura junto aos agricultores. Caberá à Prefeitura realizar a análise e preparo do solo, produção e transporte das mudas.

A maior parte dos produtores selecionados nesse projeto se concentravam nos distritos de Monte Alegre, Ibitiguaçu e Campelo.

▪ **Programa melhoramento genético e sanidade animal**

A pecuária leiteira constitui-se na principal atividade econômica do município e da região Noroeste, porém, como em toda a região, a maioria dos produtores de economia familiar possui baixíssima produtividade (abaixo de 1.000 l/vaca ordenada/ano) e, portanto, não possuem capacidade de investimento. O objetivo desse programa é propiciar a esses agricultores, tecnologias capazes de dar-lhes uma maior competitividade.

Tal programa é realizado entre a Prefeitura, a cooperativa, o ministério da agricultura, a Emater e os agricultores que serão beneficiados, para os quais caberá cumprir com as seguintes condições: seguir rigorosamente as recomendações técnicas, especialmente no tocante à sanidade, alimentação e manejo; arcar com o custo do sêmen utilizado em seu rebanho; e realizar o investimento necessário de forma a disponibilizar alimentação de melhor qualidade ao gado.

No ano 2000, o programa atendeu a pelo menos 240 agricultores. Atualmente eles não possuem nenhum tipo de trabalho de educação sanitária junto aos produtores.

▪ **Laboratório de patologia animal**

Encontra-se dentro do programa de melhoramento genético e sanidade animal. Foi concebido com recursos do Pronaf Infra-estrutura. Com o crescimento da incidência das enfermidades infecto-contagiosas como a Brucelose, a Tuberculose e a Mastite bovina, bem como das enfermidades parasitárias como as Verminoses, a Babesiose e a Anaplasmoze, que são um dos fatores limitantes à criação de bovinos, trazendo enormes prejuízos ao agricultor, o laboratório visa a fornecer aos pequenos produtores um melhor diagnóstico.

Com isso pretende-se alcançar um rigoroso controle das doenças que afetam o gado e que vêm crescendo no município. Suas instalações são completas e possuem equipamentos modernos, de forma a atender e orientar diretamente o pequeno produtor familiar do município no que se refere ao controle sanitário de seu gado através de um completo diagnóstico laboratorial. Pretende também realizar um levantamento da incidência das enfermidades no município, visando à profilaxia, o controle e a posterior erradicação dessas enfermidades com o objetivo de aumentar a oferta de produtos de origem animal de boa qualidade e de baixo risco para a saúde pública.

Os exames são cobrados também a um preço inferior dos similares encontrados no mercado. No entanto, o laboratório ainda não está em funcionamento devido à falta de alguns materiais. Segundo uma veterinária da Prefeitura entrevistada, em julho o Governo

Figura 3.2 – Laboratório de patologia animal



Federal impôs a realização de um curso de atualização por todos os membros que realizam esses exames laboratoriais. Ela, juntamente com o veterinário da Cooperativa, teriam feito o curso de atualização na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Instituto de Veterinária, só que ainda não estariam possibilitados a realizar os exames, pois junto com o curso houve a padronização e homogeneização do material utilizado nas análises e no campo, os quais o laboratório ainda não teria adquirido.

Segundo a veterinária eles teriam realizado uma parceria com a Cooperativa com o intuito de conseguirem que ela contribuísse com o valor faltante, o que até o momento não teria ocorrido.

▪ **Preservação do meio ambiente e desenvolvimento da piscicultura**

Os rendimentos obtidos, apesar da criação extensiva e sem tecnologia, têm despertado grande interesse entre os agricultores como fonte alternativa geradora de renda e melhoria da alimentação. Entretanto, a descapitalização dos agricultores familiares e a carência de máquinas para a construção de tanques têm impedido o desenvolvimento da piscicultura no município.

Figura 3.3 – Estação de piscicultura

Assim, a Prefeitura mantém uma estação de piscicultura para a produção de alevinos de espécies comerciais (tambaqui, carpa e tilápia) para distribuição de alevinos junto aos agricultores, e de espécies nativas (curimatam, surubim, piau) para repovoamento do Rio Pomba. Os alevinos são vendidos por um preço abaixo do mercado, com o objetivo de atender o produtor, mas também conseguir arcar com os custos que envolvem o projeto.



O projeto é realizado pela Secretaria de Agricultura em parceria com a Emater. A Emater fará uma avaliação técnica prévia, a secretaria auxilia na construção dos tanques para a engorda dos peixes e aos agricultores caberá arcar com as despesas de sistema de abastecimento e escoamento, bem como as despesas com a aplicação de corretivos nos tanques. Caberá a Emater a organização de cursos profissionalizantes em piscicultura.

▪ **Entreposto de Pescado (Usina de filetagem de tilápia)**

Esse projeto é desenvolvido no âmbito do Conselho Territorial de Desenvolvimento para o Noroeste, de modo que atenderá a todos os municípios hoje enquadrados nesse território. Segundo entrevistas, o município de Santo Antônio de Pádua teria sido escolhido porque teria sido o único município no qual o prefeito aceitara arcar com os custos de contrapartida que o projeto requeria. O projeto ainda não começou, eles ainda estão saindo da fase de planejamento.

A execução do projeto contaria com o apoio da Prefeitura, construindo o galpão e adquirindo os equipamentos necessários; da Emater, que realizará os cursos de capacitação técnica em piscicultura; pelo Sebrae que realizará a capacitação gerencial dos participantes do projeto; pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que realizará os cursos de boas práticas de fabricação; pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de

Janeiro, que fornecerá assistência técnica. Os cursos de capacitação técnica em piscicultura serão realizados pela Emater. Serão treze cursos no total, um em cada município da região, com quinze horas de duração cada, contendo os princípios básicos da piscicultura e técnicas de produção de tilápias em regime intensivo e semi-intensivo.

Será criada também uma Cooperativa dos Piscicultores do Noroeste Fluminense para participar do projeto e que envolverá todos os municípios constituintes. O conselho dessa cooperativa deverá ter, obrigatoriamente, uma representação da agricultura familiar de cada um dos municípios da região que tenha participado dos cursos de capacitação.

A usina de filetagem de tilápia estaria incluída num plano maior de desenvolvimento da cadeia de piscicultura, que contaria com a parceria de instituições públicas e privadas (Fundação Petrobrás e Frigocenter). O plano e a construção da cadeia de piscicultura visa a solucionar os principais problemas que a piscicultura enfrenta no município, a saber: o alto custo com que a ração chega no município, por ser importada de outros estados; a longa distância entre a região produtora e as unidades de beneficiamento já existentes (Paraíba do Sul, Cachoeiras de Macacu e Piraf); e a inexistência de logística de distribuição e falta de articulação com o mercado varejista.

Para isso, a Prefeitura já teria realizado articulações e firmado parcerias com: Fundação Petrobrás, que financiará uma fábrica de ração para peixes a ser instalada no município de Miracema; e com a Frigocenter, distribuidora de carnes, embutidos e pescados, que formalizou o interesse na representação de toda a produção de pescado de água doce da região. Sendo assim, o principal objetivo da implantação do entreposto seria proporcionar a abertura de novos mercados na região e possibilidades de agregação de valor aos produtos locais, com a finalidade de incrementar a renda de agricultores familiares e pescadores artesanais, bem como estimular a entrada de novas unidades familiares na atividade.

▪ **Galpão para confinamento de ovinos e caprinos**

A Secretaria da Agricultura, em parceria com o Sebrae e com o Núcleo de Ovinos e Caprinos da região Noroeste estavam prestes a inaugurar um galpão de confinamento para esses animais (ovinos e caprinos) que fica localizado em frente à Secretaria de Agricultura de Pádua, ao lado do Parque de Exposições.

No princípio, o galpão funcionaria com preços diferenciados (mais baixos) para aqueles criadores que pertencessem ao Núcleo de Produtores da Região. É importante lembrar que essa iniciativa não é destinada exclusivamente aos agricultores familiares, uma vez que existem proprietários maiores no núcleo de produtores. Esses pagariam pela engorda e confinamento dos animais até o momento do abate, sendo que a comercialização poderá vir a ser realizada dentro do Núcleo ou não. Até o momento, não havia ações quanto ao transporte dos animais da propriedade até o galpão, no entanto, o Secretário da Agricultura pensava em futuramente disponibilizar um caminhão para isso. Há o planejamento de no futuro se construir um abatedouro no município de Monte Alegre.

▪ **Plano de certificar o arroz da região como orgânico**

Segundo entrevistas realizadas na região, a produção de arroz teria sido muito sacrificada nos últimos tempos, principalmente como reflexo da competição do arroz importado, que chega ao mercado com preços extremamente baixos e impossibilita a produção mercantil do produto em Santo Antônio de Pádua.

Como a região é extremamente favorável ao cultivo de arroz, a Emater e o Sebrae estudam a possibilidade de criar uma certificação para o arroz que ateste sua qualidade. Segundo entrevistas, o arroz da região teria uma boa qualidade porque seria produzido sem levar nenhum produto químico (bem próximo ao arroz orgânico). Além disso, a água que irrigaria esse mesmo arroz seria de boa qualidade, o que poderia lhe atestar uma qualidade superior àquela exigida pelo arroz orgânico. O objetivo é estudar a possibilidade de certificação desse arroz da região como arroz orgânico com o objetivo de tornar a produção mais lucrativa e alcançar uma maior valorização do produto da região nos mercados consumidores.

▪ **Programa de fomento à agricultura orgânica**

Esse projeto é articulado pelo Sebrae em parceria com as Prefeituras de Santo Antônio de Pádua, Porciúncula, Varre-Sai e Miracema. A função da Prefeitura nessa parceria é identificar os produtores de orgânicos ou que se interessam por essa técnica de produção e indicá-los, de modo que sejam beneficiados com o projeto, cujas ações envolvidas são: capacitação, fornecimento de assistência técnica e até certificação desses produtos como orgânicos.

O Sebrae que viabilizará e custeará essas ações de capacitação e certificação. A Prefeitura de cada município, por sua vez, deverá disponibilizar um técnico que será capacitado e acompanhará a implantação do projeto no município, de forma que ele forneça a assistência técnica para os produtores inseridos.

▪ **Agrovila de Santo Antônio de Pádua**

Talvez seja o projeto que mais se aproxime de uma ação voltada para as famílias rurais, bem como seja um dos que mais procure articular diferentes ações, evitando a visão tradicional (setorial) comumente empregada em iniciativas que se voltam para a agricultura familiar.

Numa das comunidades rurais de Santo Antônio de Pádua existia um núcleo de trabalhadores rurais (17 famílias), funcionários de uma antiga fábrica de aguardente fechada já há alguns anos, que viviam em condições sub-humanas (regime de quase escravidão). As famílias se amontoavam em pequenas habitações, sem água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Esses trabalhadores sobreviviam em condições abaixo da linha de pobreza e garantiam sua subsistência com a realização de trabalhos braçais esporádicos em locais distantes de suas residências.

Com o objetivo de resgatar a cidadania dessas famílias, a Prefeitura Municipal adquiriu uma área rural com aproximadamente 5 ha e, em parceria com a Caixa Econômica Federal, construiu uma agrovila com dezessete novas residências, todas com abastecimento de água e energia elétrica e esgotamento sanitário e tratamento do esgoto. Além disso, as famílias possuem infra-estrutura para produção de frutas e hortaliças e uma área de 4 ha voltados para a produção de todas as famílias em regime de associativismo.

Através de uma parceria do Sebrae (junto com o programa de orgânicos explicado acima) e a Emater, o município fornece a esses pequenos produtores instalados na agrovila, capacitação em práticas de associativismo, técnicas de produção orgânica,

empreendedorismo, oficinas de artesanato (principalmente com as crianças e as mulheres), gestão e comercialização, além de uma assistência técnica permanente por um engenheiro agrônomo e uma assistente social.

▪ Feira de pequenos produtores

Como vimos, a comercialização no município de principais produtos agrícolas fica a cargo de intermediários mercantis, que acabam se apropriando da maior parte dos lucros obtidos com a venda dos produtos agrícolas. Nesse processo, os pequenos produtores ficam, muitas vezes, excluídos da comercialização ou incapacitados para recorrer a formas alternativas de escoamento de suas produções, que geralmente não possuem escala. Atualmente, esses produtores vendem seus produtos num posto de gasolina localizado na entrada do distrito de Monte Alegre.

Com o objetivo de criar uma alternativa para a comercialização da produção dos pequenos produtores, há no município um plano de se criar uma feira voltada para atender à pequena produção local. Essa feira funcionaria uma vez por semana, no Parque de Exposições, localizado em frente à Secretaria de Agricultura do município. Seus objetivos principais seriam oferecer uma alternativa de comercialização para os pequenos agricultores, estimular a diversificação da agricultura familiar e valorizar os seus produtos, que atualmente não são reconhecidos pela maioria da população de Santo Antônio de Pádua. Segundo o Secretário da Agricultura,

“ – A criação dessa feira é uma forma de valorizar o produtor (pequeno) e o produto deles. Acho que o produtor aqui é capaz de produzir, mas é incapaz de comercializar, não por causa dele, mas pela situação, a forma como as coisas funcionam. Eles se vêem presos: ‘ – Vou produzir e vou colocar aonde?’. A feira será essencial para o pequeno produtor de Pádua.”

A análise da maioria desses projetos (suas orientações, atores sociais envolvidos e sua priorização de demandas) parece nos indicar uma priorização das atividades mercantis, especialmente dos setores agropecuários (com uma visão setorial) e um menor contemplação das demais atividades rurais que possam existir (atividades não agrícolas) dentro de uma concepção mais ampla de desenvolvimento rural. Por outro lado, ficam parcialmente atendidas, ou atendidas indiretamente, as demais dimensões do meio rural que ultrapassam a sua dimensão produtiva como seus efeitos sobre o meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida dessas populações (incentivo à produção para autoconsumo, atendimento aos segmentos que produzem menos), a manutenção do tecido cultural e social das comunidades rurais (contemplação de aspectos culturais e sociais, ligados à identidade social desses agricultores familiares) entre outros.

Levantamos aqui também até que ponto esses projetos conseguem realmente alcançar aquelas camadas dos agricultores familiares do município que se encontram em situações mais vulneráveis ou em que grau são capazes de refletir a diversidade da agricultura familiar do município em suas diretrizes.

De um modo geral, o que as entrevistas parecem nos sugerir é que o Pronaf, especialmente em sua modalidade Infra-estrutura, teve como principal reflexo o desencadeamento no município, mesmo que de forma incipiente e parcial, de dinâmicas de planejamento e de elaboração de instrumentos de apoio à agricultura, contendo um mínimo

de discussão e participação dos agricultores. No entanto, não se pode afirmar ainda, que essas discussões contemplem em representatividade, todos os segmentos da agricultura familiar de Santo Antônio de Pádua.

Por outro lado, tendo em vista que os agricultores do município não possuem uma ‘tradição’ em organização social e criação de formas de representatividade o que dificulta a sua participação nos processos de tomadas de decisão no município (ou que não possuam a qualificação necessária para isso), chama atenção em que medida a consolidação e espacialização dessa rede poderá contribuir para o fortalecimento da sociedade civil local. Destaca-se aqui até que ponto essa maior articulação em torno da agricultura familiar no município será capaz de reforçar e incentivar a formação de laços de reciprocidade e de cooperação entre os pequenos agricultores locais que venham a facilitar os processos de inovação e de aprendizado e que incentivem a organização desses agricultores em torno de instituições (formais ou informais) representativas que, por sua vez, possibilitem a sua participação em processos decisórios (Fox, 1996; Durston, 1999). O que a maioria das entrevistas parece demonstrar é que essa ‘tarefa’ anda longe de ser concretizada, principalmente, ao se esbarrar no desânimo ‘geral’ dos pequenos produtores frente às perspectivas das atividades agrícolas. Segundo o Secretário da Agricultura no município, ao ser indagado a respeito de como se dá a implementação dos mecanismos de política agrícola e rural no município

“ – O governo tenta de alguma forma efetivar e fazer com que o produtor seja beneficiado de alguma forma pela subsistência dele, até para evitar esse êxodo. Mas o produtor, se você acompanhar de perto, vê que ele anda desacreditado, apesar de não abrirem mão do que eles já têm. Você vê que a maioria deles está desacreditada. As decepções são muito grandes, algumas políticas fazem com que eles fiquem assim. É muito difícil, sendo poder público, você chegar para o produtor e levar política para eles de melhoria. O produtor já te olha meio desconfiado, o ‘cara’ já está calejado de apanhar. Hoje está até difícil de se inserir no meio deles, justamente por causa desse receio que o produtor tem. Mas ele vê até aonde a gente pode ajudar, até mesmo pela estrutura que a gente tem. Mesmo em termos de atendimento, não vejo muito problema, não. Não é o ideal, mas eles acham que a gente está fazendo alguma coisa para tentar melhorar.”

A própria forma de gênese dessas associações, na sua maioria constituídas a partir da elaboração dos próprios projetos do Pronaf Infra-estrutura (como a Aprumai que surge junto com o Galpão do Produtor Rural), acabam determinando que essa dinâmica se dê de forma inversa, onde as representações são originadas pelos projetos a serem implantados, e não o contrário, onde as representações dos agricultores participam da escolha e da elaboração do projeto a ser financiado.

Logo, nota-se que da mesma forma que os grandes proprietários (minorias) de Santo Antônio de Pádua não foram os principais beneficiados pelos projetos implantados pela rede, o mesmo pode-se dizer da maioria dos agricultores empobrecidos do município. Nesse grupo encontram-se aqueles que são obrigados a vender sua mão-de-obra, especialmente sob o regime de parceria e aqueles que também possuem restrições no acesso à terra, geralmente, tendo propriedades extremamente pequenas e vivendo praticamente da produção de subsistência. Esses segmentos, além de não estarem beneficiados em quase nenhum projeto (com exceção da Agrovila), seguem sem representação nas principais

estâncias de discussão e definição das estratégias e projetos de apoio à agricultura familiar, a rede, o CMDR e o CTNF. Como na declaração de um membro do Sindicato Rural de Santo Antônio de Pádua quando é interrogado a respeito da importância dada aos pequenos produtores do município,

“ - Eu acho que o papel do pequeno (produtor) atualmente é nenhum. Eles estão abandonados... não tem ninguém olhando para eles. Infelizmente, eles não são visíveis por ninguém.”

Nessa direção, a própria forma através da qual se operacionalizam os principais projetos de apoio à agricultura familiar que se dão no município, com forte ênfase ‘produtiva’ acabam reforçando a exclusão desses segmentos mais vulneráveis da agricultura familiar de Santo Antônio de Pádua. Seus instrumentos, geralmente baseados no crédito (e que requer um mínimo de produtividade e terra onde se realizar o cultivo) ou no estímulo isolado a algumas ‘produções’, voltadas exclusivamente para determinados produtos ou lavouras (olerícolas, piscicultura, ovino e caprinos) não são capazes de incluir em seu universo a maioria das famílias que vivem de subsistência ou que não possuem acesso a terra no município. O atendimento a esses segmentos, portanto, ficaria isolado no âmbito de atuação da Secretaria de Promoção Social, através de políticas como o bolsa-escola e o cheque cidadão.

Os requisitos para se obter avanços nessa direção parecem se localizar, inicialmente, na revisão da ênfase produtiva (na agricultura familiar como produtora de bens mercantis), de forma a voltar os projetos para as unidades familiares rurais, como um todo, e não apenas para aquelas que ainda conseguem se inserir no mercado de produtos agrícolas. Na maioria dos casos, são justamente as famílias rurais que não conseguem se inserir (dificuldade no acesso à terra, baixa produtividade), as que mais precisam de apoio no sentido de romper com os limites da pobreza.

Isso traz a necessidade de se repensar, logo, os instrumentos de apoio às famílias rurais de forma que ações públicas (governamentais ou não) de apoio a essas famílias não se restrinjam àquelas que, apesar de encontrando dificuldades, já estão inseridas no mercado, voltando-se também para aquelas que, por algum motivo, não conseguem se inserir. Cabe ressaltar aqui que o apoio às famílias mais vulneráveis não exclui a necessidade de fomento à produção das famílias que já estão inseridas no mercado.

A própria revisão desses instrumentos de apoio requer, por outro lado, que sejam ampliados os papéis atribuídos às famílias rurais ‘para além da produção’ (Carneiro & Maluf, 2003) de forma que sejam reconhecidas e ‘recompensadas’ pela importância que adquirem ao se pensar a segurança alimentar do município, a manutenção da paisagem rural, a manutenção dos tecidos sociais e culturais, a preservação do meio ambiente, entre outros, elementos centrais numa abordagem ampliada do desenvolvimento rural que não o resume ao crescimento econômico. Cabe aqui destacar que o reconhecimento desses papéis, muitas vezes, já se dá na retórica das principais lideranças municipais.

A melhor ‘visibilidade’ das relações sociais travadas do território, bem como o redesenho de formas de apoio a essas famílias que se encontram à parte do mercado local, possibilita a operacionalização de estratégias que busquem reverter a situação de dominação em que essas famílias se encontram na estrutura de poder local, favorecendo o rompimento com mecanismos de dominação que obstaculizam o desenvolvimento local (Antunes & Romano, 2002). Nesse sentido, o ‘empoderamento’ dessas famílias ganharia um caráter

mais político, no sentido de dotá-las de mecanismos que possibilitem o rompimento com sua situação de pobreza e não compensatório (como tem sido encarado na maior parte das ações implementadas), em que os agentes públicos (sejam governamentais ou não) são responsáveis ativos pela ‘dotação’ desses segmentos socialmente ‘excluídos’ através de mecanismos compensatórios.

Por outro lado, cresce a importância de que se faça o diálogo entre os diferentes projetos desenvolvidos, bem como a articulação entre diferentes ações de um mesmo projeto. Muitas vezes, será a articulação desses diferentes projetos que possibilitarão impulsionar a dinâmica das áreas rurais, ampliando a escala dos resultados obtidos. Como um exemplo, podemos citar a articulação de alguns projetos voltados para as famílias mais pobres como as ações operacionalizadas pela Secretaria de Promoção Social, que se constituem a principal renda monetária de muitas famílias rurais no município. Isso não é percebido nas iniciativas atuais da rede de forma que, muitas vezes, o resultado a ser obtido com um projeto fica comprometido pela deficiência de implantação de um outro, ou de uma outra linha do mesmo projeto. Um pequeno produtor da Agrovila nos dá uma boa demonstração de como isso pode acontecer,

“ - Aqui, falta mais agilidade. Um exemplo, a gente já está com a terra preparada (Agrovila), mas precisamos de mudas. Se as mudas já tivessem chegado, há uns dois meses atrás, a gente já tinha dado um bom passo à frente e até aproveitaria o tempo, pois já teríamos plantado feijão. Agora, a época do feijão já passou. Quem planta colhe mais cedo. Se a gente já tivesse plantando, já estaria adiantando as coisas. As pessoas até desanimam porque as coisas ficam apenas no papel. É demorado demais.”

E, por fim, destacamos a possibilidade da contratualização das relações entre os programas e as famílias rurais como um instrumento vantajoso na aplicação de instrumentos mais articulados e cujo enfoque ultrapasse a ênfase produtiva dessas mesmas famílias. O estabelecimento de ‘contratos’ poderia funcionar como uma forma transparente e mais participativa de definir, implementar e monitorar os compromissos recíprocos entre os Estado e as famílias rurais, bem como seria uma forma mais ‘clara’ de utilização de recursos públicos.

O mesmo instrumento já teria sido utilizado no município quando houve o estabelecimento do projeto de Banco Genético de Frutíferas. No entanto, o contrato aqui se resumia aos acordos referentes a aspectos qualitativos e quantitativos da produção de mudas estabelecida. A idéia levantada nesse texto seria uma forma ampliada desse instrumento, de maneira a contemplar diferentes projetos e diferentes formas de apoio às famílias rurais, sob o enfoque do desenvolvimento territorial, contribuindo para a passagem de ações setoriais para outras pautadas na família rural como unidade social. As contribuições dessas famílias rurais no processo de desenvolvimento do território em questão, dessa forma, seriam ampliadas, ultrapassando as referentes à sua produção mercantil e ressaltando seus papéis como unidade social constituinte e formadora do território, através das relações sociais que trava e que se refletem diretamente na cultura e identidade local, no meio ambiente e na paisagem, na segurança alimentar.

As bases para formulação desse contrato social ligando as famílias rurais e os agricultores à sociedade, intermediadas pelo Estado que aplicaria e fiscalizaria o seu cumprimento, seriam dadas pelas demandas atuais da sociedade brasileira em relação à

agricultura e ao mundo rural, bem como pelas demandas dos agricultores familiares. Nesse sentido, se o desenvolvimento é tido como a ampliação generalizada das condições de vida dos cidadãos brasileiros, estando eles no campo ou nos grandes centros urbanos, caberia uma investigação mais detalhada a respeito das ‘contribuições’ do desenvolvimento rural nesse processo, através de mecanismos de participação democrática. Mas isso foge do escopo desse trabalho, que se tornaria por demais longo. De início, o que se pode afirmar é que se o assunto é desenvolvimento, questões como maior equidade social, êxodo rural, segurança alimentar, meio ambiente e redução da pobreza, especialmente a pobreza rural, terão que ser enfrentadas. E isso já é um bom começo para ir se pensando.

Por fim, a análise dos projetos implementados pela rede no município parece nos indicar já a incorporação, ainda que indireta, fragmentada e parcial de elementos da multifuncionalidade da agricultura. Esses elementos funcionam ‘quase sempre’ como objetivos acessórios do núcleo central dos respectivos projetos (Maluf, 2005). Nesse sentido, observa-se a intenção do estímulo à diversificação da produção, ao melhoramento da qualidade da alimentação da população de Santo Antônio de Pádua e das próprias famílias de agricultores e às preocupações ambientais, através do repovoamento dos rios e da redução no uso de agrotóxicos. Figuram também entre as principais preocupações, o estímulo à implementação de projetos de agregação de valor através da agroindustrialização, bem como a diferenciação dos produtos (orgânicos, artesanato, beneficiamento, classificação, padronização).

Posto isso e tendo em mente as múltiplas contribuições que a agricultura familiar, vista sob o enfoque da multifuncionalidade poderiam representar no desenho de estratégias de desenvolvimento rural, pautadas na óptica territorial, partiremos para uma breve explanação das principais visões e formas de valorização das lideranças locais em torno da agricultura familiar e seu lugar nas estratégias de desenvolvimento do município.

3.3 - As Visões das Lideranças Locais

No que se refere às percepções das lideranças locais em relação à agricultura e aos seus ‘papéis’ no município a agricultura sempre é vista como base da economia local seja pela sua importância produtiva, seja pelos seus aportes financeiros indiretos, em especial os recursos injetados no comércio do município pelos agricultores. Citaremos aqui algumas dessas visões, com o objetivo de exemplificar a forma pela qual essas lideranças reconhecem o papel da agricultura.

O membro do Núcleo de Ovinos e Caprinos da Região Noroeste explicita a questão da renda, chamando atenção para a ‘função’ da agricultura como geradora de empregos e sugerindo a participação da agropecuária na paisagem local. De acordo com o pequeno produtor ao ser interrogado a respeito de qual seria o papel efetivamente ocupado pela agricultura no município:

“ – Com relação à renda eu acho que a agricultura deve ser muito expressiva aqui no município, ela gera renda através dos empregos que proporciona e... aquela coisa toda... o nosso município tem uma característica agropecuária. Com certeza ela deve ser expressiva. Nós temos uma cooperativa de leite, a gente tem uma grande preocupação com ela... Geração de emprego: a pecuária preocupa porque ela gera menos emprego, principalmente a pecuária de corte. Em contrapartida, a nossa pecuária é de leite, que gera um pouco mais de ocupações.”

Um dos representantes da Aprumai, por sua vez, destaca as contribuições da agricultura na manutenção do homem no campo, evitando o êxodo rural e o inchaço dos grandes centros. Resposta dada pelo produtor quando indagado a respeito da importância e do papel da agricultura no município:

“ – Eu vejo a agricultura, eu, semi-analfabeto, eu vejo a agricultura como a mola-mestre de tudo. Se você tiver uma agricultura forte, tiver apoio lá no homem do campo, você evita que os filhos vão para a cidade e virem bandidos lá, ou mesmo que se tornem vítimas desses bandidos. Então, eu acho que a agricultura é a mola de tudo.”

A referência da agricultura em assegurar a segurança alimentar (da sociedade e das próprias famílias) é recorrente em quase todas as entrevistas. A importância dada à produção de alimentos aparece bem retratada na declaração do membro da Cooperativa Agropecuária entrevistado, num discurso que fez ainda na década de 1960, o qual releu no momento em que foi realizada a entrevista.

“ – (...) No entanto senhores ministros, nós somos abandonados à própria sorte. O Governo não nos olha com bons olhos. Do que valem as forças armadas se não fossem os homens do campo produzindo aqui dentro? Sem alimentos, vocês, Forças Armadas, não valem de nada. E nós somos abandonados à própria sorte.”

No que concerne à agricultura como mantenedora do meio ambiente e da paisagem, a maioria das entrevistas reconhece conflitos entre o modelo atual de agricultura existente no município, pautado em monocultura e na utilização excessiva de agrotóxicos, e o meio ambiente. No entanto, todos são unânimes em afirmar que existem e crêem na possibilidade de uma agricultura compatível e que ajude o meio ambiente. A maioria cita modelos agroecológicos, a ajuda por parte do governo (nem que seja na redução de impostos), novas técnicas como a agricultura orgânica, bem como um melhor trabalho de conscientização junto aos produtores. Segundo um integrante da Aprumai entrevistado, quando indagado se a agricultura do município vinha cumprindo a função de mantenedora do meio ambiente, em sua opinião:

“ – Há muito conflito entre as práticas agrícolas e o meio ambiente. Eu acho que os orgânicos são uma boa opção para resolver isso. Para ajudar o meio ambiente. Eu já mexo com orgânicos. Antigamente eu plantava com agrotóxicos.”

O agrônomo da Emater, por sua vez, destaca que se os agricultores recebessem incentivos para plantar árvores, nem que fosse através de créditos mais baixos, como no mecanismo do Pronaf, eles estariam fazendo bem mais pelo meio ambiente. Segundo o agrônomo,

“ – Se o produtor recebesse um incentivo... Eu acho que sim, acho que ele deveria receber alguma forma de incentivo, da mesma forma que está recebendo do Pronaf para plantar, ele deveria receber para plantar árvores. Vai melhorar a propriedade dele, ela vai voltar a ter mais árvores. Só que isso, hoje, não dá lucro para ele de imediato. Então, como é que ele, que já ganha pouco, vai investir nisso? Então aí, ele

investe em outra coisa, nas atividades normais dele. Isso seria uma medida interessante.”

É grande também a importância dada aos pequenos produtores no município. O Secretário da Agricultura no município destaca a participação econômica desses pequenos agricultores de base familiar, principalmente no que diz respeito à geração de empregos. No entanto, o Secretário destaca também o papel desempenhado por esses mesmos agricultores na manutenção do tecido social e cultural das áreas rurais, dando forte ênfase para a tradição desses pequenos produtores.

“ – Os pequenos têm importância social e econômica. São geradores de emprego. Porque se você for fazer um levantamento a fundo, você verá que no município, a maior geradora de empregos é a ocupação enquanto produtor rural. A importância social é a preservação do meio deles. Dentro das possibilidades, bem ruins, eles ainda vêm conseguindo cumprir o seu papel. A maioria deles ainda segue com a vontade de manter a tradição.”

Outro aspecto bastante citado como papel dos pequenos produtores, diz respeito à união. No entanto, visto à situação da agricultura no município, a maioria dos entrevistados afirma que os pequenos produtores não vêm conseguindo desempenhar seu papel. Segundo o membro do Núcleo de Ovinos e Caprinos, quando indagado sobre o papel do pequeno produtor na economia municipal, em sua opinião:

“ – Eles são muito importantes, mas são como o elefante, não sabem a força que eles têm. Porque se você pega o município de Pádua, 80% do Noroeste se não me engano, são considerados agricultores familiares. Transforma isso em Pádua, eu acredito que não deve fugir muito disso, não. Então, quer dizer, a população rural, o pequeno produtor, eu acho muito desestruturada. Eles são muito desunidos, descrentes de um e de outro. A gente vê exemplos de coisas que os agricultores daqui fazem que são típicas de falta de cultura de cooperativismo. Falta ação de trabalharem grupo.”

O agrônomo da Emater corrobora com essa opinião e destaca que, muitas vezes, isso é acentuado com a falta de estudos nas áreas rurais. Quando indagado a respeito das razões das principais dificuldades que a agricultura vem enfrentando em seu município e que a impossibilitam, muitas vezes de cumprir os seus papéis, o produtor diz

“ – O papel dos pequenos é esse, se unir. E ele não vem sendo cumprido. Agora, houve o fim de uma associação porque eles mesmos não se entendem entre si. A gente busca e trabalha para fazer eles se unirem, mas é difícil porque cada um pensa de um jeito. A escolaridade é baixa, normalmente até o quinto, quarto grau.”

Um pequeno produtor associado à Aprumai, acredita que os agricultores familiares não vêm conseguindo cumprir com seu papel devido à falta de apoio e incentivo por parte, principalmente, do governo.

“ – O papel é evitar a superpopulação nas capitais e gerar renda para o município. Mas os pequenos produtores não têm conseguido alcançar seus objetivos porque falta apoio financeiro e assistência técnica.”

Muitas vezes, o papel dos agricultores, bem como a importância da agricultura no município aparece nuançada, principalmente quando eles se referem à possibilidade de continuidade na atividade agrícola, progressivamente ameaçada pelas dificuldades econômicas enfrentadas. Assim, muitos agricultores reconhecem a importância da agricultura familiar, mas manifestam o desejo de que seus filhos não permaneçam na atividade. Como podemos perceber na fala do Secretário da Agricultura,

“ – Os jovens saem pela vida e pelo sofrimento, pela forma difícil de sobreviver no meio rural. Mas não apenas os jovens, mas os agricultores mesmo, os pais estão incentivando os filhos a buscarem outros ares, a estudarem. Aham que a agricultura vai dar uma condição de vida ruim. O próprio pai incentiva os jovens a saírem.”

No entanto, quando indagados a respeito de como esses mesmos agricultores familiares são vistos pela sociedade, incluindo aí os habitantes das áreas urbanas, a maioria dos entrevistados não demonstra otimismo. A maioria das declarações revela um sentimento de baixo reconhecimento, inclusive dentro do município. Segundo o Secretário da Agricultura,

“ – A população urbana daqui não acordou para a importância da agricultura no município. Você vê isso pelos próprios hábitos da população, dos alimentos que ela consome. Se a população valorizasse o produto da região, com certeza seria melhor. Isso não acontece. Você vê pela feira, mas não é só a feira, você vai em qualquer supermercado aqui em Pádua e todos os produtos que são vendidos ali são produtos da Ceasa. E o produtor, para inserir o produto dele ali, é uma dificuldade. Os caras pagam o que eles querem, eles usam do poder de barganha deles. ‘ – Ah, não, vou lá no Rio e compro isso baratinho...’. Ele não vê o lado da qualidade do produto, mas da quantidade e do lucro que ele pode ter.”

Como consequente, os próprios agricultores se sentem desvalorizados e desanimados, o que contribuiria ainda mais para o pessimismo e a falta de expectativas no meio rural. Essa é a declaração obtida junto a um pequeno produtor membro da Aprumai,

“ – Eu acho que a população, em geral, não dá valor à agricultura. E o próprio agricultor, aí, também não. Ele não se valoriza. O Governo, por sua vez, dá muito pouco valor. Também os pequenos, ninguém valoriza. Tem meia dúzia aí que ainda se valorizam. Você um produtor, ele chega num banco, entra todo humilde. E ele vai pegar um dinheiro lá que o Governo deixou ali para ele. Está destinado a ele.”

E, por fim, todos os entrevistados concordaram com a necessidade de que o Governo ajude e apóie os pequenos produtores para que eles continuem exercendo seus ‘papéis’ na sociedade. A única coisa que variava, de entrevista para entrevista, era qual o papel a ser enfatizado.

Destacamos aqui a declaração do vereador entrevistado e ligado ao setor de rochas. O que mais chamou a atenção nessa entrevista foi o fato do entrevistado não ser produtor rural, não ser morador das áreas rurais e não ser também ligado a entidades locais representativas de agricultores. Além disso, destacamos em sua declaração a ênfase dada à produção de bens públicos (e não diretamente mercantis) pela prática agrícola.

“ – No caso de desmatamento e meio ambiente, tem os proprietários que herdam a propriedade e que têm uma área cheia de mato. Eles não podem mexer no mato por causa da legislação. Eu acho um absurdo esses pequenos proprietários assumirem a responsabilidade e esse prejuízo sozinhos. Se todos nós queremos respirar e queremos o ar puro, eu acho que todos nós temos que pagar e o Governo tem que repassar isso pro proprietário. De alguma forma, não sei como e não tenho meios para dizer como isso pode ser feito. Sei lá, isentar ele. Ver a quantidade de mato e isentar ele de impostos, dando incentivos para que esse pessoal não pague sozinho uma coisa que todos nós vamos usar.”

Sendo assim, a análise dos discursos da maioria das lideranças locais caminha no sentido de indicar uma incorporação fragmentada e parcial de alguns elementos priorizados pela óptica da multifuncionalidade na agricultura. Esses elementos aparecem principalmente sob a forma de preocupações ambientais, aspectos produtivos (no sentido de viabilizar a produção para o mercado dos agricultores familiares através de uma política creditícia ou agrícola) e preocupações sociais, especialmente aquelas relacionadas ao êxodo rural e à manutenção do tecido cultural das comunidades rurais. Se essa mudança na óptica através da qual se olhar para a agricultura, e em especial para a agricultura familiar, indica uma mudança real na forma de se valorizar a agricultura ou se consubstancia num novo aparato retórico tomado pelas lideranças locais com o intuito de ‘mudar para que tudo permaneça igual’ ainda é cedo para afirmar.

3.4 – Mudança Efetiva ou ‘Transformar para que Tudo Permaneça Igual’?

Como foi visto, nas últimas décadas do Século XX, o Estado brasileiro sofreu um processo de descentralização de seus instrumentos de política e de fortalecimento progressivo das instâncias locais que no município de Santo Antônio de Pádua culminaram na criação do CMDR e, mais atualmente, do CTNF. Nessa mesma época, nota-se no município a formação de uma rede em torno da agricultura familiar que atualmente funciona como principal gestora e implementadora dos projetos voltados para a agricultura familiar no município.

No entanto, ainda é precipitado afirmar que essa maior autonomia das esferas locais na implementação de instrumentos de política, venha representando uma ampliação concomitante dos processos democráticos em torno dos processos decisórios. Assim, a análise dos principais projetos implementados por essa mesma rede, nos demonstra que atualmente ela não vem conseguindo representar em seus interesses todos os segmentos da agricultura familiar do município, bem como não vem conseguindo contemplá-los em suas ações implementadas para o desenvolvimento rural. Ainda são expressivos, os segmentos que se mantêm excluídos de suas benesses, especialmente, aqueles mais vulneráveis, que possuem menores propriedades (ou que não possuem acesso a terra) e que apresentam menores escalas de produção agrícola e seus projetos não se encontram articulados em torno de uma visão integradora do território em questão, apresentando uma dinâmica pautada essencialmente na apresentação de soluções para problemas setoriais e pontuais.

Nesse sentido, destacamos que a introdução da óptica da multifuncionalidade da agricultura e através da ampliação dos seus ‘papéis’ no desenvolvimento rural só contribuiriam para a execução de um projeto coletivo e de estratégias de desenvolvimento que se aproximassem mais do enfoque territorial e que se pautassem em princípios de equidade e inclusão social.

Por fim, a análise dos projetos implementados pela rede no município parece nos indicar que já há a incorporação, ainda que indireta, fragmentada e parcial de elementos da multifuncionalidade da agricultura, que funcionam (normalmente) como objetivos acessórios do núcleo central dos respectivos projetos. Em seguida delineamos uma análise das visões das principais lideranças locais em torno da agricultura familiar e de suas relações com a dinâmica de desenvolvimento local no município. As entrevistas apontam que grande parte dos discursos já incorpora, seja por simples retórica seja por uma efetiva mudança de postura frente aos conflitos que envolvem as relações campo-cidade no município, alguns elementos presentes na óptica da multifuncionalidade. Se essa mudança indica uma tendência à uma transformação real ou se trata-se apenas de um novo discurso com o intuito de ‘mudar para que tudo permaneça igual’ ainda é cedo para afirmar.

CONCLUSÕES

O Estado do Rio de Janeiro apresentou um modelo de desenvolvimento ao longo do seu processo de formação histórica que constituiu em ‘se desenvolver para desenvolver o país’. O resultado mais direto desse modelo é a constituição de um conjunto de disparidades internas, cujo maior e mais gritante é a macrocefalia de sua Região Metropolitana (que concentra mais de 90% da população total e do PIB). O processo de povoamento do interior fluminense, cuja maior expressão foi o ciclo do café não consolidou nesse espaço (interior) uma rede de cidades médias (articuladas e hierarquizadas) capazes de garantir interiorização do crescimento econômico. Ainda nos dias de hoje esse desequilíbrio se faz presente, de modo que a revitalização (econômica, política, social e cultural) dos municípios do interior do Rio de Janeiro ainda representa o principal obstáculo a ser transposto em direção a um processo sustentável de crescimento econômico e redução das desigualdades.

O presente Século surge como uma nova fase para a economia fluminense. Na década de 1990 o Estado rompe com a trajetória de decadência que vinha traçando e parece dar sinais de um processo de revitalização de algumas áreas do seu interior. Esse ponto de inflexão chega junto com a maior exploração de petróleo no Estado, mais precisamente na Região Norte.

Entretanto, ainda que os dias atuais denunciem a existência de novas dinâmicas no interior do Rio de Janeiro, ainda não se pode afirmar que esse fenômeno se dê de maneira uniforme sobre todos os municípios interioranos no Estado. Nesse sentido, vastas áreas ainda têm permanecido à margem desses mesmos surtos de dinamismo, especialmente nas regiões em que a agropecuária ocupa papel central em suas economias.

A agropecuária fluminense pouco se beneficiou do processo de modernização do agro brasileiro. O modelo de modernização da agricultura, acompanhado da disseminação dos pacotes da Revolução Verde, teria encontrado aqui obstáculos à sua implantação. Assim, não pôde prosperar no Rio de Janeiro a monocultura altamente mecanizada e foi quase inexistente a integração entre a agricultura e a agroindústria, principais símbolos da agricultura ‘moderna’. Os maiores sintomas do processo de modernização, não obstante, se fizeram presentes, consubstanciados em: aumento do uso de produtos químicos, elevação do desmatamento, pouca adoção de práticas conservacionistas, a baixa diversificação dos estabelecimentos rurais, acentuação do desemprego rural, aumento da concentração fundiária e a precarização das condições de vida de boa parte da população rural.

A implantação do padrão de agricultura que acompanhava o discurso de ‘modernização’ da agricultura não obteve sucesso aqui especialmente pelo relevo bastante acidentado que o Estado apresenta e pela estrutura fundiária pautada em estabelecimentos rurais com áreas mínimas. Foi nesse contexto, e frente à incapacidade de se implantar no Rio de Janeiro as ‘modernas’ fazendas de monoculturas mecanizadas, que se consolidou a imagem (ainda presente) de decadência da agricultura familiar fluminense.

No entanto, muito embora a agricultura fluminense tenha sofrido um processo ao longo das últimas décadas de relativo esvaziamento e recebido pouca atenção dos programas e ações estaduais para o seu desenvolvimento, seu destino não está condenado ao desaparecimento. Ao contrário, ainda existem muitos municípios, como aquele em que

centramos esse estudo, em que a agropecuária figura como principal setor gerador de empregos. Adicionalmente, a agropecuária fluminense dá sinais nos últimos anos (e o Censo Agropecuário de 1995/6 chama atenção para isso) de um maior dinamismo, sobretudo nos seus segmentos mais modernos, com o aumento da participação de produtos diferenciados e com maior valor agregado e preços no mercado como: plantas olerícolas e condimentares, piscicultura, apicultura, plantas ornamentais entre outros. Por outro lado, destaca-se o potencial da agropecuária fluminense e que não vem sendo bem utilizado, na medida em que o Rio de Janeiro dispõe do segundo maior mercado consumidor do país, detentor de altos níveis de renda e de um segmento de serviços de alimentação altamente desenvolvido (restaurantes, hotéis, redes de *fast food*). Além disso, as distâncias entre as áreas mais distantes e a Região Metropolitana no Estado são pequenas e estão interligadas por rodovias, da mesma forma que as distâncias entre a Região Metropolitana fluminense e as Regiões Metropolitanas de outros Estados (MG e SP) são também relativamente curtas.

É nesse contexto que se insere nosso trabalho. A alternância de ciclos agrícolas pelos quais passou Santo Antônio de Pádua e a implantação parcial do processo de ‘modernização’ em seu território produziram efeitos que são sentidos até hoje no município. Sua estrutura agrária é formada por pequenos estabelecimentos familiares (menos de 20ha) pouco modernizados e que se utilizam da combinação da lavoura de tomate e pecuária leiteira para sobreviverem. A forte concentração de terras e a deterioração das relações de trabalho nas áreas rurais é uma realidade, evidenciada por salários baixos, falta de cumprimento da legislação trabalhista e esvaziamento do campo. Sua agricultura é marcada pela combinação de diversos tipos de relações de trabalho, onde aquelas mais tradicionais baseadas na parceria (tipo meação), convivem lado-a-lado com formas mais ‘modernizadas’ de subordinação do produtor, como é o caso da parceria na cultura do tomate, que consiste num excelente exemplo de modernização conservadora. A produção concentrada em torno de um produto apenas, pouco capitalizada e com altos níveis de utilização de agrotóxico é preponderante à diversificação produtiva no município. Suas áreas rurais enfrentam atualmente problemas ambientais, caracterizados pela utilização excessiva de agrotóxicos com contaminação de pessoas e animais, o extermínio quase completo da vegetação natural da região, o empobrecimento dos solos e a intensificação dos processos erosivos.

Por outro lado, emergem novas dinâmicas que se espelham no meio rural de Santo Antônio de Pádua atualmente (ainda de maneira incipiente) e que poderiam representar novas possibilidades de inserção dessas áreas rurais na economia municipal. Em primeiro lugar, ainda que a maioria dos estabelecimentos familiares se concentre nos cultivos tradicionais, nas áreas rurais do município emergem, ao lado dessas lavouras mais tradicionais, atividades agrícolas mais diversificadas e intensivas em mão-de-obra familiar. Produções familiares com maior agregação de valor e, portanto, capazes de alcançar preços mais elevados no mercado por serem mais diferenciadas, como a criação de ovinos e caprinos; os orgânicos, que surgem juntamente com um projeto (por parte das lideranças locais) de certificação para o arroz cultivado na região; a fruticultura, especialmente citrus; e a piscicultura (tilápia). Por outro lado, percebe-se também um maior interesse dos pequenos produtores e das lideranças locais ligadas à agricultura familiar nas atividades de beneficiamento (lavagem, outras preparações e embalagem) e processamento dos produtos agrícolas (preparo de doces, compotas, licores e vinhos para comercialização), objetivo de agregar valor ao produto e alcançar com isso um preço mais elevado.

Além disso cresce nas áreas rurais do município, frente à crise pela qual passa a agricultura familiar e ao crescimento do setor de rochas na economia, o número de famílias

pluriativas nas áreas rurais, de modo que cada vez mais essas famílias recorrem a diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, que não a atividade agrícola, com o objetivo de complementar a renda familiar. Observa-se também no município, uma redução dos limites rurais e urbanos, facilitando o intercâmbio entre as áreas rurais e as áreas urbanas, bem como o deslocamento entre o local de moradia e o trabalho. Isso seria refletido diretamente no aumento do número de famílias rurais do município nas quais um ou mais membros trabalham na sede do município ou nos núcleos urbanos dos distritos. Observa-se também o crescimento de novas demandas sobre o meio rural e que estão relacionadas com o turismo rural e com a realização de atividades esportivas ligadas à natureza, como a canoagem, as trilhas, o alpinismo e as escaladas.

Esses novos cenários inauguram um novo período cheio de possibilidades e oportunidades para a agricultura, e especialmente a agricultura familiar do município, o que pode representar o aparecimento de novas formas de inserção da atividade agropecuária na economia local e regional. Novas oportunidades que podem vir a contribuir para a suavização de alguns efeitos do incompleto processo da ‘modernização’ que sofreu a agricultura do município, bem como para romper com a situação de crise (preços baixos, êxodo rural, subordinação da mão-de-obra) pela qual passa a agricultura familiar do município atualmente, e que se relacionariam principalmente com aquelas questões ligadas às condições de vida das famílias dos agricultores e das famílias rurais, ao esvaziamento da agricultura, à degradação ambiental e ao esvaziamento do campo.

Ressaltamos aqui que, em nosso entender o momento atual constitui também um ambiente favorável à ascensão de novas ‘formas’ de agricultura, na medida em que se trata de um período em que crescem as preocupações quanto aos efeitos da ‘modernização da agricultura’, pautada num ‘modelo’ altamente concentrador e excludente. Nesse sentido, contrapondo-se ao antigo ‘padrão’ da modernização, cresce o debate acerca de novas ‘formas’ de agricultura, baseada em princípios mais sociais, culturais e ambientais e menos econômicos. Por outro lado, aumenta a valorização da agricultura familiar e da diversificação produtiva, em detrimento a um ‘modelo’ ‘empresarial’ de agricultura, com a produção de *commodities* e concentrador de renda e terras. Sendo assim, o ‘papel’ da agricultura dentro do processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea é repensado, tendo como objetivo final a identificação de suas possíveis contribuições no que concerne à consolidação de um processo de ampliação generalizada e sustentável da qualidade de vida das populações, com uma forte ênfase na equidade social e em possíveis formas de inclusão social. Nesse sentido, a agricultura deixa de responder apenas aos aspectos ligados à eficiência e à produtividade.

Dentre esses novos papéis que são demandados pela sociedade à agricultura, citam-se o a geração de empregos, principalmente aquelas ocupações que necessitam de um menor grau de qualificação; a manutenção do tecido social e cultural das áreas rurais, fixando o homem no campo e favorecendo a diversidade de ambientes nas sociedades; a garantia da conservação e da criação da paisagem, em detrimento a uma homogeneização urbana; a atuação como importante aliada no combate das desigualdades sociais, na medida em que representa a forma de vida de boa parte das camadas mais vulneráveis; a garantia de uma alimentação saudável para as famílias rurais e para a população urbana; a suavização do inchaço das cidades, na medida em que a sua promoção representaria a possibilidade de muitas famílias permanecerem no campo, evitando o êxodo rural; entre outros.

Soma-se a isso, transformações recentes do sistema agroalimentar mundial que determinam a associação cada vez maior dos hábitos alimentares às preocupações sociais,

culturais e ambientais da população (dentre eles o consumo consciente). Nesse novo cenário, as práticas agrícolas, ao contrário do modelo anterior, são coladas a uma base tecnológica mais flexível, favorecendo a diversificação da produção e a redução do papel da escala em detrimento a uma maior preocupação com a qualidade dos produtos. Adicionalmente, os padrões de concorrência baseados na diferenciação dos produtos e na segmentação dos mercados sobrepõem-se aos antigos, pautados unicamente no preço e na padronização, abrindo espaço para produtos com maior valor agregado e que carregam ‘valores’ associados à tradição e aos processos de produção.

Tendo em vista o contexto atual de mudanças e de emergência de novos debates, especialmente aqueles relacionados ao desenvolvimento, buscamos analisar a agricultura familiar em Santo Antônio de Pádua e o seu papel no processo de desenvolvimento do município. Para isso, elegeremos a noção da multifuncionalidade da agricultura como princípio norteador funcionando como uma ‘lente’ que orientasse a nossa análise sobre a agricultura no município e o desenvolvimento ao longo do trabalho. Tal noção, segundo vimos, traz a agricultura para o campo de uma análise multidimensional, onde ela é reconhecida como portadora de ‘funções’ (para a sociedade) que ultrapassam a produção de alimentos e matérias-primas. Isso implica a introdução no debate acerca do desenvolvimento agrícola de questões relacionadas ao meio ambiente, à conformação e manutenção do tecido social e cultural rural, à geração de empregos e à qualidade do que é produzido, ao invés do foco único na quantidade e preço do que é produzido.

Acreditamos que a noção de multifuncionalidade da agricultura poderá enriquecer a análise do interior fluminense, principalmente nas áreas onde ainda são significativos os espaços rurais e onde a agricultura (principalmente a agricultura familiar) é central na conformação das comunidades rurais, tal qual em Santo Antônio de Pádua. E que o emprego dessa noção nas análises sobre a agricultura familiar, bem como no delineamento dos instrumentos de política pública voltados para esse segmento da agricultura brasileira teria como principal contribuição a conformação de um processo de desenvolvimento rural mais compatível com o enfoque territorial. Em nossa concepção, portanto, a ampliação do olhar sobre a agricultura familiar e, portanto sobre o desenvolvimento rural e suas relações com o desenvolvimento regional, representaria um avanço significativo na direção de um projeto alternativo de desenvolvimento territorial que efetivamente contemplasse as especificidades das áreas rurais, ao mesmo tempo em que favoreceria a conformação de um ‘padrão’ de agricultura mais compatível com os princípios da sustentabilidade.

Nessa abordagem, os ‘papéis’ que são atribuídos à agricultura ultrapassam a simples produção de alimentos e matérias-primas a baixo custo e incluem questões relacionadas ao meio ambiente, à segurança alimentar e à manutenção do tecido social local e cultural das comunidades rurais.

No que concerne à garantia da reprodução socioeconômicas das famílias rurais, percebe-se que a agricultura em Santo Antônio de Pádua ainda ocupa um importante papel na economia municipal, na medida em que é o setor que mais emprega mão-de-obra, ganhando inclusive do setor de serviços. Por outro lado, a crise pela qual passa a produção familiar mercantil no município reside, ao lado da precariedade dos serviços básicos oferecidos, como as principais causas para o deslocamento das famílias rurais de Santo Antônio de Pádua para a cidade. Assim, a criação de melhores condições para o exercício da agricultura no município representaria não apenas a ampliação da renda das famílias rurais, mas a possibilidade de permanência de boa parte delas no campo, evitando a transferência da unidade familiar para as sedes dos distritos.

No entanto, ainda que o meio rural de Santo Antônio de Pádua esteja progressivamente abrigando atividades não agrícolas e que grande parte de suas famílias rurais recorram à outras formas de inserção no mercado de trabalho como estratégia de reprodução social (pluriatividade), a agricultura ainda desempenha papel central na reprodução social dessas famílias, especialmente aquelas onde a renda familiar total é mais baixa. Assim, o fomento de atividades familiares agrícolas desenvolvidas nas áreas rurais favoreceria não apenas uma maior diversificação da economia local (as atividades não agrícolas rurais geralmente têm uma base agrícola), como a ampliação da renda agrícola dessas famílias, tendo efeitos de encadeamentos também nas atividades rurais não agrícolas existentes nas localidades. Cabe destacar que isso não inviabiliza as estratégias que têm como objetivo final o fomento das atividades não agrícolas rurais.

Sendo assim, frente à crise pela qual passam os cultivos tradicionais no município (queda generalizada de preços), cresce o espaço para a introdução de novos ‘modelos’ produtivos, baseados no enfoque agroecológico, orgânico, produção natural. As transformações recentes do sistema agroalimentar, vistos anteriormente, bem como a proximidade com o mercado consumidor do Rio de Janeiro também parecem abrir espaço para novos cultivos e produtos, com maior valor agregado e capazes de alcançar um preço maior no mercado consumidor final.

No entanto, o que se observa em Santo Antônio de Pádua é que a maioria dos estabelecimentos agropecuários familiares ainda está presa a um modelo pouco diversificado, pautado principalmente em produtos tradicionais como o leite, o tomate e o arroz. No município, muitas vezes, essa opção é decorrente das restrições no acesso à terra e aos meios de produção que determinam que o homem do campo tenha que vender sua força-de-trabalho e, portanto, obedecer a certos padrões de uso dos recursos naturais. Não obstante, o predomínio das culturas relativamente especializadas, percebe-se no município algumas alternativas de diversificação das produções agrícolas, como os orgânicos, a fruticultura, a piscicultura entre outros.

Figura também como obstáculo à produção familiar no município, o acesso ao crédito por parte do pequeno produtor, de forma que grandes segmentos dos agricultores familiares do município ainda se fazem excluídas dele. Nesse sentido, além dos produtores apresentarem certa resistência, muitos não possuem renda ou terra mínima para poder pegar o financiamento e ainda haveria muita burocracia e processos a serem cumpridos (com garantias a serem empregadas) o que geraria uma rejeição nos pequenos produtores a esse tipo de instrumento. São encontradas no município também dificuldades na ampliação dos segmentos atendidos pelo crédito decorrentes da falta de ‘tato’ e ‘respeito’ dos gerentes de banco para com os pequenos agricultores, o que acabaria deixando-os desconfortáveis em ir à agência bancária.

A promoção da segurança alimentar em Santo Antônio de Pádua, por sua vez, enfrenta alguns obstáculos para sua plena realização, resultantes principalmente da ausência de alternativas de canais de comercialização para os agricultores familiares (ausência de circuitos regionais organizados); alta incidência do uso de agrotóxicos e produtos químicos; produções baseadas na especialização ao invés da diversificação; crise da produção familiar mercantil que acaba comprometendo também a produção para autoconsumo; e existência de restrições no acesso à terra o que dificultaria a realização de uma produção para subsistência.

Uma das principais características da agricultura familiar de Santo Antônio de Pádua nas últimas décadas foi a crescente subordinação da mão-de-obra ao capital mercantil e industrial. Atualmente, a principal forma de inserção da agricultura familiar no mercado de produtos agrícolas dá-se através de sua subordinação a cadeias integradas (geralmente nacionais), compostas principalmente pela cooperativa e pelos intermediários mercantis (como o ‘maquinista’). Ainda que os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo estejam presentes através das práticas de venda de porta-em-porta e da exposição de produtos por conta própria num posto de gasolina, esses ainda são incipientes e esporádicos. O fomento desses circuitos, através de sua organização e sistematização poderia representar benefícios tanto para os pequenos produtores quanto para a população em geral, traduzida numa alimentação de maior qualidade e em preços menores. Nesse sentido destacamos aqui também para que esses canais sejam incentivados ou promovidos tendo com objetivo final garantir benefícios efetivos para os agricultores e não a apropriação por outros agentes envolvidos.

A promoção de ‘modelos’ alternativos de agricultura, bem como o incentivo a uma maior diversificação da produção também figuram como pontos centrais para a garantia da segurança alimentar. As monoculturas, pelo alto uso de agrotóxicos, comprometem sobremaneira a qualidade nutricional dos alimentos.

A manutenção do tecido social e cultural no município se viu muito prejudicada nos últimos anos (de 1970 para cá) devido ao êxodo rural. Adicionalmente, o aumento do número de famílias pluriativas, em decorrência do crescimento do setor de rochas (década de 1990), bem como da crise pela qual passa a produção familiar mercantil, vem determinando que as fronteiras entre o rural e o urbano sejam reduzidas.

Nesse processo, novas experiências são engendradas e se nutrem de uma maior diversidade social e cultural que alimenta também as trocas sociais estabelecidas entre os atores sociais naquele contexto. Nessa interação pode-se perceber a consolidação de identidades sociais já estabelecidas e também contribuir com a elaboração de novas identidades (tidas como urbanas, por exemplo) no interior da própria localidade rural. Esse processo se dá no meio rural de Santo Antônio de Pádua de uma maneira ambivalente, podendo gerar tanto novos conflitos sociais, quanto alianças. Sendo assim, no meio rural, no lugar de ter uma única referência cultural (‘rural’), esses novos atores sociais do campo vivem uma situação complexa que é consequência da combinação singular de sistemas simbólicos particulares e de universos culturais distintos.

A preservação dos recursos naturais e da paisagem é marcada pelos ciclos pelos quais passou a agricultura municipal. Santo Antônio de Pádua é palco de sucessivas reordenações espaciais que acentuaram as degradações ambientais e que remontam ao início da cafeicultura, se acentuando ao longo dos anos. Nesse sentido, ao passo em que se implantaram relações de parceria, durante o processo de ‘modernização’ da agricultura, com o progressivo aviltamento da mão-de-obra, desenrola-se uma trajetória de acentuado desequilíbrio ecológico, que decorreria da destruição das florestas, do esgotamento e erosão do solo. A passagem progressiva para a pecuária extensiva, com o aumento do êxodo rural, por sua vez, acentua ainda mais esse desequilíbrio.

Na maior parte das entrevistas pode-se perceber a existência de conflitos entre a preservação ambiental e as produções predominantes (pecuária extensiva, tomate). No entanto, muitos entrevistados lembraram também que a preocupação ambiental no município

seria algo ainda recente. São recorrentes também os relatos de contaminação de agricultores, animais e água pelo uso de agrotóxicos.

O maior ponto de polêmica, entretanto, fica por conta da atuação do Ibama. A maioria dos entrevistados afirma que o Ibama deveria levar mais em consideração as dificuldades dos agricultores, bem como deveria atuar, não somente através de multas e coerção, mas através de um trabalho de conscientização e mobilização dos agricultores.

No que concerne à paisagem, por sua vez, pode-se facilmente perceber a presença de elementos simbólicos do ‘mundo rural’ e da ‘agricultura’ como constituintes da vida cotidiana em todo o município, inclusive dos espaços urbanos. Assim sendo, em Santo Antônio de Pádua, as curtas distâncias que separam os limites da ‘roça’ do ‘centro da cidade’, facilitam as trocas simbólicas e materiais, possibilitando a interação entre dois ‘mundos’ que cada vez mais se interceptam e inter-relacionam. O ‘urbano’ assim, de certa forma, está no ‘rural’ e o ‘rural’, no ‘urbano’, de forma que ambos se mostram importantes na manutenção da paisagem do município.

Quanto às estratégias de desenvolvimento rural implementadas no município, a criação do CMDR em Santo Antônio de Pádua, por exigência à sua integração no Pronaf Infra-Estrutura, teve como principal consequência o favorecimento do debate em escala ampliada em torno da agricultura familiar e se refletiu na criação de um espaço institucionalizado para a elaboração e discussão de instrumentos de política voltados para esse segmento da agricultura municipal. Em última instância, a inclusão do município no Pronaf Infra-estrutura em 1997/98 se refletiu como um incentivo à mobilização das lideranças locais em torno da agricultura familiar, fomentando inclusive a organização da sociedade civil com o amplo apoio das instâncias governamentais locais.

A partir daí se forma no município uma rede em torno da agricultura familiar composta por movimentos sociais que se articulam, tanto internamente ao território quanto para além dele, refletindo na formação de novas territorialidades que oscilam desde o nível local até o regional, incluindo aí as novas discussões no âmbito ‘regional-territorial’ incitadas pela SDT. A dinâmica dessa rede no município, embora seja caracterizada por fluidez e interações sistemáticas, não se dá de maneira uniforme entre todos os atores sociais dela constituintes. Ela é composta por: Secretaria da Agricultura, Sebrae e Emater (os elos mais fortes); Sindicato Rural de Santo Antônio de Pádua; Cooperativa Agropecuária de Santo Antônio de Pádua; Núcleo de Ovinos e Caprinos do Noroeste; Associação de Moradores de Marangatu; e Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Monte Alegre e Ibitiguaçu Aprumai).

Tendo em vista que os agricultores do município não possuem uma ‘tradição’ em organização social e criação de formas de representatividade, chama atenção em que medida a consolidação e espacialização dessa rede poderá contribuir para o fortalecimento da sociedade civil local, no sentido de reforçar e incentivar a formação de laços de reciprocidade e de cooperação que facilitem os processos de inovação e de aprendizado e que facilitem a organização desses agricultores em torno de instituições (formais ou informais) representativas.

A maior articulação no município dessa rede, ‘produz’ um território-rede, que coincide com o espaço onde se dá a maioria das ações e dos projetos voltados para a agricultura familiar no município. Assim, na medida em que se consolidam os movimentos sistemáticos de territorialização (seja no nível local, seja no nível regional ou da ‘região-território’ da SDT) dessa rede no município, observa-se um processo progressivo e

fragmentado de exclusão de alguns distritos e segmentos da agricultura familiar do escopo dos projetos de desenvolvimento rural. As principais ações da rede concentram-se nos distritos e nas áreas próximas de Monte Alegre, Ibitiguaçu e Campelo, as áreas que apresentam no município, uma maior expressão em termos de produção agrícola, especialmente na produção de olerícolas. As demais localidades, ainda que apresentem áreas e populações rurais formadas em maior parte por agricultores familiares teriam uma produção agropecuária de menor escala, o que acabou determinando que ficassem ‘fora’ da área de escopo dessa rede e também que tivessem pouca representatividade nas estâncias de participação social observadas no município. Nesse sentido, percebe-se que, ao mesmo tempo em que a consolidação e articulação da rede criam novas territorializações reforçando as áreas onde a produção agrícola familiar é mais significativa e acentuando as disputas em torno dos recursos e dos investimentos nesse território-rede, ela automaticamente exclui outras áreas e segmentos da população, especialmente aqueles onde a agricultura familiar encontra-se mais enfraquecida.

Por conseguinte as ações e articulações dessa rede têm conseguido consolidar em Santo Antônio de Pádua, uma série de projetos voltados para a agricultura e, especialmente a agricultura familiar, que têm dado maior impulso e dinamismo à agricultura no município. No entanto, ainda é precipitado associar esse maior dinamismo à ampliação generalizada da participação social, incluindo aí todos os segmentos da agricultura familiar do município, e à adoção de medidas que tenham efetivamente um caráter de inclusão social.

A análise da maioria desses projetos (suas orientações, atores sociais envolvidos e sua priorização de demandas) parece nos indicar um favorecimento das atividades mercantis, especialmente dos setores agropecuários (com uma visão setorial) e uma menor contemplação das demais atividades rurais (atividades não agrícolas). Adicionalmente, nessas ações ficam parcialmente atendidas, ou atendidas indiretamente, as demais dimensões do meio rural que ultrapassam a sua dimensão produtiva como os efeitos da atividade agrícola sobre o meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, a manutenção do tecido cultural e social das comunidades rurais entre outros.

Percebe-se que esses projetos não vêm conseguindo alcançar aquelas camadas dos agricultores familiares do município que se encontram em situações mais vulneráveis, de forma que eles não são capazes de refletir nas suas diretrizes e ações a diversidade dos segmentos da agricultura familiar do município. Logo, da mesma forma que os grandes proprietários (minoria) de Santo Antônio de Pádua não foram os principais beneficiados pelos projetos implantados pela rede, pode-se dizer que também não o foi a maioria dos agricultores empobrecidos do município. Nesse grupo encontram-se aqueles que são obrigados a vender sua mão-de-obra, especialmente sob o regime de parceria e aqueles que também possuem restrições no acesso à terra ou detentores de propriedades extremamente pequenas que vivem praticamente da produção de subsistência. Esses segmentos, além de não estarem beneficiados em quase nenhum projeto (com exceção da Agrovila), seguem sem representação nas principais estâncias de discussão e definição das estratégias e projetos de apoio à agricultura familiar, a rede, o CMDR e o CTNF.

Nessa direção, a própria forma através da qual se operacionalizam os principais projetos de apoio à agricultura familiar que se dão no município, com forte ênfase ‘produtiva’ acabam reforçando a exclusão desses segmentos mais vulneráveis. Seus instrumentos, geralmente baseados no crédito (e que requer um mínimo de produtividade e terra onde se realizar o cultivo) ou no estímulo isolado de algumas ‘produções’, voltadas exclusivamente para determinados produtos ou lavouras (olerícolas, piscicultura, ovino e

caprinos) não são capazes de incluir em seu universo a maioria das famílias rurais empobrecidas do município que vivem de subsistência ou que não possuem acesso a terra. O atendimento a esses segmentos, portanto, ficaria isolado no âmbito de atuação da Secretaria de Promoção Social, através de políticas como o bolsa-escola e o cheque cidadão.

A introdução da óptica da multifuncionalidade, nesses programas, focando nas famílias rurais e nas suas relações sociais travadas (e não somente econômicas) com o território ao qual ajudam a dar forma, contribuiria para a aproximação das estratégias de desenvolvimento rural no município do enfoque territorial. A melhor ‘visibilidade’ das relações sociais travadas do território, bem como o redesenho de formas de apoio a essas famílias que se encontram à parte do mercado local, possibilitaria a operacionalização e o desenho de estratégias de desenvolvimento rural que efetivamente busquem reverter a situação de dominação em que essas famílias rurais mais empobrecidas se encontram na estrutura de poder local, favorecendo o rompimento com mecanismos de dominação que obstaculizam, por sua vez, o desenvolvimento local.

Os requisitos para se obter avanços nessa direção parecem se localizar, inicialmente, na revisão da ênfase produtiva desses mesmos projetos (na agricultura familiar como produtora de bens mercantis), de forma a contemplar as unidades familiares rurais em sua totalidade e não apenas aquelas camadas que ainda conseguem se inserir no mercado de produtos agrícolas. Na maioria dos casos, são justamente as famílias rurais que não conseguem se inserir as que mais precisam de apoio no sentido de romper com os limites da pobreza.

A revisão desses instrumentos de apoio poderia caminhar no sentido de ampliação do ‘papel’ desses agricultores familiares ‘para além da produção’ de forma que sejam reconhecidos e recompensados pela importância que adquirem ao se pensar a segurança alimentar, a manutenção da paisagem rural, a manutenção dos tecidos sociais e culturais, a preservação do meio ambiente, entre outros, elementos centrais numa abordagem ampliada do desenvolvimento rural que não o resume ao crescimento econômico.

Por outro lado, a análise dos projetos desenvolvidos atualmente no município denuncia a importância de que se faça o diálogo entre os diferentes projetos desenvolvidos, bem como haja a articulação entre diferentes ações de um mesmo projeto. Muitas vezes, será a articulação desses diferentes projetos que possibilitarão impulsionar a dinâmica das áreas rurais, ampliando a escala dos resultados obtidos, bem como permitir que os segmentos da agricultura familiar tradicionalmente excluídos sejam efetivamente dotados de ‘poder’ (através de estratégias coordenadas) e tenham ampliadas suas oportunidades e possibilidades de romper com a situação de pobreza que enfrentam atualmente.

E, por fim, a análise dos discursos da maioria das lideranças locais entrevistadas caminha no sentido de indicar já uma incorporação fragmentada e parcial de alguns desses elementos priorizados pela óptica da multifuncionalidade na agricultura que poderiam ampliar a abordagem do desenvolvimento rural, aproximando-a do escopo territorial. Esses elementos aparecem principalmente sob a forma de preocupações ambientais, obstáculos a ampliação produtiva das famílias rurais (no sentido de viabilizar a produção para o mercado dos agricultores familiares através de uma política creditícia ou agrícola) e preocupações sociais, especialmente aquelas relacionadas ao êxodo rural e à manutenção das comunidades e das culturas locais. Se essa mudança na óptica através da qual se enxerga a agricultura familiar no município indica a tendência a uma mudança real na forma de se valorizar a agricultura e suas relações com o processo de desenvolvimento rural ou se consubstancia apenas num novo aparato retórico tomado pelas lideranças locais com o intuito de ‘mudar para que tudo permaneça igual’ ainda é cedo para afirmar.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In.: Reforma Agrária: a revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. V. 28, n. 1, jan. 1999.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In.: ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In.: In: Economia Aplicada, nº2, volume IV, abr/jun, 2000, p. 379-397.

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. 2003. Trabalho apresentado ao XLI Congresso da SOBER, 2003, Juiz de Fora.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ, 2003. 259 páginas. Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2003.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.31 ano11, p.44-65, jun. 1996.

BAPTISTA FILHO, João; TANAKA, Maira Damião. Caracterização econômica e mercadológica da região produtora de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua (RJ). In: UFRJ. Anuário do Instituto de Geociências (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 25, p.85-98. 2002(a).

_____. Considerações geológicas e sobre o parque produtor de rochas ornamentais no município de Santo Antônio de Pádua (RJ). In: UFRJ. Anuário do Instituto de Geociências (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 25, p.85-98. 2002(b).

BERDEGUÉ, Julio et al. El fida en américa latina y el caribe: lecciones de 25 años e ideas para el futuro. Chile, Santiago: FIDA, nov. 2003.

BERDEGUÉ, Julio A.; SCHEJTMAN, Alexander. Desarrollo territorial rural. Documento elaborado para la División America Latina y el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo. Santiago: RIMISP, feb. 2003.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da Agricultura, ruralidade e Identidades Sociais na Região Serrana fluminense. Trabalho apresentado no I Seminário de Pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento, Multifuncionalidade da Agricultura e Agricultura Familiar no Brasil. FINEP: Rio de Janeiro, abril, 2002.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n.11, p.53-75, out.1998.

_____. Significados da pluriatividade para a família rural. Trabalho apresentado no I

Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Condraf: MDA, ago. 2005.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes . Para além das dualidades: o rural não-agrícola no Estado do Rio de Janeiro, 1999.

CARVALHO, René Louis de; KATO, Karina. Os pequenos municípios interioranos e o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Revista de Economia Fluminense, Rio de Janeiro, edição nº 4, p. 50-55, dez. 2005.

CARVALHO, René Louis de; LA ROVERE; Renata Lebre. Algumas questões relativas ao desenvolvimento da configuração produtiva local de Campos dos Goytacazes. In: FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia. O desenvolvimento econômico local no Estado do Rio de Janeiro: quatro estudos exploratórios: Campos, Itaguaí, Macaé e Nova Friburgo. Rio de Janeiro: E-papers, 2003. P. 27-47.

CASTELLS, Manuel. Prólogo: a rede e o ser. In: _____. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Demian Garcia. Regionalização do Estado do Rio de Janeiro: uma nota sobre o desenvolvimento e políticas públicas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org). Revisitando o território fluminense. Rio de Janeiro: Negef, 2003. p. 85-110.

CAZELLA, Ademir Antônio. Vantagens diferenciadoras e mediação de conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial. Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Condraf: MDA, ago. 2005.

CAZELLA, Ademir Antônio; KUNESKI, Márcia. Políticas de desenvolvimento rural e agrícola: cooperação agrícola e exclusão social no município de São José do Cerrito (SC). Trabalho apresentado ao Seminário de equipe de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, abr. 2005.

CAZELLA, Ademir et al. Multifuncionalidade da agricultura e espaços locais de concertação social no Brasil. Relatório de pesquisa Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. 2004.

CEZAR, Lúcia Helena da Silva. Horticultura do tomate, questão ambiental e territorialidades em São José de Ubá, Noroeste fluminense. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2001. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/SMA/SMA-012.pdf>. Acesso em julho de 2006.

CIDE. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2004.

_____. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2005.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Santo Antônio de Pádua: CMDR, 1997.

_____. Normas para utilização de máquinas e equipamentos adquiridos com recursos do

Governo Federal, através do Pronaf, aprovados na reunião do CMDR de Santo Antônio de Pádua. Santo Antônio de Pádua: CMDR, 2001(a).

_____. Plano de trabalho específico para municípios selecionados pelo Pronaf. Santo Antônio de Pádua: CMDR, dez. 2001(b).

_____. Projeto do laboratório de patologia animal da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua. Santo Antônio de Pádua: CMDR. 2005(c).

_____. Projeto de implantação da Agrovila e instalação de infra-estrutura de produção agrícola em assentamento rural. Santo Antônio de Pádua: CMDR, maio. 2005(b).

_____. Relatório de uso dos bens adquiridos e/ou construídos com recursos do Pronaf. Santo Antônio de Pádua: CMDR, out. 1998.

_____. Projeto de atividades (PAT) Pronaf intermunicipal 2003. Santo Antônio de Pádua: CMDR. 2003(d).

_____. Ata da reunião do CMDR realizada em 1 de set de 2005. Santo Antônio de Pádua: CMDR, set. 2005(a).

_____. Ata da reunião do CMDR realizada em 7 de nov de 2003. Santo Antônio de Pádua: CMDR, nov. 2003(c).

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA. Ata da reunião do CMDR realizada em 18 de ago de 2003. Santo Antônio de Pádua: CMDR, set. 2003(b).

_____. Ata da reunião do CMDR realizada em 30 de jul de 2003. Santo Antônio de Pádua: CMDR, jul. 2005(a).

CONVÊNIO FAO/INCRA. O Brasil Redescoberto: Novo Retrato da Agricultura Familiar. Em: <http://www.mda.gov.br/saf/>. Acesso em julho de 2006.

CONVÊNIO SEAAP/UFRRJ-CPDA. Relatório 'A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro – desempenho recente e perspectivas. Rio de Janeiro: SEAAP/UFRRJ-CPDA, fev. 1997.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In.: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279- 301.

DAVIDOVICH, Fany. O entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, hipóteses e considerações. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001, p. 326-335.

DE PAULA, Silvana G. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida *country* no Brasil. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 17, p. 33-53, out. 2001.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: Um Estudo da Reflexão Agrária. Estudos Avançados, nº 43. 2001.

DELGADO, N.G.; ROMANO, J.O. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural como Processos Sociais. In: MOREIRA, J. M.; COSTA, L.F.C.(org) Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro. Mauad, 2002, p. 285-302.

DELGADO, Nelson Giordano. Desenvolvimento local e extensão rural e pesca: reflexões metodológicas. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 16, p. 62-71, abr. 2001.

DURSTON, John. Building social capital in rural communities (where it doesn't exist): theoretical and policy implications of peasant empowerment in Chiquimula, Guatemala. In: Annual Meeting of Latin America Studies Association (LASA). The Pamer House Hilton, Chicago, IL, Sep 24-26, 1998.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. World Development, 24 of June, 1996. pp. 1119 – 1132.

FOX, Jonathan. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. World Development, 24 of Jun 1996. pp. 1089 – 1103.

GARCIA, Eduardo Henrique. Algumas considerações sobre a evolução recente do setor agroalimentar fluminense. In: CARNEIRO, Maria José et al. Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998. p. 79-104.

GÓMEZ, Sergio E. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-32, out. 2001.

GRABOIS, José et al. O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do Noroeste fluminense. In: CARNEIRO, Maria José et al. Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998. p. 209-222.

GREGÓRIO FILHO, Genésio; OLIVEIRA, Isabel Cristina Pereira de. O papel da rizicultura na estruturação de uma forma grupada de habitar: a Vila de Comendador Venâncio, Itaperuna – RJ. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2001. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/SMA/SMA-071.pdf>. Acesso em julho de 2006.

GUANZIROLI, Carlos & SABBATO, Alberto DI. Agricultura Fluminense: 25 anos de Fusão. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo & MOTTA, Marly Silva da. (orgs) Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FGV, 2001. p. 187-217.

GUANZIROLI, Carlos et al. Agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção. In: _____. Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 157-186.

GUANZIROLI, Carlos et al. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: _____. Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 15-45.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB. Porto Alegre: UFRGS, Porto Alegre, 2004.

_____. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro 1995/6. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/6.

LEÃO, Sandro Augusto Vieras; LIMA, Socorro Bezerra de. Relatório do 1º workshop da disciplina políticas públicas para o sistema agroalimentar sobre o tema desenvolvimento territorial rural. Rio de Janeiro: CPDA (mimeo), fev. 2005.

LEITE, Sérgio. Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: BELIK, Walter (org.). Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em América Latina. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 123-182.

_____. Revisitando o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro: notas sobre a insustentabilidade do predomínio da uma estratégia agroexportadora. Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Condraf: MDA, ago. 2005.

Les cahiers de la multifonctionnalité. Multifonctionnalité et territoires : justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques, n. 1, 2002.

LESSA, Carlos. O Rio de Janeiro: que Estado é esse?. In: O Estado do Rio do início do Século XXI: olhando para o futuro. Novembro, 2001, Universidade Federal Fluminense. Anais do seminário. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, 2001. p.17-34.

_____. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LINHART, Ana Maria Galano Mochcovitch. Êxodo rural, fazendas e desagregação. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 19, p. 6-39, outubro. 2002.

MALUF, Renato. A noção da multifuncionalidade da agricultura (MFA): debates recentes sobre as possibilidades da noção. Trabalho apresentado ao Seminário de equipe de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, abr. 2005.

_____. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-86, out. 2000.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e as políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Condraf: MDA, ago. 2005.

_____. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura : aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. Inovação

nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPQ/Paralelo 15, 2002a. p. 301-328.

_____. Produtos Agroalimentares, Agricultura Multifuncional e desenvolvimento Territorial no Brasil. Trabalho apresentado no I Seminário de Pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento, Multifuncionalidade da Agricultura e Agricultura Familiar no Brasil. FINEP: Rio de Janeiro, abril, 2002b.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

MENASHE, Renata. Território da multifuncionalidade da agricultura? A visão do rural em municípios do Vale do Taquari (RS). Trabalho apresentado ao Seminário de equipe de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura. CPDA/UFRRJ: Rio de Janeiro, abr. 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT. Relatório com a versão preliminar do levantamento dos dados secundários e dos principais sistemas produtivos, referentes à realidade sócio-econômica do território noroeste fluminense. Brasília: SDT, jun. 2005.

MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: O Estado do Rio do início do Século XXI: olhando para o futuro. Novembro, 2001, Universidade Federal Fluminense. Anais do seminário. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, 2001. p.127-132.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, out. 2000.

NATAL, Jorge (org.). O Estado do Rio de Janeiro pós 1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

NEVES, Leonardo Azevedo. Um novo tempo para novas urbanidades: o papel da paisagem nos estudos do mundo rural. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org). Revisitando o território fluminense. Rio de Janeiro: Negef, 2003. p. 11-30.

PASSADOR, Cláudia Souza. Políticas públicas, redes e agricultura familiar em debate: a experiência do Governo do Paraná. Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional Del CLAD sobre la reforma Del Estado y de la administración pública. Panamá, oct. 2003.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Capítulos 4 e 6.

ROMANO, Jorge O. O Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater justos a pobreza. In.: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9 – 20.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas ruralidades. In: Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

RYFF, Tito. A promoção do desenvolvimento econômico do Estado do Rio: perspectivas. In: O Estado do Rio do início do Século XXI: olhando para o futuro. Novembro, 2001, Universidade Federal Fluminense. Anais do seminário. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, 2001. p.133-141.

_____. A verdadeira vocação agrícola do Rio. In: *Agroanalysis: a revista de economia agrícola da FGV*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 8-13, jul 1995.

SANTOS, Ângela Moulin Penalva. Economia Fluminense: superando a perda de dinamismo? In.: *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, n.1, p.31-58.set/dez. 2002.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico, um híbrido. In: _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 72-83.

_____. Por uma geografia das redes. In: _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 208-225.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, abr. 2001.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

SEBRAE; FAERJ. Diagnóstico da cafeicultura do Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: FAERJ: SEBRAE, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulos 1-3, p. 27 – 108.

SILVA, João Luiz de Figueiredo. Considerações sobre o desenvolvimento territorial na região administrativa Centro-Sul fluminense – RJ. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: Negef, 2003. p. 31-59.

TONNEAU, Jean Philippe. O Conceito de Multifuncionalidade: a necessária adaptação à realidade da agricultura familiar nordestina. Trabalho apresentado no I Seminário de Pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento, Multifuncionalidade da Agricultura e Agricultura Familiar no Brasil. FINEP: Rio de Janeiro, abril, 2002.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. In.: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, n.1, abr. 2004. p.71-94.

_____. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

_____. A face territorial do desenvolvimento. In.: *Anais do 27º Encontro Nacional de Economia*. Belém: ANPEC, 1999.

_____. *O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília . Convênio FIPE IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. Perspectivas e desafios do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Condraf: MDA, ago. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-146, out. 2000.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, out. 2003.

_____. La pequeña producción y su relación com los sistemas de distribución. In: BELIK, Walter (org.). Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em América Latina. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 91-122.

WORLD BANK. Empowerment and poverty reduction: a sourcebook. Washington D.C.: WORLD BANK, PREM, draft, May 2002. Chapters 1 – 4, p. 1–71.